

Projeto Orla

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Plano de Gestão Integrada ILHÉUS / BAHIA

Novembro 2007

Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima
Projeto Orla
ILHÉUS/BA

Prefeito
Newton Lima

Secretários Municipais Envolvidos

Antônio Olímpio Rhem da Silva – *Secretário de Meio Ambiente*
Paulo Silveira Goulart – *Secretário de Planejamento e Controle Orçamentário*

Equipe Técnica

Rute Colares Pelição – *Coordenadora do Projeto (SEMA)*
Adilson José Sita – *Arquiteto (SEMA)*
Eliana Conceição da Fonseca – *Geógrafa (Secretaria de Turismo)*
Fred Costacurta – *Gerente de Controle Urbanístico (SEPLAM)*
Marilene O. Lapa – *Arquiteta (Cons. da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada)*
Núbia Regina Silva santos – *Bióloga (SEPLAM)*

Instituições Públicas Municipal, Estaduais e Federais

Andréa de N. Ribeiro – *Inst. Brasileiro de M. Ambiente e R. Naturais Renováveis (IBAMA)*
Cláudia Regina S. Oliveira – *Secretaria de Meio Ambiente (SEMA)*
Eduardo Melquiades – *CODEBA*
José Gomes dos Santos- Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus
Márcia Virginia – *Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH)*
Marcos Flávio R. da Silva – *Câmara dos Vereadores*
Maria de Lourdes Costa Souza – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)
Mauro Cedraz - *Secretaria de Serviços urbanos*
Mônica Suely Melo – *Centro de Recursos Ambientais (CRA)*
Tamires L. de Souza – *Secretaria de Meio Ambiente (SEMA)*

Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima
Projeto Orla
ILHÉUS/BA

Sociedade Civil

Adriano Wild – *Instituto de Estudos Sócio Ambiental (IESB)*
Alan Dick Megi – *Associação Regional dos Arquitetos e Engenheiros (ARENA)*
Alinaldo G. Damaceno – *Associação dos Pescadores da Barra do Itaípe*
Alexandro Aparecido P. Souza - *Associação dos Pescadores do Acuipe*
Antônio Fernando Ribeiro Silva – *Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA)*
Damião José da Rocha – *Cabaneiros do Litoral Norte*
Ed Ferreira – *Associação dos Fotógrafos de Ilhéus*
Elias Leal Veloso – *Org. Pró Defesa e Estudos dos Manguezais da Bahia (ORDEM)*
Frederico Silva Rodrigues – *Associação dos Hoteleiros de Ilhéus*
Eloina Diniz – *Conselho de Turismo de Ilhéus*
Gerson santos Teixeira – *Associação dos Moradores do Bairro Teotônio Vilela*
Jaclkon Marcial das Neves – *Associação dos Cabaneiros de Olivença*
José Belarmino – *Associação de Moradores do Jóia do Atlântico*
Leandro Santana – *Liderança Tupinambá de Olivença*
Márcio Luiz Vargas Barbosa – *Colônia de Pesca Z-34*
Orlando Borges de Oliveira – *Associação dos Cabaneiros do Litoral Sul*
Rodrigo Menezes – *Universidade Livre do Mar e Mata (MARAMATA)*
Rosana Callone – *Associação de Turismo de Ilhéus (ATIL)*
Tatyana Bonfim – *Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos (CREA)*

Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima
Projeto Orla
ILHÉUS/BA

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Ministra de Estado

Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SQA)

Victor Zveibil Zular
Secretário

Rudolf de Noronha
Diretor

Ademilson Zamboni
Gerente do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos (GERCON)

Márcia Oliveira
Coordenadora Técnica do Projeto Orla

**Ministério do Planejamento
Orçamento e Gestão**

Paulo Bernardo
Ministro de Estado

Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

Alexandra Reschke
Secretária

Eliane Hirai
Diretora do Departamento de Ações Descentralizadas

Simone Gueresi
Coordenadora Geral de Projetos Especiais

Equipe Orla

Jair Gonçalves da Silva
Renata Portuguez Braga
Paula de Faria Neves Ferreira

Coordenação Técnica Estadual

Centro de Recursos Ambientais (CRA)

Maria Lúcia Cardoso de Souza
Diretora Geral

Maria de Fátima Vinhas de Almeida
Coordenadora do Gerenciamento Costeiro - Bahia

Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU)

Ana Lúcia Villas Boas
Gerente Regional do Patrimônio da União na Bahia

Arthur Oliveira Chagas
Coordenador de Gestão Patrimonial da GRPU/BA

Carlos Alberto Sobral Coimbra Junior
Técnico de Nível Superior da GRPU/BA

Instrutora da Oficina

Kátia Ramos da Silva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
2. INTRODUÇÃO	09
3. PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA - PGI	11
4. OBJETIVOS	14
4.1. OBJETIVOS GERAIS	
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
5. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR	16
6. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS	18
7. A ORLA DE ILHÉUS	24
7.1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	24
7.2. SÍNTESE HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO URBANA	25
8. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO/CLASSIFICAÇÃO DA ORLA	29
9. ÁREAS DE INTERVENÇÃO	82
9.1. TRECHO SÃO MIGUEL	83
9.1.1. Caracterização e contexto urbano	85
9.1.2. Situação legal e institucional	88
9.1.3. Caracterização dos problemas	88
9.1.4. Cenário de usos desejados para a orla	94
9.1.5. Ações e medidas estratégicas	97

9.2. TRECHO SOARES LOPES	107
9.2.1. Caracterização e contexto urbano	109
9.2.2. Situação legal e institucional	111
9.2.3. Caracterização dos problemas	112
9.2.4. Cenário de usos desejados para a orla	114
9.2.5. Ações e medidas estratégicas	117
9.3. TRECHO PRAIA DO SUL	125
9.3.1. Caracterização e contexto urbano	127
9.3.2. Situação legal e institucional	128
9.3.3. Caracterização dos problemas	129
9.3.4. Cenário de usos desejados para a orla	132
9.3.5. Ações e medidas estratégicas	135
10. ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO	143
11. ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	153
12. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	163
13. ANEXOS	164
13.1. QUADROS DE PARÂMETROS AMBIENTAIS	164
13.2. RESULTADOS DAS TARJETAS DAS MINIOFICINAS	167

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Orla é parte integrante do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Integrado (PNGC) proposto pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI - GERCO), da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) tendo como coordenadores o Ministério do Meio Ambiente (MMA) através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O Projeto Orla introduz uma sistemática de planejamento da ação local visando compartilhamento de atribuições da gestão da orla incorporando normas ambientais e urbanas na política de gestão e regulamentação dos usos dos terrenos e acrescidos de marinha buscando aumentar a participação social neste processo. Trata-se, portanto, de uma estratégia de descentralização de políticas públicas, enfocando a orla marítima.

Além dos aspectos relacionados à análise do território, os conflitos relacionados à destinação de terrenos e demais bens sob o domínio da União, têm reflexos nos espaços de convivência e lazer, especialmente as praias, consideradas de uso comum do povo.

Os dispositivos legais incidentes sobre a orla são basicamente fundamentados na Lei Nº 7.661/88 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), regulamentada pelo Decreto Nº 5.300/04, e na Lei Nº 9.636/98, regulamentada pelo Decreto Nº 3.725/01, que dispõe diretamente sobre o Patrimônio da União, do qual fazem parte os terrenos de marinha e seus acrescidos, onde se insere parte significativa da orla marítima.

A Lei Nº. 10.257/01 bem como o Decreto Nº. 4.297/02, que dispõem sobre o Estatuto das Cidades e o Zoneamento Ecológico Econômico, respectivamente, também devem estar associados ao desenvolvimento sustentável costeiro.

2. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta uma análise socioeconômica e ambiental da orla do Município de Ilhéus – Caracterização da orla, desde os cenários de uso e ocupação atual até o cenário desejado. O mesmo foi construído durante a Oficina de Capacitação de Gestores Locais, cuja primeira etapa foi realizada entre os dias 13 e 19 de fevereiro de 2006 e a segunda etapa entre os dias 11 e 13 de maio de 2006, tendo, ambas, contado com a participação de representantes do poder Público Federal, Estadual e Municipal e Sociedade Civil Organizada.

Entre a primeira e a segunda etapa foram realizadas minioficinas locais, nos dias 01, 06 e 19 de abril, com as comunidades dos trechos da Avenida Soares Lopes e Avenida Dois de Julho, do Sítio Paraíso ao Morro dos Navegantes e do Bairro São Miguel, respectivamente.

A orla de Ilhéus, por possuir mais de 80 Km de extensão e na impossibilidade de trabalhar detalhadamente a sua totalidade, foram escolhidos inicialmente, três trechos de intervenção. Assim, consta deste documento o Plano de Intervenção do trecho B da Unidade 2, Bairro São Miguel, do trecho Único da unidade 6, Avenida Soares Lopes e Avenida Dois de Julho, e do trecho E da Unidade 10, situado na Rodovia Ilhéus/Olivença entre o Sítio Paraíso e o Morro dos Navegantes.

Os benefícios do Projeto Orla para o Município de Ilhéus perpassam as questões sociais, ambientais e econômicas uma vez que busca minimizar os conflitos de uso e ocupação, proteger os recursos naturais, utilizar racionalmente as áreas livres existentes e identificar alternativas econômicas sustentáveis, buscando ordenar o uso desses espaços compatibilizando com as questões patrimonial, ambiental e urbana.



Vista aérea da cidade de Ilhéus

O Plano de Intervenção, produto do Projeto Orla, é um documento com vista a estabelecer as diretrizes para a gestão da orla, servindo, inclusive, como documento que norteará o estabelecimento de termos de cooperação entre os municípios e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente.

3. PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA - PGI

Os dados para a elaboração da análise sócio econômico ambiental – caracterização da orla – foram coletados durante a 1ª Oficina de Capacitação para os Gestores Locais de acordo com a metodologia proposta no âmbito do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima.

De acordo com esta metodologia, a Orla de Ilhéus foi dividida em 13 Unidades de Paisagem, contendo 34 trechos. Unidade de Paisagem é definida como uma área que apresenta uma homogeneidade de configuração, caracterizada pela disposição e dimensão similares dos quatro elementos definidores da paisagem: suporte físico; estrutura/padrão de drenagem; cobertura vegetal e mancha urbana. Para efeito de estudo, qualquer uma das grandes unidades de paisagem litorânea pode ser subdividida em subunidades aqui tratadas como trechos.



1ª Oficina de Capacitação
Foto: Ferreira, Ed



1ª Oficina de Capacitação
Foto: Ferreira, Ed

Após a sistematização dos dados obtidos na 1ª oficina de capacitação e a elaboração da versão preliminar da caracterização da Orla a mesma foi submetida à assembléia para revisão. Ficou a cargo desta assembléia a escolha dos trechos prioritários para intervenção bem como a formação de

uma comissão de mobilização. Por votação nesta mesma assembléia foram escolhidos três trechos, um localizado na Zona Norte, outro no Centro e um na Zona Sul.

O bairro São Miguel (Unidade 2 – Trecho B) foi apontado como prioridade máxima devido ao processo acelerado da erosão marítima, com o desaparecimento de ruas, casas residenciais e comerciais bem como a ocupação irregular em área de preservação permanente.

O trecho da Avenida Soares Lopes e da Avenida Dois de Julho (Unidade 6 – Trecho Único), no centro da cidade, consideradas cartão postal da cidade, encontra-se totalmente abandonado. O referido trecho possui uma área acrescida de marinha devido ao assoreamento causado pela construção do Porto do Malhado, suscetível ao uso e à ocupação inadequados.

O trecho localizado na zona Sul concentra um aglomerado desordenado de cabanas de praia em terreno de marinha, causando impactos ambientais negativos — incluindo aí a poluição visual com obstrução quase total da vista para o mar.

Escolhidos os trechos partiu-se para a realização das miniofícias nos respectivos trechos. A logística das miniofícias ficou a cargo da referida comissão, com o apoio da comissão técnica para a realização das mesmas.

A metodologia adotada para as mini oficinas seguiu o modelo de planejamento participativo, utilizando como material didático tarjas de cartolinhas coloridas, onde os participantes refletiam sobre “A Orla que eu tenho” suas potencialidades e problema, a “Orla que eu quero” trabalhando o imaginário, os sonhos, seus desejos e as “Propostas de Ação” para chegarmos a Orla desejada.



Slide apresentado nas Mini Oficinas



Slide apresentado nas Mini Oficinas

Durante as miniofícinas foram apresentados para a comunidade os objetivos do Projeto Orla, as parcerias, a caracterização da Orla para aquele trecho. Ressaltou-se também a importância da participação efetiva da comunidade na elaboração do Plano de Intervenção.



Mini oficina do trecho da Soares Lopes
Foto: Ferreira, Ed



Tarja A ORLA QUE EU QUERO
Foto: Ferreira, Ed

Foi proposta durante as miniofícinas a formação de um grupo de trabalho local tendo um orientador capacitado para a condução dos trabalhos. Coube a estes grupos locais uma elaboração mais detalhada dos resultados das miniofícinas. A realização das miniofícinas e dos grupos de trabalho local, com a participação da comunidade permitiu integrar conhecimentos e valores locais a novos conhecimentos técnicos, bem como, obter o maior números de informações possíveis para a elaboração do Plano de Intervenção.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVOS GERAIS

- Compatibilizar a política ambiental e patrimonial do governo federal no trato dos espaços litorâneos do Município de Ilhéus sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acréscidos de marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla;
- Promover o desenvolvimento sustentável da orla através da implementação de um conjunto de ações e medidas que envolvam os aspectos socioeconômicos e ambientais.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desses espaços;
- Desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada da orla;
- Buscar fontes alternativas de financiamento para elaboração e execução de programas e projetos de gestão integrada da orla;

- Estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla;
- Reordenar o espaço urbano da orla com o equacionamento das ocupações irregulares e das atividades impactantes;
- Compatibilizar a preservação e/ou conservação dos recursos naturais da orla com o desenvolvimento urbano.

5. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

Considerando a estrutura de gestão da Prefeitura Municipal de Ilhéus e a participação dos diversos grupos locais nas discussões das questões relacionadas à faixa litorânea, a execução do Plano de Gestão Integrada na Orla deverá ser assumida pelos diversos órgãos públicos municipais e pelos representantes da sociedade civil, com apoio dos governos estadual e federal.

Executor:

- Prefeitura Municipal de Ilhéus

Co-executores:

- Secretaria de Meio Ambiente
- Secretaria de Planejamento e Controle Orçamentário

Parceiros:

- Associação Regional dos Arquitetos e Engenheiros (ARENA)
- Associação dos Pescadores da Barra do Itaípe
- Associação dos Pescadores do Acuípe
- Associação dos Fotógrafos de Ilhéus
- Associação dos Hoteleiros de Ilhéus
- Associação dos Moradores do Bairro Teotônio Vilela
- Associação dos Cabaneiros de Olivença
- Associação de Moradores do Jóia do Atlântico
- Associação dos Cabaneiros do Litoral Sul
- Associação de Turismo de Ilhéus (ATIL)
- Associação dos índios Tupinambás de Olivença
- Cabaneiros do Litoral Norte
- Capitânia dos Portos de Ilhéus

- Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA)
- Conselho Municipal de Turismo de Ilhéus
- Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos (CREA)
- Colônia de Pesca Z-34
- Companhia das Docas da Bahia (CODEBA)
- Centro de Recursos Ambientais (CRA)
- Instituto de Estudos Sócio Ambiental (IESB)
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- Org. Pró-Defesa e Estudos dos Manguezais da Bahia (ORDEM)
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídrico (SEMARH)
- Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
- Universidade Livre do Mar e Mata (MARAMATA)

6. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS

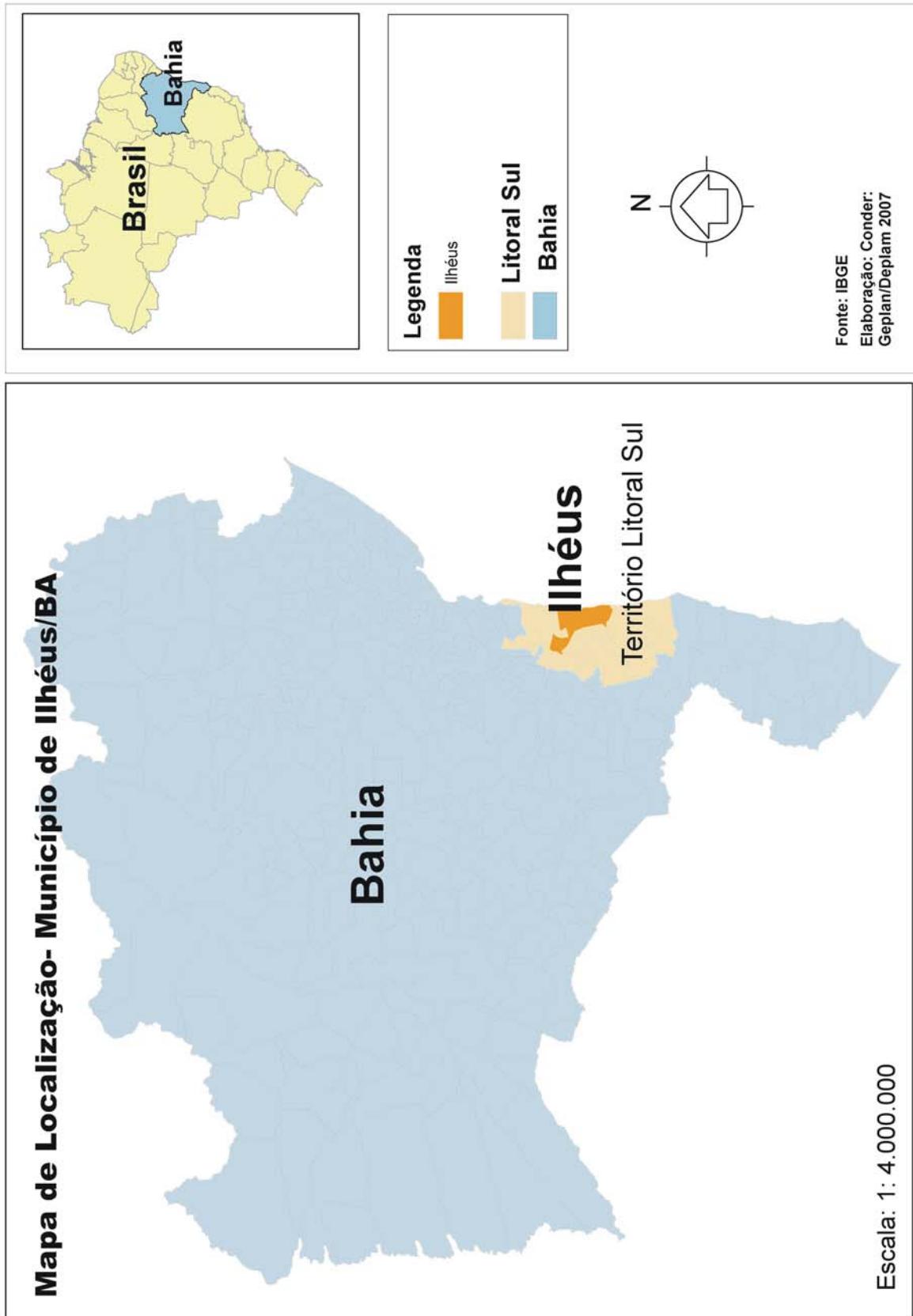


Vista aérea da cidade de Ilhéus

Com a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias surge em 1.535 no cume de um outeiro, hoje outeiro de São Sebastião, a Vila de São Jorge dos Ilhéos. Em 28 de junho de 1.881 a Vila foi elevada à categoria de Cidade – São Jorge dos Ilhéos, depois Ilhéos, hoje Ilhéus.

O município com 1.841Km² localiza-se na Região Econômica Sul da Bahia, tendo como coordenadas Geográfica 14° 47' 55" de latitude Sul e 39° 02' 01" de longitude Oeste.

O relevo do município de Ilhéus mostra-se diversificado e apresenta cinco tipos principais, que correspondem às áreas: da planície litorânea, das colinas ou mamelões, dos tabuleiros, das serras ou terras altas e da depressão da Lagoa do Itaípe.



A região de Ilhéus está inserida na Região Administrativa da Água - RAA XI – Bacia do Leste, onde se destacam os Rios Cachoeira, Almada e Santana.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes a 2006, o município possui uma população estimada em 220.932 habitantes e densidade demográfica de 120 hab p/km².

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, segundo a Superintendência de Estudos Sociais da Bahia (SEI/2003), é de 0,703 superior a média do Estado da Bahia que é de 0,693, colocando o município na posição de 22º lugar no contexto dos municípios Baianos.

Problemas como ocupação irregular e desordenada em Áreas de Preservação Permanente, poluição dos recursos hídricos, êxodo rural, formação de bolsões de pobreza são alguns dos desafios ao desenvolvimento sustentável.

O sistema de abastecimento de água é operado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA em regime de concessão. A rede de distribuição de água atende a 90% da cidade.

A captação de água consta de duas Barragens: a Barragem do Iguape e a do Rio Santana. A Barragem do Iguape localiza-se no Distrito Industrial, com área de aproximadamente 26 ha e uma profundidade média de 10m, representando um volume de 2,6milhões de metros cúbicos de água e é responsável por 69% do consumo de água, com adução de até 340l/s.

O sistema de esgotamento sanitário é do tipo separador absoluto e atende a cerca de 35% da população, possui rede coletora, estações elevatórias,

interceptores e está subdividido na Sub-Bacia Pontal, Sub-Bacia Centro e na Sub-Bacia Distrito. Foi inaugurada a estação de tratamento, amenizando parcialmente um dos maiores problemas da cidade, o lançamento *in natura* dos resíduos coletados no estuário do rio Itacanoeira e o lançamento dos mesmos, advindos da parcela não atendida pelo sistema, nos cursos d'água e nas praias. Ressalve-se que parte da população tem seu esgoto domiciliar ligado à rede de drenagem pública. No entanto, a maioria da população, inclusive da orla, utiliza fossas sépticas, recomendáveis apenas para locais onde não haja rede coletora, pois só removem 40% da carga orgânica dos resíduos.

A drenagem pública na cidade apresenta problemas de esgotamento das águas em função da geomorfologia da área, da falta de manutenção sistemática do sistema, da falta de investimentos e da ocupação em áreas inadequadas (várzeas, fundo de vales, mangues, encosta, etc.).

Ilhéus é razoavelmente atendida por telefones públicos, residenciais e comerciais. Possui telefonia celular, cinco emissoras de rádio, duas redes de televisão regional (Itabuna) e correios.

O fornecimento de energia elétrica é operado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, tendo como fonte geradora a Barragem do Funil, interligada à usina de Paulo Afonso, do Sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Os serviços de limpeza pública ficam a cargo da Prefeitura Municipal de Ilhéus, através da Secretaria de Serviços Urbanos e compreendem coleta e destinação final dos resíduos sólidos domésticos, comercial, industrial e de saúde, varrição e capina.

A destinação final destes resíduos é feita no aterro sanitário, localizado no povoado de Itariri, que funciona de maneira precária. Este aterro foi incluído na área da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, após a ampliação da mesma.

Embora o município possua um Plano Diretor de Limpeza Urbana - PDLU, concluído em 1988, o mesmo nunca foi implantado.

O transporte fluvial hoje restrito a pequenas embarcações, canoas ou pequenos barcos que trafegam no curso inferior dos rios Cachoeira, Fundão e Almada, representou um importante meio de transporte para o escoamento da produção agrícola e de transporte de passageiros para a zona sul da cidade.

O primeiro porto de Ilhéus, o porto da Foz do Rio Cachoeira, foi construído nos anos 20. Em 1971, foi inaugurado o Porto Internacional do Malhado. O primeiro porto do Brasil construído em mar aberto.

Dada a extensão do município e a sua diversidade de biossistemas, representados por ecossistemas marinhos costeiros; mata atlântica e ecossistemas associados a exemplo de mangue e restinga; bacias hidrográficas; lagoas; cachoeiras; mata ciliar e encostas que juntos e harmoniosamente dão ao município um destaque de rara beleza, coloca-o como um dos maiores potenciais bióticos e cênicos da costa brasileira.

Devido ao clima quente e úmido, com chuvas abundantes durante todo o ano, predomina no município a floresta tropical perenifólia, latifoliada, rica em diversidade de espécies com abundância de lianas e epífitas. Esta vegetação faz parte da Mata Atlântica, hoje, em sua maioria, representada por pequenas manchas verdes em local de difícil acesso.

O município possui duas Unidades de Conservação, a APA da Lagoa Encantada e Rio Almada e o Parque Municipal da Boa Esperança.

A APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, criada pelo Decreto Estadual Nº. 2.217, de 14 de julho 1993, e ampliada pelo Decreto Estadual Nº. 8.650, de 22 de setembro de 2003, com área de 157.745 ha., engloba oito municípios e seu Plano de Manejo refere-se, apenas, a área original. A APA possui como principais unidades fisiográficas, a linha de praia com restinga, a planície fluvio marinha com manguezal, a planície aluvial com várzeas e brejos, as encostas das falésias e, finalmente, os tabuleiros ou altiplanos, com vegetação em estágios distintos de regeneração. O local de destaque da APA é a Lagoa Encantada, localizada no município de Ilhéus, com um espelho d'água de cerca de 5km de extensão por 3km de largura, cercada de cachoeiras, matas e fazendas de cacau. Todo o litoral norte do município está inserido na referida APA.

O Parque Municipal da Boa Esperança, situado no perímetro urbano de Ilhéus, conserva um importante remanescente do ecossistema Mata Atlântica. Num espaço geográfico privilegiado, com área de influência de três bacias hidrográficas, as dos Rios Santana, Cachoeira e Almada, ocupando a microbacia do Rio Sete Voltas, possuem uma área legal de 437,2129 ha. de Mata Atlântica hidrófila em área costeira, de alta biodiversidade em espécies animais e vegetais, com solos de média a alta fertilidade natural e clima úmido-chuvoso (média anual de 1.800 mm). As áreas mais conservadas do Parque representam uns dos últimos remanescentes de Mata Atlântica primária, com floresta nativa bem conservada. Ainda, margeia o entorno leste uma área extensa de manguezal e ao sudeste uma área de restinga, ambas as formações vegetais de relevante importância ecológica.

7. A ORLA DE ILHÉUS

7.1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

A Zona Costeira do município de Ilhéus de uma maneira especial foi agraciado pela sua extensão, pela variedade de suas formas e pela diversidade de seus ecossistemas. Praias, baías, manguezais, restingas, ilhas, recifes de arenito, tômbulo, dunas, estuários, bancos de areia, brejos e baixios - uma sucessão de paisagens que se estende por 84 km compreendida entre o arraial do Acuípe, limite sul, tendo como divisor o rio Acuípe e povoado da Ponta do Ramo, limite norte, tendo como divisor o rio Sargi.



A Orla de Ilhéus
Foto: Fereira, Ed.

Poucas reentrâncias e saliências fazem com que o litoral seja quase retilíneo.

As praias não se sucedem de modo contínuo, porque são sempre interrompidas por formação do cristalino e por curso d'água que vão ter ao litoral. A praia tem a sua gênese ligada a um período mais seco do quaternário recente (ANDRADE, 2003).

7.2. SÍNTESE HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO URBANA

A produção do espaço urbano em Ilhéus, intimamente ligado à formação da economia cacauíra, foi fruto das relações sociais que definiram a organização social e econômica da cidade. Observa-se que a cidade de Ilhéus, apesar de ter sido fundada no começo do século XVI, só foi elevada à categoria de cidade no final do século XIX, justamente no período em que se consolidou a lavoura cacauíra como economia exportadora. Foi neste período que transpareceram os interesses de sua base econômica, definindo sua estrutura de classe e sua forma de apropriação da terra.

A predominância de vilas e povoados ao longo do litoral, no final do século XVIII, justifica-se pela necessidade de transporte marítimo e pela importância da comercialização dos produtos para o mercado exterior. Daí uma maior ocupação e crescimento nos núcleos situados no litoral.

Quando Ilhéus foi elevada à categoria de cidade sua ocupação restringia-se às planícies litorâneas da ilha, próximas à foz do Rio Cachoeira, e as do Pontal; ao Morro do Unhão e ao Outeiro de Nossa Senhora da Vitória. Sua população contava de 1.042 habitantes.

Após a independência do país, gradativamente as cidades costeiras perderam sua função militar e consolidaram-se apenas aquelas que possuíam hegemonia política e econômica.

A consolidação de Ilhéus como uma das maiores cidades do Estado, apesar de sua distância de Salvador, deu-se pela economia do cacau e por sua localização privilegiada. Depois de Salvador, Ilhéus tornou-se a única cidade litorânea de destaque na Bahia.

Nas três primeiras décadas do século XX observou-se na cidade uma ocupação, embora nuclear, diluída. A ocupação deu-se ao norte, na Velosa, atual bairro do Malhado, com uma população de menor poder aquisitivo, na maioria pescadores. No vetor sul, a ocupação irradiou-se a partir do bairro do Pontal. O centro, núcleo principal da ilha, expandiu-se com a ocupação dos altos da Vitória e da Conquista.

Em 1939 foi doada pelo município ao governo federal uma área no Pontal para a implantação de uma pista de aeronaves. Foi então aberta a pista do atual aeroporto para servir especificamente ao transporte militar e aos correios e telégrafos. Com a pavimentação da pista em 1950, são introduzidos vôos semanais de passageiros para Ilhéus.

Data desta época, também, o início da construção da avenida, naquele tempo chamada de João Pessoa, hoje, Soares Lopes, que ligaria à Avenida Dois de Julho, com a execução da muralha de contenção e a colocação da estátua do Cristo Redentor.

Em 1969 foi concluída a construção do molhe do porto do Malhado, a pavimentação da rodovia Buerarema/Itajuípe (BR-101), o asfaltamento da rodovia Ilhéus/Itabuna (BR-415), a ponte da entrada da cidade de Ilhéus e encontrava-se em construção a rodovia Ilhéus/Una (BA-001).

Deste período data a construção da ponte do Pontal (1967) que muito contribuiu para a expansão no sentido sul e para a sua consolidação como o maior e o mais importante vetor para habitações de classe média e alta,

assim como para equipamentos de lazer e veraneio. Também deste período, data o início das obras do Porto do Malhado, no final da década de 70.

Embora a interiorização tenha causado um enfraquecimento nos núcleos urbanos litorâneos, Ilhéus não perdeu importância por sua localização. Observa-se em Ilhéus uma mudança econômica no uso do seu litoral, não mais se sobressai pela estreita ligação com a estrutura da economia cacaueira, de porto e centro social e político, mas, também, pelas suas praias e áreas propícias ao lazer, ocupadas pela elite do cacau.

O acúmulo de capital, advindo da lavoura cacaueira, permitiu à classe dominante ocupar essas faixas litorâneas da cidade de Ilhéus para a construção de equipamentos de lazer e recreação. Surgem loteamentos, clubes, bares e restaurantes.

No vetor norte, após o Itaípe, anteriormente só ocupado por pescadores na península do São Miguel, foi implantado o loteamento do Savóia e do Sítio Lídia e o Distrito Industrial. Ainda no vetor norte, duas obras contribuíram para sua ocupação, o asfaltamento da rodovia Ilhéus/Uruçuca e a construção da ponte do Iguape sobre o Rio Almada, ligando o Distrito Industrial ao bairro do São Miguel e ao litoral norte. É importante salientar que esta ponte foi de fundamental importância para a viabilização da Rodovia Ilhéus/Itacaré.

No final da década de 70 e início da de 80, ao longo da rodovia Ilhéus/Itacaré, surgiu o loteamento Jóia do Atlântico e, posteriormente, o loteamento São Domingos.

Em relação ao vetor sul, na década de 70, implantou-se no Pontal dois loteamentos. Um, inicialmente de classe média/baixa, denominado Sapetinga, e outro, destinado à classe de médio poder aquisitivo, chamado Jardim Pontal.

Com o início do asfaltamento da rodovia Ilhéus/Olivença, no início da década de 80, surgiram ao longo da rodovia dois loteamentos, o Loteamento Gabriela e o Loteamento Jardim Atlântico. Esta rodovia consolidou-se como importante vetor turístico da cidade.

Na segunda metade da década de 80, o Município, com o assoreamento causado pela implantação do Porto do Malhado na praia da Avenida Soares Lopes, contratou um projeto de urbanização para a área. A obra foi inaugurada em 1992, porém não executada na íntegra.

Em consequência desse processo de assoreamento provocado pelo molhe do Porto, houve uma erosão na zona norte, no bairro do São Miguel, suprimindo ruas e casas e obrigando o Governo Municipal, em parceria com o Governo Federal, a construir um enroncamento para evitar a continuidade do avanço do mar.

8. SÍNTSE DO DIAGNÓSTICO/CLASSIFICAÇÃO DA ORLA



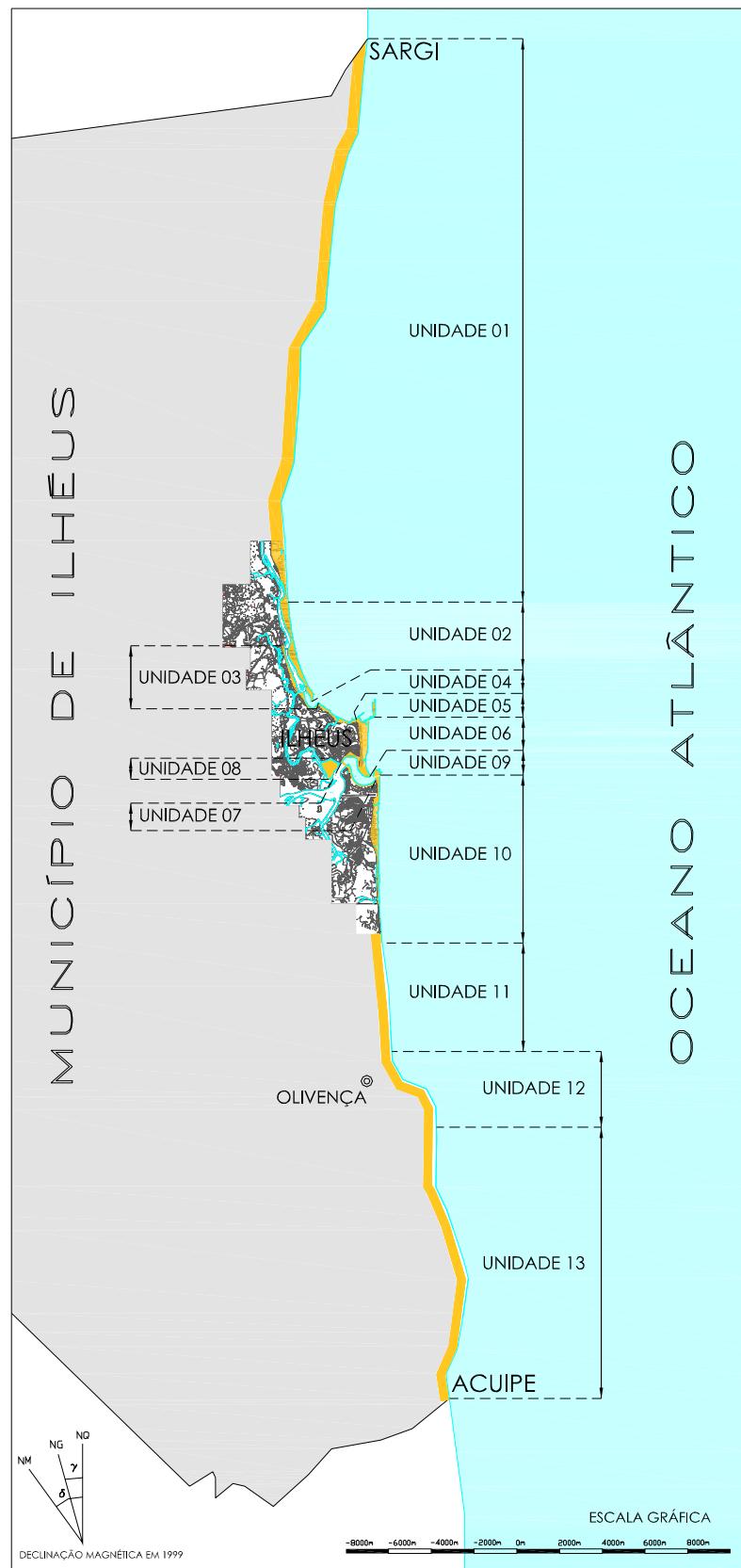
Vista aérea da orla do Município de Ilhéus

De acordo com a descrição da metodologia proposta no Curso de Capacitação do Projeto Orla - MMA, a Orla de Ilhéus foi subdividida em 13 unidades de paisagem somando 34 trechos. Como citado anteriormente apenas três serão contempladas com o Plano de Intervenção.

A rodovia Ilhéus/Itacaré, serviu de limítrofe das Unidades de Paisagem ao norte do município, e as Unidades de Paisagem ao sul foram delimitadas a 50 metros a oeste da rodovia Ilhéus/Canavieiras.

Esta demarcação diferenciada entre a zona norte e sul deu-se devido à proximidade da rodovia Ilhéus /Canavieira com o Oceano Atlântico. A Orla situada no Centro da cidade teve como limítrofe 50 metros a oeste da linha limite dos terrenos de marinha (ver mapas dos trechos de intervenção).

A Orla do Município de Ilhéus e suas Unidades de Paisagem



UNIDADE 01

Inserida na APA da Lagoa Encantada e rio Almada, sua delimitação vai do Rio Sargi até o começo do Loteamento São Domingos. Apresenta orla exposta em todo seu trecho e seus níveis de ocupação caracterizam-se por trechos não urbanizados, urbanizados e predominantemente em processo de ocupação. São observados atributos naturais de mata atlântica, restinga, mangues, espécies vegetais exóticas, dunas, brejos, rios, apícuns, além da presença de fauna silvestre, principalmente primatas e pássaros. Os usos mais presentes são de hotelaria, moradia e lazer e suas atividades mais significativas à pesca, o artesanato, a mariscagem e o extrativismo vegetal do dendê, do coco e do caju. Esta unidade, dividida em três trechos, apresenta como principais problemas a dificuldade de acesso à praia causando a obstrução dos direitos difusos e coletivos e o desmatamento ocasionando a degradação ambiental da área.

Trecho A – Entre o Rio Sargi até o povoado do Mamoã, configura-se como classe A.

Orla exposta, rústica, com acesso indireto e restrito à praia, com presença de grandes glebas desocupadas, alguns loteamentos e empreendimentos turísticos de pequeno porte. Caracteriza-se por mata de restinga e por fragmentos de restinga, coqueirais, mangues em processo de degradação e cursos d'água.



Rio Sargi
Foto: Ferreira, Ed



Grandes glebas desocupadas
Foto: Ferreira, Ed

Neste trecho encontra-se o povoado da Ponta do Ramo com ocupação desordenada, ocupações de áreas de proteção permanente, pequenas pousadas, residências e um aglomerado desordenado de cabanas de praia situadas em área da União.

Trecho B – Entre o povoado do Mamoã e o Rio Japara, configura- se como classe A para B.

Com orla exposta esse trecho caracteriza-se por loteamentos de baixa densidade de ocupação, com acesso indireto e restrito à praia. Caracteriza- se por fragmentos de restinga, coqueirais, mangues e brejos. Os usos de ocupação prioritária são de residências fixas e de veraneio, com presença de alguns empreendimentos hoteleiros de pequeno porte. O povoado do Mamoã situa-se neste trecho com ocupação consolidada, tendo, também, ocupação em área de proteção permanente e aglomerado desordenado de barracas de praia.



Desordenamento de barracas de praia
Foto: Ferreira, Ed



Povoado do Mamoã
Foto: Ferreira, Ed

Trecho C – Entre o Rio Japara e o início do Loteamento São Domingos, configura-se como classe A.

Apresenta Orla exposta não urbanizada, rústica de baixo adensamento e caracterizada por manchas de restinga arbórea, arbustiva e herbácea. Há presença de áreas úmidas com afloramento do lençol freático. O acesso às

praias é restrito e seu principal uso é residencial, embora haja pequenas propriedades rurais ativas e o uso rarefeito de hotelaria e turismo.



Restinga arbórea, arbustiva e herbácea
Foto: Ferreira, Ed



Uso restrito à praia
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 02

Unidade inserida na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, sua delimitação vai do loteamento São Domingos ao bairro São Miguel. Esta unidade apresenta orla exposta, urbanização consolidada e em processo de densificação. Seus atributos naturais caracterizam-se por pequenos fragmentos de restinga herbácea e arbustiva, remanescentes de manguezais, coqueiros e cursos d'água. Em toda extensão da unidade o litoral sofre processo de erosão em função das obras do Porto do Malhado. Nesta unidade situa-se o bairro São Miguel, uma península margeada pelo oceano Atlântico e o rio Almada, com presença de remanescentes de manguezais. Apresenta residências fixas e de veraneio com pequeno comércio, cabanas de praia, restaurantes, pousadas e lojas de artesanato. A pesca artesanal, a mariscagem e o beneficiamento (defumação), bem como estaleiros para reparo de barco fazem parte das atividades desenvolvidas pela comunidade.

Trecho A – Entre o início do loteamento São Domingos e a rótula de acesso à ponte, configura-se como classe C.

Apresenta orla exposta, urbanização consolidada e pouco adensada com residências fixas e de veraneio. Seus atributos naturais caracterizam-se por praia, fragmentos de restinga herbácea, remanescentes de manguezais e coqueirais. Os usos encontrados no trecho são o residencial, veraneio, comercial e turístico. As atividades são a pesca artesanal e o lazer com barracas de praia padronizadas.



Barracas padronizadas e processo de erosão
Foto: Ferreira, Ed



Loteamento São Domingos
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Entre a rótula de acesso a ponte e o fim do bairro São Miguel, configura-se como classe de B para C

TRECHO DE INTERVENÇÃO

Apresenta orla exposta fluvial e marítima, com mancha urbana consolidada e adensada, com residências fixas e de veraneio e áreas não ocupadas. O acesso à orla marítima é direto e à orla fluvial é indireto (fundo de lotes e mangue). Seus atributos naturais caracterizam-se por praia, em processo erosivo, fragmentos de restinga herbácea e arbustiva, mangue arbóreo margeando o rio Almada. Dentre as atividades desenvolvidas pela comunidade destacam-se a pesca artesanal, a mariscagem, o comércio (bares, restaurantes, barracas de praia), as manifestações populares e o lazer.



Pesca artesanal
Foto: Ferreira, Ed



Vista do bairro São Miguel
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 03

Inserida na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada e situada ao longo do Rio Almada é delimitada entre a ponte do rio Almada e a foz do mesmo. Esta unidade apresenta orla fluvial exposta e fluvio-marítima semi abrigada de ocupação consolidada. Seus atributos naturais caracterizam-se por manguezais, rios, restinga e estuário. Além da moradia, do comércio e do lazer, esta unidade apresenta o uso da pesca e da mariscagem.

Trecho A – Da ponte do Rio Almada até o canal do Itaípe, configura-se como classe C.

Apresenta orla fluvial exposta com faixa de mangue em toda sua extensão, sendo o mesmo limítrofe de fundo de quintal. De urbanização consolidada, este trecho caracteriza-se por uso predominantemente residencial e pequeno comércio local.



Mangue em fundo de quintal
Foto: Ferreira, Ed



Rio Almada e Manguezal
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Entre o canal do Itaípe e a foz do rio Almada

Apresenta orla fluvio-marítima semi abrigada, em processo de assoreamento, com ocupação regular consolidada e ocupação desordenada e irregular. Este trecho caracteriza-se, também, pela ocupação irregular, adensada e em progressiva densificação em área de preservação permanente - APP, tornado-se assim uma área de risco, com alto potencial de poluição sanitária e visual. Observa-se ainda remanescentes de mangue arbóreo e arbustivo em processo acelerado de degradação. A atividade principal é a pesca e a mariscagem.



Ocupação desordenada e irregular
Foto: Ferreira, Ed



Atividade pesqueira
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 4

Sua delimitação vai da Foz do Rio Almada até o Porto do Malhado. Caracteriza-se como Orla exposta com urbanização consolidada, tendo como atributos naturais, praias rochosas e arenosas, estuário e mar. Há nesta unidade uma negação total da vegetação nativa de mangue e restinga. O uso observado é o residencial, o comercial, o esporte e o lazer.

Trecho A – Entre a foz do rio Almada e o monumento da Sereia, configura- se como classe C

Apresenta orla exposta em processo de erosão com ocupação consolidada de uso residencial e comercial, com um aglomerado desordenado de

barracas de praia e um hotel. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se a pesca artesanal e o lazer. Seu atributo natural restringe-se a praias rochosas e arenosas.



Praia do Marciano
Foto: Ferreira, Ed



Monumento da Sereia
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Entre o monumento da Sereia e o Porto do Malhado, configura-se como classe C

Apresenta orla exposta com ocupação consolidada e totalmente urbanizada de uso residencial e comercial, com bares, restaurantes, pousadas, hotéis, cabanas de praia padronizadas e praças com quadras esportivas e pista de skate. Neste trecho encontra-se o late Clube de Ilhéus, a 16ª CSM – Circunscrição de Serviço Militar e a Delegacia dos Portos de Ilhéus.



late Clube de Ilhéus e praia do Malhado ao fundo
Foto: Ferreira, Ed



Canal drenagem com esgoto na Praia do Malhado
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 05

Trecho Especial – Porto do Malhado

O Porto de Ilhéus movimenta, atualmente, as seguintes cargas: grãos e farelo de soja, amêndoas importada de cacau, produtos locais de cacau e de informática e algodão. A movimentação de passageiros é reduzida, com exceção dos meses compreendidos entre outubro e março quando há um maior fluxo de turista.



Vista aérea do Porto do Malhado
Foto: Ferreira, Ed



Porto do Malhado
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 06

Trecho Único – Entre o Porto do Malhado e o monumento do Cristo, que compreende a Avenida Soares Lopes e parte da Avenida Dois de Julho, configura-se como classe C.

TRECHO DE INTERVENÇÃO

Apresenta orla exposta em processo de assoreamento com ocupação consolidada e totalmente urbanizada de uso residencial, comercial, turístico, lazer e serviços. Tendo como atributos naturais praia em mar aberto com vegetação de restinga herbácea em processo de regeneração e espécies vegetais introduzidas que compõe o parque Bule Marx.



Avenida Soares Lopes
Foto: Ferreira, Ed



Praia do Cristo
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 07

Esta unidade possui seus limites do monumento do Cristo até o Morro de Pernambuco. Sua orla possui trechos com orla abrigada e semi abrigada com ocupação consolidada e urbanizada. É caracterizada pela baía do Pontal, receptora dos rios Cachoeira, Itacanoeira e Santana, onde observa-se a presença de botos. Apresenta, também, áreas de regeneração de manguezais e de introdução de vegetação exótica. Os principais usos são o residencial, o turístico, o comercial, o de lazer e o da pesca. O esporte náutico e a atividade portuária (antigo porto) também caracterizam o uso do local.

Trecho A – Entre o monumento do Cristo e a Praça José Marcelino, configura-se como classe C

Com orla semi abrigada urbana com características mistas de usos residencial, comercial, de lazer, turismo e esportes náuticos, esse trecho é caracterizado por um conjunto arquitetônico de interesse histórico originário da ocupação inicial do sítio urbano. São observadas ao longo da orla a presença de calçadões, jardins, bares e restaurantes que propiciam uma área de contemplação da paisagem e de ponto de encontro noturno.



Praça José Marcelino à esquerda
Foto: Ferreira, Ed



Avenida Dois de Julho e casario histórico
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Entre a Praça José Marcelino e a Ponte do Pontal, configura-se como classe C.

Esse trecho caracteriza-se por uma orla urbana semi abrigada cuja característica mais significativa é a de ter tido o primeiro porto da cidade. Com acesso direto, inclusive marítimo e fluvial, essa área apresenta uma ocupação comercial e institucional e de suporte pesqueiro e portuário. A existência de um porto no local originou a presença de galpões, hoje desocupados e subutilizados, passíveis de revitalização e requalificação urbana.



Vista do antigo porto
Foto: Ferreira, Ed



Antigo porto e armazéns
Foto: Ferreira, Ed

Trecho C – Entre a Ponte do Pontal e o Morro de Pernambuco, configura-se como classe C

Com orla semi abrigada urbana de ocupação consolidada e adensada, esse trecho apresenta uso residencial, comercial, de lazer e turismo. Sendo o único acesso da cidade às praias do litoral sul, esse trecho de orla é caracterizado como de fundamental importância ao sistema viário, sendo alvo de constantes projetos de mobilidade urbana. É observada ao longo da orla a presença de calçadões, bares e restaurantes que propiciam uma área de contemplação para a baía do Pontal.



Avenida Lomanto Junior
Foto: Ferreira, Ed



Baía do Pontal e Ponte Lomanto Junior
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 08

Trecho Único – Ilha do Frade configura-se como classe A.

Orla fluvial exposta, abrigada e rústica, esse trecho caracteriza-se como de interesse especial por apresentar excepcionais atributos naturais como manguezais e remanescentes de Mata Atlântica utilizada na cultura do cacau no sistema cabruca (plantio do cacau sob a Mata Atlântica raleada). Esta ilha, uma fazenda de cacau com aproximadamente 40 hectares, possui uma casa sede e algumas casas de trabalhadores e seu acesso é restrito e feito somente por via fluvial.



Ilha do frade ao fundo e a esquerda
Foto: Ferreira, Ed



Ilha do frade ao fundo e a esquerda
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 09

Trecho Único – Morro de Pernambuco, configura-se como classe A.

Marcado pela presença de um farol, este trecho caracteriza-se como orla exposta não urbanizada cujos atributos naturais são rochas e praias com nascentes de águas potáveis, vegetação de restinga herbácea, arbustiva e arbórea e espécies exóticas. Esse trecho é um tómbulo de acesso indireto e precário, possui sua ocupação voltada para o lazer (praia isolada) e o apoio à navegação (farol). Vale ressaltar que o Morro de Pernambuco é uma área de interesse especial, tombado através de Decreto Municipal, Nº. 046/97, de 29 de maio de 1997, como de interesse histórico e paisagístico.



Vista aérea do Morro de Pernambuco
Foto: Ferreira, Ed



Prainha do Morro de Pernambuco
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 10

Seus limites vão do Morro de Pernambuco até o limite norte do Morro dos Navegantes. Sua orla é exposta de urbanização consolidada e seus atributos naturais caracterizam-se por praias, recifes de arenito, vegetação de restinga herbácea e coqueirais. O uso encontrado no trecho é o residencial, comercial, turismo, lazer e transporte aéreo.

Trecho A – Entre o Morro de Pernambuco e o Aeroporto Jorge Amado, configura-se como classe C.

Orla exposta de ocupação irregular, consolidada e adensada, de uso residencial e comercial local, com acesso direto à praia. Seus principais atributos naturais são praias rochosas e recifes de arenito. Caracteriza-se basicamente como área de lazer destinada a banho e pesca com anzol.



Praias rochosas e recifes de arenito
Foto: Ferreira, Ed



Avenida Litorânea Sul
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Área em frente ao Aeroporto Jorge Amado, que configura-se como classe C.

O Aeroporto Jorge Amado, localizado no bairro do Pontal, zona Sul da cidade, com uma pista de pouso e decolagem de 1.574,45m de comprimento por 45m de largura, com tráfego de aeronaves de pequeno e médio porte, possui 5.174m² destinada ao terminal de passageiros e 187,58m² para terminal de cargas.

Trecho sem ocupação, sujeita à legislação aérea (cone do aeroporto), de acesso livre, sem vegetação e com presença de recifes de arenito que formam, na maré baixa, piscinas.



Vista área do Aeroporto Jorge Amado
Foto: Ferreira, Ed



Avenida Litorânea Sul
Foto: Ferreira, Ed.

Trecho C – Entre o aeroporto Jorge Amado e o início do loteamento Sítio São Paulo, configura-se como classe C Orla exposta ocupada por residências, empreendimentos hoteleiros de pequeno porte, clubes e aglomerado desordenado de barracas de praia com acesso parcialmente bloqueado à praia. Sua cobertura vegetal caracteriza-se pela presença de restinga herbácea e arbustiva e coqueirais. Observa-se no trecho a presença de cursos d'água.



Barracas de praia desordenadas
Foto: Ferreira, Ed



Restinga herbácea e arbustiva ao fundo
Foto: Ferreira, Ed

Trecho D – Entre o início do loteamento Sítio São Paulo até o Sítio Paraíso, configura-se como classe C

Orla exposta ocupada essencialmente por loteamentos predominantemente de uso residencial, com empreendimentos hoteleiros de pequeno porte, clubes e algumas barracas de praia. Acesso parcialmente bloqueado à praia. Sua cobertura vegetal caracteriza-se pela presença de restinga herbácea e arbustiva e coqueirais.



Vista aérea do Sítio Paraíso
Foto: Ferreira, Ed



Sítio São Paulo
Foto: Ferreira, Ed

Trecho E – Entre o Sítio Paraíso até o limite norte do Morro dos Navegantes, configura-se como classe B para C.

TRECHO DE INTERVENÇÃO

Orla exposta em processo de urbanização, ocupação residencial pouco adensada, com empreendimentos hoteleiros de pequeno e médio porte e adensamento desordenado de barracas de praias sem padronização. Acesso parcialmente livre à praia. Sua cobertura vegetal caracteriza-se por fragmentos de restinga herbácea, coqueirais e espécies exóticas. Sua ocupação está voltada para as atividades de turismo e lazer.



Rodovia Ilhéus/Canavieiras - BA 001
Foto: Ferreira, Ed



Barracas de praia
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 11

Unidade compreendida entre o limite norte do morro dos Navegantes até o início da praia do Jubiabá. Sua orla é exposta de ocupação pouco adensada e seus atributos naturais caracterizam-se por praias, vegetação de restinga herbácea e arbustiva, coqueirais, mangue, recifes de arenito, praias e cursos d'água. O uso encontrado no trecho é o residencial, comercial, turismo e lazer.

Trecho A – Entre o norte do Morro dos Navegantes até o 2º trevo do Cururupe, configura-se como classe de A para B

Orla exposta semi rústica de ocupação rarefeita. Trecho de rara beleza cênica com presença de morro, recifes de arenito, praias arenosas, vegetação de restinga herbácea e arbustiva contendo o estuário do rio Cururupe com remanescentes de manguezais. Uso residencial, comercial (cabanas de praia) instaladas de forma adensada e desordenada. Local propício ao turismo e lazer.



Foz do Rio Cururupe
Foto: Ferreira, Ed



Barracas de praia
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Entre o 2^a trevo do Cururupe até o clube do BANEB, configura-se como classe B.

Orla exposta em processo de urbanização. Uso residencial, comercial, turístico, recreação, pesca artesanal e lazer. Os atributos naturais observados são praias, vegetação de restinga herbácea, coqueirais e cursos d'água.



Vegetação de restinga e coqueirais
Foto: Ferreira, Ed



Praia em frente ao Clube do BANEB
Foto: Ferreira, Ed

Trecho C – Entre o Clube do BANEB até o final do loteamento Parque dos Orixás, configura-se como classe B.

Orla exposta em processo de urbanização, com adensamento em alguns pontos e acesso restrito à praia. Presença de vegetação de restinga herbácea e arbustiva com inserção de plantas exóticas. O uso observado é o residencial, comercial, loteamentos, lazer e turístico.



Introdução de plantas exóticas
Foto: Ferreira, Ed



Acesso restrito à praia
Foto: Ferreira, Ed

Trecho D – Entre o final do loteamento Parque dos Orixás até a praia do Backdoor, configura-se como classe B.

Este trecho de orla exposta em processo de urbanização caracteriza-se por vegetação de restinga herbácea e arbustiva com inserção de plantas exótica, presença de cursos d'água, praias. Seu uso é o residencial, comercial, turístico e esporte náutico (surf).



Praia do Backdoor
Foto: Ferreira, Ed



Praias rochosas e arenosas
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 12

Sua delimitação vai do início da praia do Jubiabá até a praia do Cai N'água. Apresenta orla exposta em todo seu trecho e com ocupação consolidada. São observados atributos naturais de praias rochosas, rios, morros, recifes, águas medicinais e remanescentes de restinga. Os usos mais presentes são de barracas de praia, hotelaria, moradia e lazer. Vale ressaltar que esta unidade está inserida no distrito de Olivença, única Estância Hidromineral à beira mar do país e de águas medicinais.

Trecho A – Praia do Jubiabá, configura-se como classe B

Orla exposta, semi rústica, de acesso precário à praia, ocupada por um empreendimento misto (hoteleiro e residencial). Sua cobertura vegetal caracteriza-se pela presença de restinga herbácea e coqueirais e sua praia é essencialmente rochosa.



Praia do Jubiabá
Foto: Ferreira, Ed



Hotel Jubiabá
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Praia de Batuba configura-se como classe B.

Orla exposta, semi rústica, de acesso direto à praia, há uma descaracterização total da fitofisionomia de restinga com introdução de espécies exóticas, paisagísticas e gramíneas. O rio Tororomba após passar pelo balneário do mesmo nome deságua neste trecho. As ocupações neste trecho são bem distintas. Aglomerado residencial de ocupação desordenada, pertencentes a famílias indígenas da Tribo Tupinambás de

Olivença, sem rede coletora de esgoto, os efluentes domésticos são depositados em fossas rudimentares ou expostos a céu aberto. A outra ocupação trata-se do Complexo Turístico Praia de Batuba em fase de acabamento, com alvará de construção e licenciamento ambiental, ambos emitidos pela prefeitura, o qual se encontra embargado pelo Ministério Público. Existe junto a SPU processo de regularização nº. 04941000947/05-64 (inscrição de ocupação) referente ao empreendimento. Há também o uso de esporte náutico, com destaque para o surf.



Praia de Batuba
Foto: Ferreira, Ed



Complexo turístico
Foto: Ferreira, Ed

Trecho C – Entre o vagão e a praia dos Milagres, configura-se como classe C. Orla exposta com urbanização consolidada e adensada, de praia rochosa com construção sobre as mesmas adentrando a praia e o mar. Acesso livre a praia. Ausência de vegetação de restinga, introdução de espécies exóticas e gramíneas. Uso residencial, comercial, turístico, esporte náutico, festeiros religiosos e manifestações populares.



Olivença - urbanização consolidada
Foto: Ferreira, Ed



Praia de acesso livre, rochosa e arenosa
Foto: Ferreira, Ed

Trecho D – Entre a praia dos Milagres e o início do loteamento Sirihiba, configura-se como classe B.

Orla em processo de urbanização com adensamento em alguns pontos, caracteriza-se com vegetação de restinga herbácea e arbustiva bem representativa. Presença de cursos d'água e local de desova de tartaruga. Seu uso é residencial (loteamentos), comercial, turístico e lazer.



Praia dos Milagres
Foto: Ferreira, Ed



Loteamento Sirihiba
Foto: Ferreira, Ed

UNIDADE 13

Os limites desta unidade vão do loteamento Sirihiba até o rio Acuípe. Sua orla é exposta e sua ocupação encontra-se em processo de urbanização. Seus atributos naturais caracterizam-se por praias rochosas, rios, dunas, manguezais e restinga. O uso encontrado no trecho é o residencial, veraneio, comercial (barracas de praia), turismo (hotéis e pousadas) e de assentamentos de pescadores.

Trecho A – Entre o loteamento Sirihiba e o início da Vila Jairi, configura-se como classe B

Orla exposta, rústica, de ocupação pouco adensada, o acesso à praia é interrompido em vários pontos. Caracterizada pela presença de coqueirais, restinga herbácea e arbustiva e dunas. Presença de cursos d'água, inclusive o rio Jairi. Os usos são o residencial, o turístico, o comercial e o lazer. A pesca artesanal é significativa no local.



Loteamento Sirihiba
Foto: Ferreira, Ed



Vegetação de restinga
Foto: Ferreira, Ed

Trecho B – Entre o início da Vila Jairi e o final do loteamento Águas de Olivença, configura-se como classe B.

Orla exposta, semi rústica, caracterizada por restinga herbácea e arbustiva com manchas verdes significativas adentrando o litoral, coqueiral e plantas exóticas. O acesso à praia é restrito pelo loteamento Águas de Olivença que se encontra totalmente murado e por algumas glebas cercadas. Neste trecho localiza-se a Vila Jairi, um núcleo consolidado, pouco adensado e de ocupação anterior ao loteamento Águas de Olivença. O uso no trecho é residencial e de veraneio, comercial, turístico, lazer e pesca artesanal.



Vila Jairi
Foto: Ferreira, Ed



Presença de vegetação de restinga
Foto: Ferreira, Ed

Trecho C – Entre o final do loteamento Águas de Olivença e o início do Village Indaiá, configura-se como classe A.

Orla exposta, rústica, pouco adensada, de acesso restrito à praia, caracterizada por vegetação de restinga herbácea e arbustiva bastante significativa, com inserção de plantas exóticas (coqueirais) e presença de corpos d'água. Uma área de grande especulação imobiliária cujo uso, ainda pequeno, é de residências e turismo (Villages). Este trecho destaca-se como importante para a preservação e/ou a conservação ambiental.



Orla rústica
Foto: Ferreira, Ed



Vegetação de restinga
Foto: Ferreira, Ed

Trecho D – Entre o início do Village Indaiá e o início da Ilha dos Desejos, configura-se como classe A.

Orla exposta, rústica, de ocupação rarefeita, com acesso restrito à praia, caracterizada pela presença de restinga herbácea e arbustiva bastante representativa, manguezais e coqueirais. O trecho apresenta grande pressão imobiliária por possuir grandes glebas cercadas e com vegetação característica. O uso, em pequena escala, é o residencial e o turístico. No local, encontra-se a pesca artesanal e a desova de tartarugas.



Village Indaiá
Foto: Ferreira, Ed



Acesso restrito à praia
Foto: Ferreira, Ed

Trecho E – Entre o início da Ilha dos Desejos e o limite do município de Ilhéus (rio Acuípe), configura-se como classe B.

Trecho de orla exposta, semi rústica, com acessos restritos à praia através de passarelas rústicas sobre o manguezal. Caracteriza-se pela presença de mangues e restinga herbácea e arbustiva. Neste trecho encontra-se o Arraial do Acuípe, um núcleo consolidado, situado à margem da rodovia BA 001 (Ilhéus/Una) e o manguezal. As residências localizam-se na faixa de domínio do DERBA, sob fios de alta tensão, configurando-se como área de risco. Esta comunidade vive basicamente da pesca e da mariscagem. A comunidade possui um defumador de camarão em sistema de associativismo e um pequeno ancoradouro.



Ilha dos Desejos
Foto: Ferreira, Ed



Barra do Acuípe
Foto: Ferreira, Ed

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 01 delimitação – do Rio Sargi até o início do loteamento São Domingos usos - hotelaria, pesca, lazer, artesanato, moradia, mariscagem, indústria imobiliária, extrativismo vegetal (dendê, coco e caju) forma – orla exposta atributos naturais - manguezais, apicuns, rios, brejos, restinga, mata atlântica, dunas, coqueirais, fauna silvestre (principalmente primatas e pássaros) níveis de ocupação - não urbanizada, urbanizada e em processo de urbanização	A – Do Rio Sargi até o povoado do Mamoã	A	<ul style="list-style-type: none"> área situada na APA da Lagoa Encantada mata de restinga rústico grandes glebas vazias implantação de algumas pousadas 	<ul style="list-style-type: none"> beleza cênica turística pesca artesanal lazer esporte/surf área de preservação / conservação 	<ul style="list-style-type: none"> dificuldade de acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> grandes glebas cercadas 	<ul style="list-style-type: none"> obstrução dos direitos difusos e coletivos
					<ul style="list-style-type: none"> pressão imobiliária 	<ul style="list-style-type: none"> atividade turística sem ordenamento 	<ul style="list-style-type: none"> uso e ocupação do solo desordenada fragmentação do ecossistema
	B – Entre o povoado do Mamoã e o rio Japara	A	<ul style="list-style-type: none"> loteamentos e povoados fragmentos de restinga e coqueirais, com presença de mangues e brejos, ocupações de corredores urbanos acesso indireto e restrito uso – indústria imobiliária, pesca artesanal, hotelaria, comércio e artesanato principal uso – residencial e veraneio 	<ul style="list-style-type: none"> aqüicultura, peca, culinária típica, artesanato desova de tartarugas, presença de lontras extrativismo (caju, coco e dendê) jangadeiro 	<ul style="list-style-type: none"> ausência de saneamento lixo no mangue desmatamento (restinga) desemprego ausência de campanha de conscientização pesca predatória aterros de mangues e brejos queimadas sem segurança, assistência médica, iluminação 	<ul style="list-style-type: none"> ocupação de APP (mangues) loteamento clandestino exploração imobiliária pecuária clandestina trabalho informal 	<ul style="list-style-type: none"> degradação ambiental ameaça de espécies desvalorização da área escassez de recursos pesqueiros problemas de saúde da população (doenças físicas)

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	C – Entre o rio Japara e o início do loteamento São Domingos	A	<ul style="list-style-type: none"> • rústico e baixo adensamento • mancha de restinga arbórea, arbustiva e herbácea, com fragmentos urbanos, presença de área úmida com afloramento de lençol • acesso restrito ou inexistente • hotelaria(turismo), residências, indústria imobiliária, pesca • principal uso - residencial 	<ul style="list-style-type: none"> • pesca, desova de tartarugas, aquicultura, • hotelaria, lazer, turismo • caju, coco, dendê • esporte náutico • jangadeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de acesso a praia • queimadas • caça e venda ilegal • irregularização fundiária • lixo • transporte coletivo precário • falta saneamento ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • especulação imobiliária • pecuária com manejo inadequado • pesca predatória • falta de conscientização • falta de fiscalização • desemprego • falta de infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> • degradação ambiental • ameaça de espécies • desvalorização da área • escassez de recursos pesqueiros • problemas de saúde da população (doenças físicas)

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 02 delimitação – do Loteamento São Domingos até o bairro São Miguel usos - moradia, pesca, lazer, mariscagem, comércio, artesanato, pousada, defumadores, estaleiros, frigoríficos forma – orla exposta atributos naturais - manguezais, apicuns, rios, restinga, estuário, praia níveis de ocupação - urbanização consolidada	A – do loteamento São Domingos até a rotula de acesso á ponte	C	<ul style="list-style-type: none"> • convencional com baixo adensamento • mancha urbana bem consolidada com presença de corredor de mangue arbóreo a margem do rio e restinga • acesso direto e indireto • pesca, hotelaria, comercio • principal uso – residencial, veraneio e comercio 	<ul style="list-style-type: none"> • pesca, • esporte aquático • criação de uma unidade de conservação - ocorrência de botos e tartarugas • artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> • invasão do mar • ausência de saneamento • esgoto ao mangue e rio • casas abandonadas • desemprego • invasão / favelas • contenções mal feitas • sem segurança e saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • construção do porto • emprego informal • pesca predatória • desrespeito à legislação • lançamento de resíduos pesqueiros • atividades econômicas informais • falta de atividades econômicas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • modificação da paisagem • degradação ambiental • extinção de espécies • diminuição dos recursos naturais • empobrecimento dos pescadores • perda da identidade cultural

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	B – Entre a rótula até o São Miguel	De B para C	<ul style="list-style-type: none"> • orla exposta fluvial e marítima • ocupação convencional com alto adensamento • mancha urbana bem consolidada com presença de corredor de mangue arbóreo a margem do rio e restinga • acesso direto e indireto • pesca, hotelaria, comércio, artesanato, mariscagem • principal uso – residencial, veraneio e comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • tradição cultural, religiosa • pesca, • esporte aquático • ocorrência de botos e tartarugas • artesanato • mariscagem 	<ul style="list-style-type: none"> • invasão do mar • ausência de saneamento • esgoto lançado ao mangue e rio • casas abandonadas • desemprego • poluição sonora • invasão / favelas • contenções mal feitas • sem segurança, saúde • precariedade das vias públicas quando existentes • baixo retorno das atividades artesanais • precariedade no beneficiamento do pescado 	<ul style="list-style-type: none"> • construção do porto • emprego informal • pesca predatória • desrespeito à legislação ambiental e à de ordenamento territorial urbano • lançamento de resíduos pesqueiros • inexistência de rede de esgotamento sanitário • falta de fiscalização • falta de política habitacional • falta de infraestrutura para as atividades econômicas locais 	<ul style="list-style-type: none"> • modificação da paisagem • degradação ambiental • extinção de espécies • diminuição dos recursos naturais • empobrecimento dos pescadores • perda da identidade cultural

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 03 delimitação – da ponte do rio Almada até a foz do mesmo usos - moradia, pesca, lazer, mariscagem, comércio, artesanato forma – orla fluvial exposta e fluviomarítima semi-abrigada atributos naturais - manguezais, rios, restinga, estuário níveis de ocupação - urbanização consolidada	A – Entre a ponte até o canal do rio Itaípe	C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação convencional com grande adensamento • mancha urbana, sem presença de vegetação significativa • uso residencial e comércio local 	<ul style="list-style-type: none"> • moradia e comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • aterro de mangue • lançamento de esgoto no rio 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de fiscalização • ligação domiciliares de esgoto na rede de drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição dos recursos hídricos e do solo • veiculação de doenças
	B – Entre o canal do rio Itaípe e a foz do rio Almada	C	<ul style="list-style-type: none"> • orla em processo de assoreamento • ocupação convencional com grande adensamento • ocupação irregular em área de mangue (área de risco) • mancha urbana, sem presença de vegetação significativa • uso da pesca, mariscagem e comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • pesca artesanal • mariscagem 	<ul style="list-style-type: none"> • degradação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação de mangues • assentamentos informais • problema fundiário • assoreamento • destinação inadequada dos resíduos de pesca e de mariscagem 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição visual • poluição dos recursos hídricos e do solo • veiculação de doenças • redução dos recursos pesqueiros • desvalorização da área • ameaça de extinção de espécies
					<ul style="list-style-type: none"> • ocupação em área de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de política habitacional 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças • insegurança da população

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
					<ul style="list-style-type: none"> • ocupação irregular em área de mangue 	<ul style="list-style-type: none"> • ausência de fiscalização • falta de política habitacional 	<ul style="list-style-type: none"> • perda da biodiversidade • desequilíbrio ambiental • redução dos recursos pesqueiros • redução da renda familiar
					<ul style="list-style-type: none"> • falta de saneamento básico 	<ul style="list-style-type: none"> • assentamentos informais 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças • redução dos recursos pesqueiros

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 04 delimitação – da foz do rio Almada até o Porto do Malhado usos - moradia, pesca, lazer e comércio forma – orla exposta atributos naturais – rio, mar e praias rochosas níveis de ocupação - urbanização consolidada	A - da foz do rio Almada até o monume nto da Sereia	C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação consolidada • uso misto (residencial e comercial) • barracas de praia • hotel 	<ul style="list-style-type: none"> • residencial • turístico • lazer • pesca artesanal 	• falta de saneamento básico	• ocupação espontânea sem previsão de infraestrutura	• veiculação de doenças • redução dos recursos pesqueiros
					• constantes inundações em áreas habitadas	• falta de drenagem	• veiculação de doenças • diminuição do fluxo de turistas
					• ocupação irregular	• ausência de fiscalização	• falta de documentação legal
					• poucos acessos à praia	• ausência de fiscalização	• obstrução dos direitos difusos e coletivo
					• falta de infraestrutura		
					• processo de erosão fluviomarinha	• obras de ampliação do porto	• insegurança da população
	B – Do monume nto da Sereia até o Porto	C	<ul style="list-style-type: none"> • área de ocupação mista consolidada e urbanizada • atividade de lazer na faixa de área da marinha 	<ul style="list-style-type: none"> • residencial • turístico • lazer • esporte 	• lançamento de efluentes líquidos no canal de drenagem da rede pluvial	• falta de fiscalização • escape da estação de bombeamento de esgoto	• poluição visual • mau cheiro • veiculação de doenças

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 05 delimitação – Porto do Malhado uso - portuário forma – orla exposta atributos naturais – mar aberto	Especial						

Obs: Por se tratar de Trecho Especial, seguindo a metodologia do Ministério do Meio Ambiente proposta para a elaboração do Plano de Gestão Integrada, não foi realizado diagnóstico no local.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 06 delimitação - do Porto Internacional do Malhado ao Cristo orla exposta urbanizada em processo de assoreamento vegetação: regeneração de restinga rasteira e vegetação exótica recurso natural: mar aberto atividades: residencial, comercial, turística, cultural, esporte e lazer.	A – do Porto do Malhado ao monume nto do Cristo	C	<ul style="list-style-type: none"> • orla urbana mista, residencial, comercial de serviço, esporte e lazer. • atividade econômica: comercial, turística e serviços. • acessos: ao longo do trecho ligados por vias transversais rodoviárias 	<ul style="list-style-type: none"> • esportes e eventos múltiplos. • parque destina ao esporte laser e cultura (projeto Burle Marx) • adensamento populacional através da verticalização. • alternativa viária (sul/norte) • utilização sistemática da praia por banhistas em função do bom balneabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • área em processo progressivo de assoreamento sujeita a ocupação. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de um plano diretor atualizado. 	<ul style="list-style-type: none"> • desordenamento urbano.
					<ul style="list-style-type: none"> • assoreamento • mau cheiro e lançamento de resíduos • utilização sistemática da praia por banhistas em função do bom balneabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de suporte de águas pluviais abaixo da capacidade da demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> • mau cheiro, veiculação de doenças parasitárias, dermatoses, etc.) e vetores.
					<ul style="list-style-type: none"> • Áreas subutilizadas dentro do perímetro projeto burle Marx 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de conclusão da implantação e de manutenção do (projeto burle Marx). 	<ul style="list-style-type: none"> • sub utilização de áreas de alto valor paisagístico e ambiental.
					<ul style="list-style-type: none"> • sub utilização das áreas da avenida. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de equipamento urbano e de equipamentos de segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> • áreas desertas e inseguras.
					<ul style="list-style-type: none"> • pressão para implantação de empreendimentos imobiliários na área da praia 	<ul style="list-style-type: none"> • alto valor imobiliário para ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> • risco de ocupação e utilização indevida nas áreas de praia.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
					• drenagem		
					• assoreamento		
					⇒	* depósito de entulho no entorno do cristo	
					• poluição atmosférica	• embarque da soja nos navios	• mau cheiro e poeira

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 07 delimitação: Cristo ao Morro de Pernambuco atributos naturais: b baia, receptora dos rios cachoeira, Santana, itacanoeira/fundão, manguezais, plantas exóticas. tipologia e forma: abrigada, semi-abrigada e urbanizada; principais usos: atividade turística, comercial, portuária, pesqueira, residencial, cultural, esporte e lazer.	A – Do Cristo a Praça José Marcelino	C	<ul style="list-style-type: none"> • orla semi abrigada urbana, mista, comercial e residencial. • ativ. eco: comercial, serviços, turístico. • acesso: rodoviário, marítimo/fluvial. • Presença de centro histórico 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo • Patrimônio histórico 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência do saneamento básico: esgoto 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de fiscalização e de utilização da rede de esgoto. 	<ul style="list-style-type: none"> • comprometimento da fauna e flora aquática como também da balneabilidade da água
	B – Da Pça Jose Marcelino a Ponte do Pontal	C	<ul style="list-style-type: none"> • orla urbana semi abrigada, mista, comercial e institucional. • ativ. eco: comercial, portuária pesqueira. • acesso: direto rodoviário, marítimo/fluvial. 	<ul style="list-style-type: none"> • revitalização urbana p/ativ. de lazer e cultura. • apoio na atividade pesqueira. 	<ul style="list-style-type: none"> • ligações clandestinas de esgotos. • deterioração urbana. • poluição da baía, com deposição de resíduos sólidos nas margens; • perda da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de fiscalização da Embasa e de utilização de rede de esgoto. • falta de utilização de alternativas para ocupação dos imóveis. • falta de um plano de ocupação e uso para o local. • baía receptora de poluentes dos rios. 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição visual da paisagem histórica local. • odor desagradável. • frequência de vândalos, drogados e marginais. • comprometimento da fauna e flora aquática como também da balneabilidade da água

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	C – Entre a ponte do Pontal e o Morro de Pernamb uco	C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação: orla urbana, mista, comercial e residencial. • Atividade econômica, turística, comercial, serviços, apoio pesq. e cultural. *acesso: direto rodoviário/marítimo/flu vial. 	<ul style="list-style-type: none"> • esportes náuticos c/motorizarão de baixo impacto. 	<ul style="list-style-type: none"> • efluentes domésticos canalizados clandestinamente a rede de drenagem, extravasados na baía. assoreamento nas margens da baía. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta do sistema de esgotamento sanitário. • falta de conscientização da população. • falta de fiscalização e controle sanitário. • desmatamento das matas ciliares e manguezais a montante dos rios. 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças parasitárias. • poluição da baía. • mudança no relevo do leito da baía. • mudança da cobertura natural de praia por uma cobertura consequente de manguezais.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 08 delimitação - Ilha do Frade e entorno atributos naturais - receptora dos rios Cachoeira, Santana, Itacanoeira/Fundão, manguezais tipologia e forma: orla fluvial exposta e abrigada	A – Ilha do Frade	A	<ul style="list-style-type: none"> • orla rústica e não urbanizada. • Atividade econômica: pescado informal de marisco. • acesso: marítimo/flu vial 	<ul style="list-style-type: none"> • esportes náuticos c/motorizarão de baixo impacto. • turismo ecológico e mariscagem sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • baía poluída/ receptora dos rios Cachoeira, Santana e Itacanoeira-Fundão. • lançamento/deposição de esgotos domésticos no canal do jacaré; • perda da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • pressão para ocupação imobiliária. • corte seletivo e predatório e clandestino madeira. • inserção de comunidade no canal do jacaré s/planejamento. • lançamento de efluentes ao longo dos rios 	<ul style="list-style-type: none"> • descaracterização da cobertura vegetal e paisagem natural. • acúmulo de poluentes no substrato do manguezal. • redução da proliferação da fauna marinha.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 09 delimitação – Morro de Pernambuco usos - lazer, turismo e auxílio à navegação forma – orla exposta atributos naturais - morro, rochas, praias com nascentes de águas potáveis, vegetação variada. níveis de urbanização - não urbanizado	A – Morro de Pernambuco	A	<ul style="list-style-type: none"> • configura-se como um tómbulo • sem ocupação (com exceção do farol) • uso – lazer/turismo e auxílio a navegação • atividade econômica incipiente • acesso indireto e precário 	<ul style="list-style-type: none"> • paisagem, praia, topografia, fonte de água mineral • economia – exploração turística • sociais – geração de emprego nas atividades de apoio ao turismo, socialização • culturais – cenário para educação ambiental, divulgação histórica 	<ul style="list-style-type: none"> • acumulo de lixo • erosão/ prejuízo da cobertura do solo • acesso inadequado de veículos • barraca de praia irregular • ma utilização e conservação dos pontos de interesse (farol, mirante e praia) • falta de infraestrutura de apoio ao visitante 	• turismo e lazer sem controle e sem educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • poluição • perda da camada orgânica do solo • estímulo a ocupação irregular do apoio ao turismo • estímulo ao vandalismo • redução ao fluxo turístico

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 10 delimitação - Morro de Pernambuco até o Morro dos Navegantes usos - lazer, turismo, comercial, habitacional, hospedagem, transporte aéreo forma - orla exposta atributos naturais - praias, recifes, vegetação de restinga, coqueirais. níveis de ocupação - urbanização consolidada	A – Morro de Pernambuco até divisa do Aeroporto	C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação adensada residencial • pesca artesanal • restaurantes e bares • acesso direto 	<ul style="list-style-type: none"> • integração do bairro a cidade, revitalizando moradias, comércio e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • acumulo de lixo • falta de saneamento • ocupação irregular • falta de infraestrutura (pavimentação, iluminação, drenagem e arborização) 	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação irregular • política pública ineficaz 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição • baixos padrões de qualidade de vida • desestímulo ao turismo e lazer • insegurança
	B – frente da área do Aeroporto	C	<ul style="list-style-type: none"> • cone de aproximação da pista do aeroporto • sem cobertura vegetal • ocupação especial serviço de transporte aéreo • acesso livre 	<ul style="list-style-type: none"> • ampliação da pista 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de iluminação • falta de pavimentação 	<ul style="list-style-type: none"> • intervenção da infraero 	<ul style="list-style-type: none"> • insegurança

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	C – do limite do Aeroporto até o início do loteamento Sítio São Paulo	C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação comercial, hospedagem, clubes, residências, pouco adensadas • cobertura vegetal, restinga, coqueiros • acesso parcialmente bloqueado 	<ul style="list-style-type: none"> • econômicas – turismo, esporte aquático, comércio, serviços • naturais – paisagem, praia • social – geração de emprego • cultural – culinária artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> • invasão de área de praia e de marinha • lançamento de efluentes poluídos • barracas irregulares • falta de áreas públicas de lazer (esporte, praças) • falta de acesso direto à praia; • disposição inadequada de resíduos sólidos; • insegurança e violenta • falta de saneamento • falta de equipamento seguro para travessia de pedestre 	<ul style="list-style-type: none"> • expansão urbana desordenada • ação imobiliária de alto impacto 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição • obstrução dos direitos difusos e coletivos • baixa atratividade turística • baixa balneabilidade • atropelamentos • afogamentos

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	D – do Sítio São Paulo até o Sítio Paraíso	C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação consolidada e pouco adensada. • uso múltiplo:comercial, residencial , lazer e turístico. • acesso parcialmente bloqueado da praia • cobertura vegetal: restinga herbácea, espécies exóticas(coqueiros, amendoeiras e paisagística) e gramíneas • cabanas de praias instaladas. • presença de loteamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • turismo • lazer • comercial • esporte náutico e de praia. • uso residencial e comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> • fechamento dos acessos públicos à praia pelos loteamentos e hotéis, 	<ul style="list-style-type: none"> • inserção de loteamentos com fechamento irregular dos acessos e ineficiência do poder público na fiscalização. 	<ul style="list-style-type: none"> • restrição no acesso à praia/ obstrução dos direitos difusos e coletivos.
					<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de rede coletora de esgoto 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças.
					<ul style="list-style-type: none"> • invasão de área de marinha/observar mapa. 	<ul style="list-style-type: none"> • ineficiência do poder público na aplicabilidade de dispositivos normativos/ reguladores. 	<ul style="list-style-type: none"> • obstrução dos direitos difusos e coletivos.
					<ul style="list-style-type: none"> • iluminação pública precária 	<ul style="list-style-type: none"> • ineficiência do poder público no atendimento a demanda e manutenção. 	<ul style="list-style-type: none"> • riscos de acidentes e violência /insegurança.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	E – do Sítio Paraíso até o Morro dos Navegan- tes	B para C	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação comercial (cabanas, hotelaria, loteamentos) pouco adensada • cobertura coqueiros e restinga • turismo e lazer (cabanas) 	<ul style="list-style-type: none"> • econômico – turismo, esporte aquático, comercial • social – geração de emprego, pólo de educação ambiental • natural – paisagem, praias e culinária 	<ul style="list-style-type: none"> • drenagem natural interrompida pela BA 001 • lixo • dificuldade de acesso à praia • insegurança • falta de salva vida • falta de iluminação • falta de áreas públicas com infraestrutura de suporte ao equipamento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> • construção da estrada em área de marinha • proximidade entre as barracas • expansão urbana desordenada • atividade turística desordenada 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição • violência • acidentes: atropelamentos e afogamentos

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 11 delimitação – Morro dos Navegantes até a praia do Jubiabá usos - turístico (hotéis e pousadas); comercial (cabanas); lazer (clubes, praias); residencial e veraneio forma – orla exposta atributos naturais - praias, recifes de corais, vegetação de restinga, morro, manguezal níveis de ocupação - em processo de urbanização e não urbanizada	A - Do norte do Morro dos Navegantes até o 2º trevo do Cururupe .	A para B	<ul style="list-style-type: none"> • semi rústico • uso múltiplo-residencial, comercial e de lazer. aglomerado de cabanas de praia • instaladas de forma desordenada, a maioria das quais sem as mínimas condições físicas e sanitárias. • vegetação de restinga herbácea e arbustiva e manguezais. • trecho com área de relevo acidentado. • ambiente estuário. 	<ul style="list-style-type: none"> • turística com inserção de pousadas e restaurantes. • pesca artesanal. • lazer. • área de preservação permanente APP. 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e do rio • insegurança • péssimas condições sanitárias de algumas barracas 	<ul style="list-style-type: none"> • resíduos da disposição final dos resíduos sólidos urbanos na área de influência (antigo lixão da cidade). • falta de rede coletora de esgoto. • acondicionamento e disposição inadequados dos resíduos sólidos gerados nas barracas de praia • precariedade na iluminação pública • adensamento de algumas barracas de praia sem infra estrutura as quais servem também de moradia, com presença de animais 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças. • danos ao meio ambiente com redução da biota • riscos de acidentes e violência. • impacto visual negativo, mau cheiro, areia suja, veiculação de doenças, redução do turistas e visitantes.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
					<ul style="list-style-type: none"> • erosão em algumas áreas de encostas 	<ul style="list-style-type: none"> • desmatamento e corte nas encostas para retirada de areia. 	<ul style="list-style-type: none"> • deslizamento de terras, descaracterização da paisagem.
	B - do 2º trevo do Cururupe até Clube do Baneb	B	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação em processo de consolidação. • uso múltiplo-residencial comercial e turístico. • ótima visibilidade para o mar. • presença de recursos hídricos. • vegetação de restinga herbácea e arbustiva com introdução de espécies exóticas a exemplo de coqueiros, amendoeiras e paisagística • da pista da Br para a praia baixa ocupação com clubes recreativos e casas residenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • pesca artesanal. • lazer. • turística • comercial • uso residencial 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e dos recursos hídricos. • insegurança • ocupação irregular de terrenos de marinha 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de rede coletora de esgoto • deficiência de iluminação pública. • ineficiência do poder público na aplicabilidade de dispositivos normativos /reguladores 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças • violência e acidente • obstrução dos direitos difusos e coletivos.

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	C - do Clube do Baneb até o final do loteamen to Parque dos Orixás	B	<ul style="list-style-type: none"> • em processo de urbanização, com adensamento em alguns pontos. • vegetação de restinga herbácea e arbustiva com inserção de plantas exóticas. • múltiplo:residencial, • comercial, • loteamentos,lazer, • turístico 	<ul style="list-style-type: none"> • turístico • lazer • residencial • pesca artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade de acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> • cerca mento dos acessos 	<ul style="list-style-type: none"> • obstrução dos direitos difusos e coletivos.
					<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de rede coletora de esgotos. • deficiência na coleta de lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças e proliferação de vetores patogênicos
					<ul style="list-style-type: none"> • loteamentos clandestinos 	<ul style="list-style-type: none"> • ineficiência do serviço público 	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação desordenada
	D – do final do loteamen to Parque dos Orixás até a Praia do Backdoor	B	<ul style="list-style-type: none"> • em processo de urbanização • vegetação: restinga herbácea e arbustiva com inserção de espécies exóticas. • manchas verdes acentuadas 	<ul style="list-style-type: none"> • turismo • esporte náutico(surf) • pesca artesanal • lazer • agro floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade de acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> • cerca mento das propriedades impedindo o acesso a praia 	<ul style="list-style-type: none"> • obstrução dos direitos difusos e coletivos.
					<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de rede coletora de esgoto. 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças
					<ul style="list-style-type: none"> • insegurança 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de iluminação pública 	<ul style="list-style-type: none"> • violência e acidentes

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
UNIDADE 12 delimitação – praia do Jubiabá até a praia do Cai N'água usos - turístico (hotéis e pousadas, barracas); residencial e comercial (lojas de conveniência, artesanato e farmácia) forma – orla exposta atributos naturais - praias rochosas, rios, morros, recifes de corais, águas medicinais, (remanescentes de restinga) níveis de ocupação - urbanização consolidada	A – praia do Jubiabá	B	<ul style="list-style-type: none"> • semi rústico • restinga e plantas exóticas • acesso inexistente (só pelas pedras) • turismo • pesca artesanal • lazer (surf) • festa popular 	<ul style="list-style-type: none"> • turismo • pesca artesanal • esporte-surf • mergulho de observação • festa popular (peregrinação) dos povos indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição da praia 	<ul style="list-style-type: none"> • lançamento de esgoto "in natura" no mar 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças, inadequação para atividades aquáticas de contato direto
	B – praia de Batuba	B	<ul style="list-style-type: none"> • semi rústico • coqueiral, plantas exóticas • acesso direto • turismo, cabanas • pesca artesanal • comercial e lazer • festa popular • venda de artesanato indígena 	<ul style="list-style-type: none"> • turismo • recreação aquática • comércio - cabanas • surf/vôlei... • pesca artesanal • festa popular – puchada do mastro • comercialização – feira de artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> • lixo na praia 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de equipamento e coleta • visitação / turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças • degradação • afastamento dos visitantes
					<ul style="list-style-type: none"> • esgoto a céu aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • inexistência de saneamento básico 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças • degradação ambiental • diminuição de balneabilidade
					<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade comercial de locomoção à noite 	<ul style="list-style-type: none"> • iluminação precária 	<ul style="list-style-type: none"> • afastamento de turistas e visitantes • insegurança
					<ul style="list-style-type: none"> • paisagem degradada 	<ul style="list-style-type: none"> • barracas fechadas., abandonadas 	<ul style="list-style-type: none"> • afastamento do turista e visitantes

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	C - do vagão até a praia dos Milagres	C	<ul style="list-style-type: none"> • urbanização consolidada e adensada, • orla horizontal. • praia rochosa • construção sobre as rochas adentrando a praia e mar. • acesso livre a praia • ausência de vegetação de restinga, introdução de espécies exóticas e gramíneas. • uso múltiplo: residencial, comercial, turístico, esporte náutico, festos religiosos e manifestações populares. 	<ul style="list-style-type: none"> • residencial. • turística • lazer • esporte náutico(surf) • tendência festivas(cultural, religiosa). 	• despadronização das barracas de praia	• construções irregulares	<ul style="list-style-type: none"> • impacto visual negativo. • 1-diminuição do fluxo turístico e visitante
					• precariedade das instalações das barracas de praia	<ul style="list-style-type: none"> • barracas de praia inativas e ou abandonadas. • falta de sistema de esgotamento sanitária 	<ul style="list-style-type: none"> • impacto visual negativo. • diminuição do fluxo turístico e visitante
					• lançamento dos efluentes domésticos na rede de drenagem pluvial com escoamento na praia.	• falta de fiscalização por parte do poder público	<ul style="list-style-type: none"> • poluição da praia. • veiculação de doenças

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	D - da praia dos Milagres até o inicio do loteamen to Sirihiba	B	<ul style="list-style-type: none"> • orla em processo de urbanização com adensamento em alguns pontos • uso múltiplo:residencial (casas),comercial, loteamentos. • vegetação- restinga herbácea e arbustiva aparente com introdução de espécies exóticas. • local de desova de tartarugas marinhas • presença de corpo água. <p>relevo acidentado com declividade acentuada e com processo erosivo em alguns pontos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • lazer. • turismo • pesca artesanal • preservação/conservação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e dos recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de sistema de esgotamento sanitário • precariedade na coleta pública de lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> • danos ao meio ambiente (biota). • veiculação de doenças. • proliferação de vetores patogênicos
					<ul style="list-style-type: none"> • insegurança. 	<ul style="list-style-type: none"> • deficiência nos serviços de iluminação pública 	<ul style="list-style-type: none"> • violência e acidentes

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
<p>UNIDADE 13</p> <p>delimitação – do loteamento Sirihiba até o rio Acuípe</p> <p>usos – turístico (hotéis e pousadas); residencial; comercial (cabanas), veraneio e assentamento de pescadores</p> <p>forma – orla exposta</p> <p>atributos naturais – praias rochosas, rios, corais, dunas, manguezal, restinga</p> <p>níveis de ocupação - em processo de urbanização</p>	A – início (norte) do loteamento Sirihiba até a vila do Jahirí	B	<ul style="list-style-type: none"> • pouca ocupação e pouco adensada • rústica • restinga, coqueiros • acesso direto / inexistente • pesca artesanal • recreação aquática (banho) • caminhada • desova de tartaruga 	<ul style="list-style-type: none"> • turismo controlado (tartarugas) • ecoturismo • conservação e preservação ambiental • atuação do projeto Tamar • lazer • pesca artesanal • comercial 	<ul style="list-style-type: none"> • morte de tartarugas 	<ul style="list-style-type: none"> • lixo na praia • pesca • escavação da areia por animais (cães) 	<ul style="list-style-type: none"> • impacto ambiental negativo

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	B – da Vila do Jahirí até o loteamen to Águas de Olivença	B	<ul style="list-style-type: none"> • de rústico para semi rústico • restinga herbácea e arbustivas • manchas verdes significativas adentrando o litoral • coqueiral e plantas exóticas • espelhos d'água e córregos • acesso à praia inexistente • residencial • comercial • turístico 	<ul style="list-style-type: none"> • turística • lazer • pesca artesanal • comercial • residencial • conservação e preservação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade de acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> • cercamento das propriedades 	<ul style="list-style-type: none"> • obstrução dos direitos difusos e coletivos
					<ul style="list-style-type: none"> • poluição do solo e dos recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de rede coletora de esgoto 	<ul style="list-style-type: none"> • veiculação de doenças

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
	C – do loteamen to Águas de Olivença até início do Village Indaiá	A	<ul style="list-style-type: none"> • residencial • comercial • lazer • turismo • pouca ocupação e pouco adensada • presença de restinga herbácea e arbustiva com introdução de espécies exóticas • manchas verdes significativas adentrando o litoral • cursos d'água 	<ul style="list-style-type: none"> • turística • lazer • pesca artesanal • veraneio • comercial 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade de acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> • cercamento das propriedades 	<ul style="list-style-type: none"> • obstrução dos direitos difusos e coletivos
	D – do início do Village Indaiá até o início da Ilha dos Desejos	A	<ul style="list-style-type: none"> • rústica • restinga e coqueiros • acesso inexistente • pesca artesanal, turismo comercial • residencial • artesanato • navio naufragado • torneio de pesca • desova de tartaruga 	<ul style="list-style-type: none"> • conservação ambiental • pesca artesanal • turismo controlado (tartaruga) • residencial rarefeito • mergulho • atuação do Tamar • aquicultura • apicultura 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de acesso a praia 	<ul style="list-style-type: none"> • cercamento de propriedades 	<ul style="list-style-type: none"> • impacto sócio econômico da comunidade local
					<ul style="list-style-type: none"> • poluição do mangue • habitação ao longo da rodovia 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • diminuição da fauna e flora • doenças
					<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade comercial e de locomoção à noite 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de energia elétrica para todos 	<ul style="list-style-type: none"> • insegurança • impacto social e econômico
					<ul style="list-style-type: none"> • isolamento da população local 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de transporte e telefonia fixa 	<ul style="list-style-type: none"> • impacto social e econômico

Unidade/ diagnóstico	Trecho	Classe	Configuração/ Local/Usos	Potencialidades	Problemas	Atividades geradoras de problemas	Efeitos e impactos associados aos problemas
					<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade na descarga do pescado 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade sócio econômica
	E - do início da Ilha dos Desejos até o limite do município de Ilhéus – rio Acuípe	B	<ul style="list-style-type: none"> • semi rústico • restinga e mangue • acesso inexistente • pesca artesanal • veraneio • turismo “ecológico” 	<ul style="list-style-type: none"> • pesca artesanal • conservação ambiental • mergulho 	<ul style="list-style-type: none"> • degradação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • ocupação indevida da faixa de marinha, praia e mangue 	<ul style="list-style-type: none"> • destruição da fauna e flora • paisagem degradada
					<ul style="list-style-type: none"> • poluição hídrica 	<ul style="list-style-type: none"> • esgoto “in natura” no mangue 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças • destruição da fauna • impacto sócio ambiental

9. ÁREAS DE INTERVENÇÃO



Vista aérea das áreas de intervenção

Como já foi dito, foram escolhidos três trechos prioritários de intervenção. 1 - localizado na Unidade 2, Trecho B, ao norte do município, mas em área de expansão da cidade, o bairro do São Miguel, com aproximadamente 4,5 quilômetros de extensão, sendo de orla marítima em torno de 2,6 quilômetros. 2 – localizado na Unidade 6, Trecho Único, área central da cidade, que vai do Porto do Malhado até o monumento do Cristo, Avenidas Soares Lopes e Dois de Julho, em torno de 2,2 quilômetros de litoral. 3 - localizado na Unidade 10, Trecho E, ao sul, também em área de expansão da cidade, que se situa entre o Sítio Paraíso e o norte do Morro dos Navegantes, com 4,1 quilômetros de extensão.

9.1. TRECHO SÃO MIGUEL



Trecho entre a rótula e a foz do rio Almada



Vista aérea

MAPA SÃO MIGUEL

9.1.1 Caracterização e contexto urbano

O trecho compreende a península do Bairro São Miguel, numa faixa costeira inserida entre o Oceano Atlântico e o Rio Almada, com aproximadamente 4,5 km de extensão e uma população estimada de 1.200 habitantes.

O povoamento se deu por volta de 1.900 como Vila de pescadores. Atualmente abriga uma comunidade bastante heterogênea que vive principalmente em função da exploração local da pesca artesanal e da mariscagem.



Vila de Pescadores/Bairro São Miguel
Foto: Ed Ferreira/2006



Vista aérea do Bairro São Miguel
Foto: Ed Ferreira/2006

O referido trecho que limitado pela rótula da Barra Norte e o final da península do bairro São Miguel, caracteriza-se como orla exposta, urbanizada de ocupação consolidada, em área urbana horizontal, onde se localizam construções térreas de usos residencial e comercial.

A presença de “casas de veraneio” aponta a sazonalidade da ocupação. As principais atividades econômicas desse trecho são a pesca artesanal e a mariscagem, que correspondem à cerca de 50% dos empregos locais. Existe também o beneficiamento do camarão através do processo de defumação.

instaladas nos quintais. A atividade turística apresenta crescimento significativo e influencia diretamente no processo de adensamento urbano na área através da implantação de loteamentos. Esse fato vem ocorrendo desde a época do seu povoamento. Uma outra atividade que surge como tendência da economia local e em função da atividade turística é a produção do artesanato.

O acesso a essa localidade dá-se de duas maneiras, uma para pedestres feita por uma passarela sobre o Rio Almada ligando a comunidade ao bairro da Barra de Itaípe. E a outra para carros, através de uma ponte construída em 1998 pelo governo do estado da Bahia através do Departamento de Estradas e Rodagens (DERBA), ligando o bairro ao Distrito Industrial de Ilhéus, e por fim através da Rodovia Ilhéus-Itacaré, BA 001, compreendendo a linha verde no estado da Bahia.

A referida comunidade é servida de água potável, energia elétrica e coleta de lixo, porém ainda não dispõem de rede de esgotamento sanitário. O esgoto doméstico é lançado em fossas das residências e clandestinamente no Rio Almada. Não há, também, na localidade unidades de saúde e de ensino fundamental.



Beneficiamento da pesca artesanal
Foto: Ferreira, Ed



Pesca de arraste
Foto: Ferreira, Ed

A localidade ainda abriga alguns pontos com remanescentes de restinga herbácea e arbustiva, sendo complementada com espécies exóticas.

Relevante destacar que essa comunidade tem a prática de cultivar ervas e arbustos como também explorar as espécies nativas para tratamento de doenças. Em pesquisa realizada no ano de 2.000 pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, no registro em medicina popular com uso de plantas, coletou-se no referido bairro e identificou-se mais de cinqüenta espécies de plantas com finalidade terapêutica, entre elas destacando-se as espontâneas *Anacardium sp* (cajueiro), *Wedelia trilobata* (mal-me-quer), *Phylanthus niruri* (quebra-pedra) e *Solanum sp* (jurubeba). O registro biológico dessas plantas encontra-se catalogado no herbário da Universidade Estadual de Santa Cruz. Trata-se portanto de um banco genético da Mata Atlântica inserida numa comunidade de grande valor científico para estudos em etnobotânica e etnofarmacologia.

Assinala-se ainda a ocorrência de manguezais na desembocadura do Rio Almada como também nas áreas de entorno. Em termos morfodinâmicos, a tendência predominante é de processos de regressão fluvial com intenso trabalho sedimentar e consequentemente erosão da orla marítima devido ao avanço da maré.

A localidade também abriga uma grande diversidade de espécies aquáticas, terrestres e voadoras. Porém, a sua maior relevância está nas espécies aquáticas, principalmente aquelas que habitam os manguezais e o ambiente estuarino. Dentre elas encontram-se uma grande variedade de peixes, mamíferos aquáticos como o boto, diversas espécies de mariscos como caranguejos, siris, aratu, sururu, moopen, etc, além de algumas espécies de arborícolas e de pássaros.

9.1.2. Situação legal e institucional

A Lei de Uso e Ocupação do Solo do município (Lei 2.400/91) para este trecho define duas Zonas de uso, Praia do Norte I e Praia do Norte II. A verticalização ao longo da orla do São Miguel é permitida, não havendo inclusive limite de gabarito máximo, e os usos permitidos são o residencial, o comercial e o turístico.



O trecho do São Miguel está sujeito à influência de marés nos sentidos leste/oeste e oeste/leste. A delimitação da área da união nesse referido trecho ainda não foi georeferenciada, sendo que esse procedimento será realizado durante a construção do projeto de regularização fundiária.

9.1.3. Caracterização dos problemas

Para a caracterização dos problemas, foram realizadas duas etapas de trabalhos: uma foi o levantamento de campo para identificação da situação ambiental e sócio-econômica da comunidade e a outra foi à

realização de três miniofícias com os moradores na localidade. Os resultados desses trabalhos constam no quadro síntese dos problemas.

O maior problema que assola essa comunidade está no excessivo avanço da maré resultando em impactos de ordens social, econômica e ambiental.

A fonte geradora desse problema está na construção e ampliação do Porto do Malhado, iniciada na década de 1970 e sem estudo prévio dos possíveis impactos ambientais. Deve-se ressaltar que na referida época ainda não havia instrumento jurídico que pudesse regulamentar esse tipo de empreendimento em relação ao meio ambiente, mesmo tendo conhecimento que pesquisadores na ocasião haviam atentado para a viabilidade da ocorrência de mudança das correntes marinhas.

Na década de 1980, segundo relato dos moradores mais antigos e conforme observação técnica direta, duas ruas juntamente com casas residenciais, localizadas na faixa da orla, foram totalmente destruídas pela maré.

Com o intuito de resolver o problema iniciou-se em 1999 a construção dos espigões de contenção financiado pelo governo federal e executado pelo governo municipal, porém a obra não foi executada conforme planejada, não resolvendo o problema do avanço da maré.



Destrução da orla pelas marés
Foto: Ferreira, Ed



Destrução de casas pelo avanço das marés
Foto: Ferreira, Ed

Atualmente ainda observa-se e constata-se a contínua destruição de casas residenciais e de veraneio, estabelecimentos comerciais, equipamentos de iluminação pública e sistemas viários além da descaracterização da fitofisionomia da restinga e da orla marítima. O avanço da maré também tem provocado o assoreamento na foz do Rio Almada com interferência no ecossistema e com perda da qualidade e quantidade dos seres aquáticos, principalmente nos mariscos que habitam e se reproduzem nesse ambiente estuarino. A baixa produtividade dos mariscos interfere na fonte de renda dos marisqueiros da localidade. Portanto, trata-se de ocorrências de causas e efeitos em cadeia, num ambiente frágil, tornando-o vulnerável aos impactos.

Conseqüentemente ao problema do avanço do mar há a degradação da paisagem frontal. Um dos impactos associados a esse problema é o comprometimento dos equipamentos públicos (postes de iluminação, calçadas, etc.), dos terrenos baldios e da descaracterização da vegetação.

Ocorre a disposição inadequada dos esgotos domésticos no meio ambiente, através de fossas rudimentares e valas negras construídas próximas à praia, ao rio e ao mangue. Há também situações que o lançamento desses dejetos se dá diretamente no ambiente estuarino. A fonte geradora desse problema é a inexistência de rede de esgotamento sanitário na localidade, expondo a comunidade à riscos de doenças parasitárias de veiculação hídrica, como também a ocorrência da contaminação da areia e do lençol freático, com perda da qualidade da paisagem e o comprometimento do pescado artesanal local.

A ocupação irregular em área de preservação permanente (manguezais) tem preocupado os moradores, principalmente o grupo de marisqueiros que utilizam os manguezais como fonte de renda. Percebe-se e constata-se impactos e efeitos deletérios a fauna e a flora local como também

comprometimento das áreas de entorno, desmatamento, poluição ambiental, proliferação de vetores patogênicos e ocorrências de zoonoses.

Pode-se observar que muitos fatores contribuem para a ocorrência desse problema como a falta de fiscalização pelo órgão competente, falta de uma política habitacional eficiente e a falta de aplicabilidade do estatuto da cidade (função social da cidade e da propriedade).

Um outro problema na localidade é a precariedade dos acessos. As ruas pavimentadas e não pavimentadas oferecem riscos de acidentes de trânsito e atropelamento devido aos diversos buracos. A passarela construída na década de 1980, já apresenta destruição do guarda corpo em diversos pontos.

Do ponto de vista econômico as dificuldades de comercializar artigos artesanais e de promover o beneficiamento e comercialização do pescado artesanal local são outros problemas apontados pelos moradores. O pescado é beneficiado em locais impróprios e sem controle de qualidade podendo comprometer a saúde do consumidor. Também não há retorno no investimento de produção local de artigos artesanais. Os moradores alegam como fonte geradora desses problemas à falta de uma estrutura física com equipamentos adequados para beneficiamento, produção e comercialização desses produtos e artigos.

Devido a sua localização geográfica, o trecho do São Miguel apresenta ocupações adensadas em áreas de risco, compreendendo as margens do rio Almada e a beira mar. Por tratar-se de uma península, estima-se que essas áreas de entorno, que têm influência de marés, pertençam à união, porém é necessário que o órgão competente defina o limite dessas áreas. Após esse procedimento faz-se necessário um cadastramento nessas áreas para atender a uma das etapas da regularização fundiária, ou seja, a titulação

do real uso de moradia. Deve-se ressaltar que o povoamento dessa península deu-se sem planejamento.

Pelo exposto acima se propõe à inclusão da península do São Miguel no Plano Diretor do Município (em fase de elaboração) como Zona Especial de Interesse Social.

A necessidade de proceder com a regularização fundiária nessa localidade pode evitar os diversos conflitos que esse trecho possui, tais como: a fragilidade de permanência da comunidade tradicional, adensamento urbano, demanda por infra-estrutura e antropização de ecossistemas.

Quadro síntese dos problemas

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL				
PROBLEMAS	ATIVIDADE GERADORA	EFEITO / IMPACTO	LEGISLAÇÃO	PROJETOS
EXCESSIVO AVANÇO DO MAR	CONSTRUÇÃO DO PORTO DO MALHADO	ASSOREAMENTO NA FOZ DO RIO ALMADA E NA ORLA MARÍTIMA; DESTRUIÇÃO DE CASAS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, SISTEMAS VIÁRIOS, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA FAIXA DA ORLA; DESCARACTERIZAÇÃO DA FITOFISIONOMIA DA RESTINGA E DA ORLA MARÍTIMA•GRANDE IMPACTO SÓCIO ECONÔMICO E AMBIENTAL DA ÁREA	PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO; SPU; LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; LEGISLAÇÃO AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E FEDERAL; ESTATUTO DA CIDADE	PROJETO DE CONTENÇÃO DAS MARÉS INACABADO (ESPIGÕES)
DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM FRONTAL DA ORLA	AVANÇO EXCESSIVO DA MARÉ	TOTAL DESTRUIÇÃO DE CASAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS, DA PAISAGEM NATURAL, E DEESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DOS OCUPANTES DA ORLA	PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO; SPU; LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; LEGISLAÇÃO AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E FEDERAL; ESTATUTO DA CIDADE	SEM PROJETO PREVISTO

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

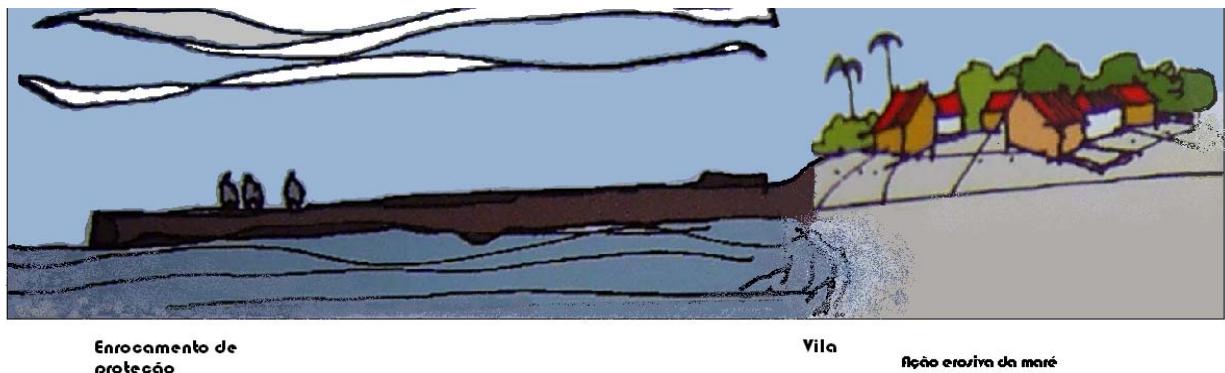
PROBLEMAS	ATIVIDADE GERADORA	EFEITO / IMPACTO	LEGISLAÇÃO	PROJETOS
DISPOSIÇÃO INADEQUADA DOS ESGOTOS DOMÉSTICOS NO MEIO AMBIENTE	OCUPAÇÃO POR ATIVIDADES COMERCIAIS, RESIDENCIAIS, Pousadas, HOTÉIS, SEM INFRA-ESTRUTURA	INTERFERÊNCIA NO ECOSISTEMA AQUÁTICO COM DANOS À FAUNA E FLORA. DANOS À SAÚDE HUMANA (DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA)	PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO; USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; AMBIENTAL; LEGISLAÇÃO SANITÁRIA ESTADUAL,	NÃO HÁ PROJETO PREVISTO E NEM EM IMPLANTAÇÃO
OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE MANGUE	ÊXODO RURAL, FALTA DE FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES POR SE TRATAR DE UMA APP•POLÍTICA HABITACIONAL INEFICIENTE, DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (ESTATUTO DA CIDADE)	DESMATAMENTO DO MANGUE; EXCLUSÃO SOCIAL; POLUIÇÃO AMBIENTAL; PROLIFERAÇÃO DE VETORES PATOGENÍCOS; OCORRÊNCIA DE ZOONOSES; PESCA PREDATÓRIA CONSTANTE	PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO; LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; CÓDIGO FLORESTAL LEI DO ESTATUTO DA CIDADE, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL; LEGISLAÇÃO SANITÁRIA ESTADUAL	NÃO HÁ PROJETO PREVISTO E NEM EM IMPLANTAÇÃO
PRECARIEDADE DOS ACESSOS VIÁRIOS	FALTA DE MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS (RUAS, AVENIDAS E PASSARELA);	RISCOS ORIUNDOS DA MÁ CONSERVAÇÃO (BURACOS, GUARDA CORPO DA PASSARELA QUEBRADO, ACIDENTES DE TRANSITO, ATROPELAMENTOS) E A SAÚDE POR VEICULAÇÃO DE DOENÇAS ATRAVÉS DE POÇAS DE ÁGUA	PLANO DIRETOR URBANO; LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; LEGISLAÇÃO AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO FEDERAL	PROJETO ORLA DO PRODETUR – PREVISTO
DIFICULDADE DE PROMOVER O BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO E DOS PRODUTOS ARTESANAIS	FALTA DE UMA ESTRUTURA FÍSICA COM EQUIPAMENTOS ADEQUADOS	BENEFICIAMENTO DO PESCADO EM LOCAIS IMPRÓPRIOS E SEM CONTROLE DE QUALIDADE, INVESTIMENTO SEM RETORNO NA PRODUÇÃO DOS ARTIGOS ARTESANAIS	PLANO DE MANEJO DA APA DA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA CÓDIGO FLORESTAL PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	PROJETO DA COLÔNIA Z 34 – PREVISTO
OCUPAÇÕES ADENSADAS EM ÁREAS DE RISCO	OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DA UNIÃO	FRAGILIDADE DE PERMANÊNCIA DA COMUNIDADE TRADICIONAL NO LOCAL, ADENSAMENTO URBANO, DEMANDA POR INFRA-ESTRUTURA, ANTROPIZAÇÃO DO ECOSISTEMA	PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO; LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL, LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E FEDERAL, ESTATUTO DA CIDADE, PLANO DE MANEJO DA APA DA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA, CÓDIGO FLORESTAL, LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	PROJETO NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS ASSENTAMENTOS DE BAIXA RENDA EM ÁREAS DA UNIÃO –PREVISTO

9.1.4. Cenários de usos desejados para a orla

Perfil 01

Situação Atual

Constata-se o contínuo avanço do mar sobre o continente nessa faixa da orla ocasionando destruição parcial de estabelecimentos comerciais e de residências.



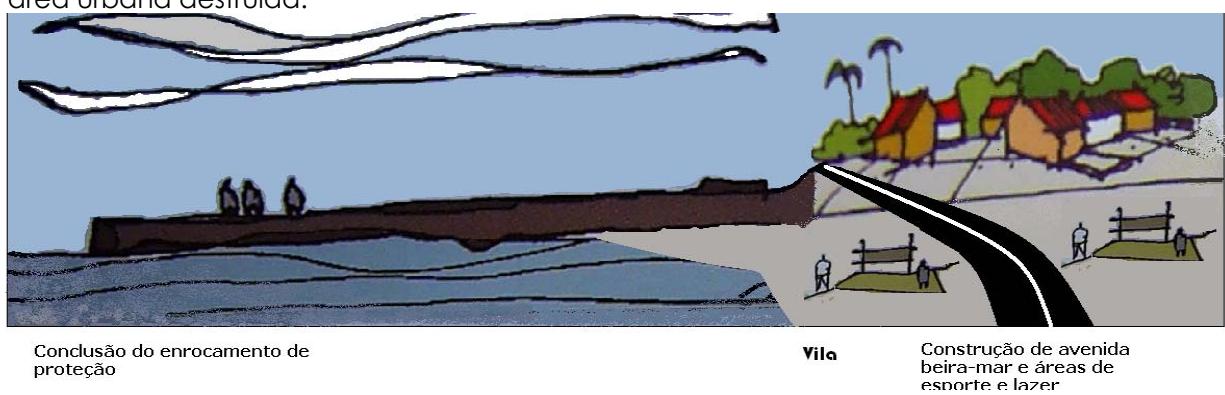
Tendência

Destrução total do enrocamento de proteção e da área urbana ao longo da faixa da orla.



Situação Desejada

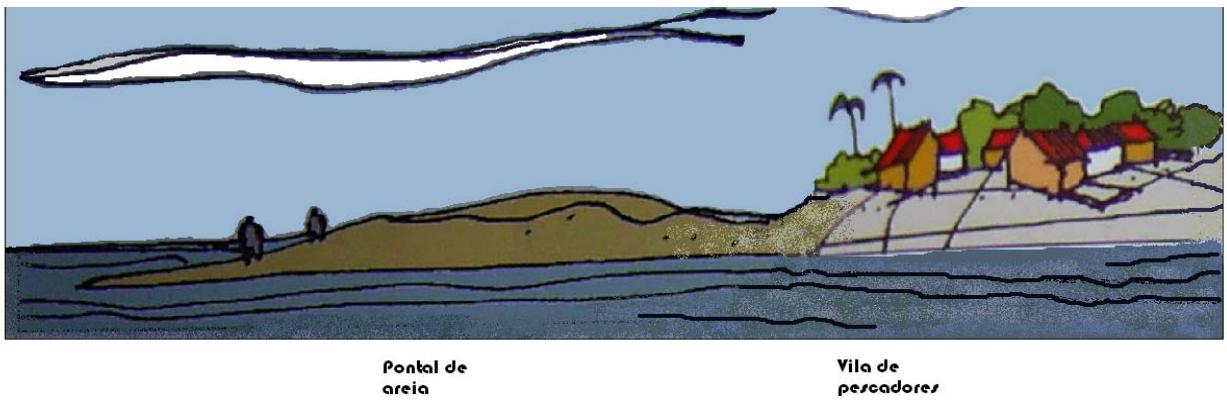
Conclusão do enrocamento de proteção conforme projeto arquitetônico para contenção do avanço do mar. Construção da Avenida Litorânea com áreas de lazer e revitalização da área urbana destruída.



Perfil o2

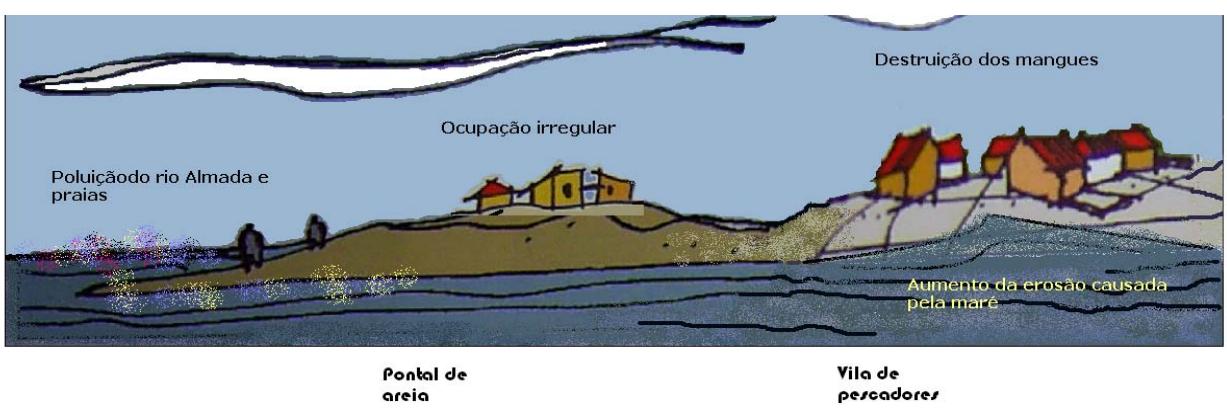
Situação Atual

A paisagem retrata o pontal de areia no final da península em direção a foz do Rio Almada. Nessa área encontra-se instalada a Vila de Pescadores, sendo que algumas residências estão edificadas em áreas de riscos. Constatase ainda o processo de erosão marinha no sentido leste/oeste como também o assoreamento nas margens do rio.



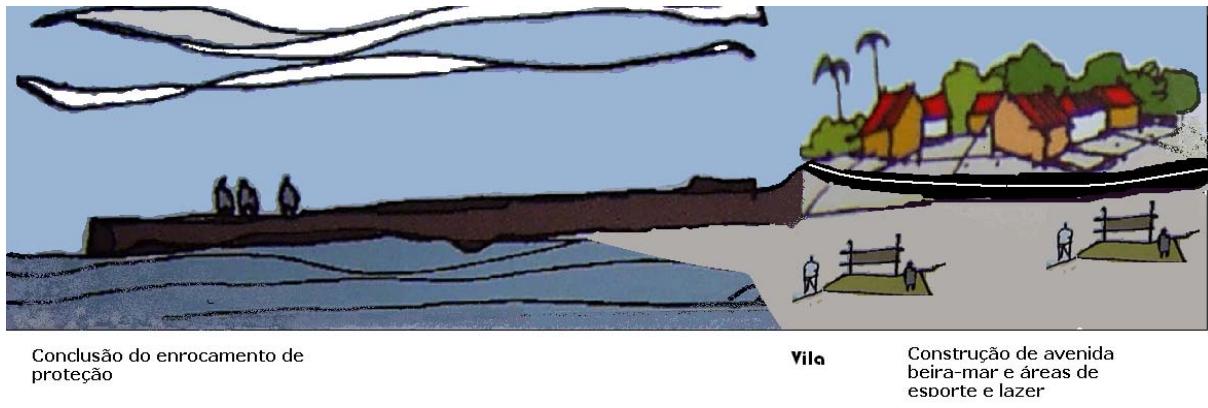
Tendência

Tendência de ocupação irregular no pontal de areia e nas margens do Rio Almada (área de risco), com consequente aumento de poluição na foz do referido rio e na praia.



Situação Desejada

Aproveitamento da área do pontal de areia para instalação de equipamentos de esporte e lazer, como também a recuperação dos espiões para contenção do avanço da maré e a construção de um centro comunitário.



Perfil 03

Situação Atual

A paisagem observada sentido oeste/este retrata um remanescente de manguezal em processo de antropização, o Rio Almada em processos de assoreamento e de poluição e a Vila de Pescadores ainda com aparente vegetação introduzida. A passarela já apresenta pontos de danificação no guarda-corpo. As demais vias de acesso não são pavimentadas.

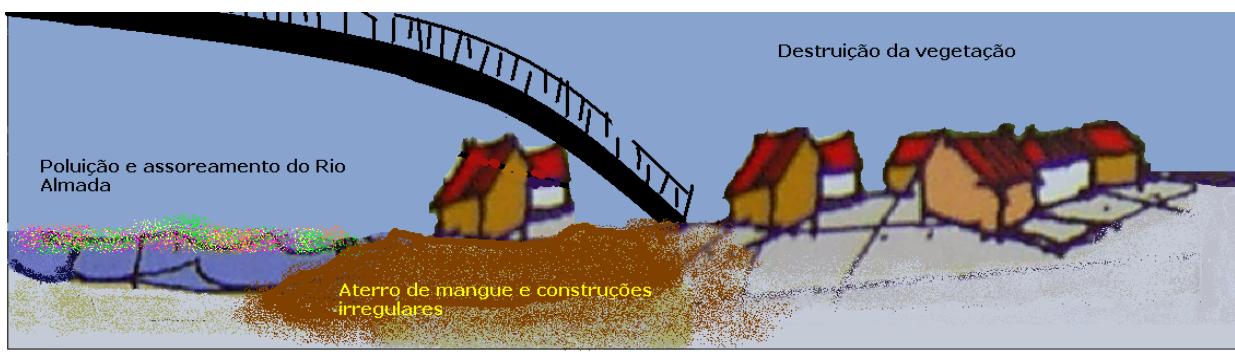


Manguezal Rio Almada

Vila de pescadores

Tendência

Contínua supressão e aterro do manguezal para construções irregulares como também a poluição por lançamento de esgoto doméstico e o assoreamento na foz do Rio Almada. É tendenciosa a destruição da vegetação introduzida ao longo da orla, a qual ainda é avistada pelo lado do rio, como também o desgaste do guarda-corpo da passarela e das vias de acesso não pavimentadas.



Manguezal Rio Almada

Vila de pescadores

Situação Desejada

Recuperação e preservação da área de mangue e conservação do Rio Almada com inserção de programas de educação ambiental; contenção do assoreamento do Rio Almada; permanente manutenção da passarela; pavimentação das demais via de acesso pelo bairro e conservação da vegetação introduzida de grande porte.



Manguezal Rio Almada

Vila de pescadores

9.1.5. Ações e medidas estratégicas

Nesse tópico serão descritas as ações e as medidas estratégicas para resolução, prevenção e ou correção dos problemas já descritos no item anterior. Conseqüentemente serão também descritos os objetivos dessas ações propostas, duração das atividades e responsáveis.

Sobre o avanço do mar foram propostas algumas ações corretivas. A proposta inicial corresponde à realização dos estudos das marés, tendo como finalidade avaliar o processo de avanço do limite das mesmas. Estima-se para este estudo um período de 12 meses em função da variação sazonal. Deverá também ser realizado um mapeamento das áreas de risco para identificação das áreas mais comprometidas. Por fim revisar e avaliar o projeto de contenção já existente (Aleixo Belov) para adequá-lo a situação atual e executá-lo. A execução do projeto deverá ficar a critério da empresa executora tendo em vista a sazonalidade das marés. A execução da ação deverá ser de responsabilidade do governo municipal tendo como parceiros a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Companhia das Docas da Bahia (CODEBA) e a Marinha do Brasil.

Para a resolução da degradação da paisagem frontal da orla, como também da disposição inadequada dos esgotos domésticos no meio ambiente, a precariedade dos acessos viários e as ocupações adensadas em áreas de risco foi proposta a implantação do programa de regularização fundiária para população de baixa renda.

A proposta inicial corresponde à realização de um levantamento e estudo topográfico da área comprometida, mapeamento, caracterização e cadastramento das áreas de risco. Torna-se necessário a solicitação ao SPU para delimitação da área da união. Por fim propõe-se a elaboração de projetos urbanísticos, de saneamento básico e drenagem pluvial e de

regularização fundiária para avaliação e autorização junto ao SPU e do órgão ambiental competente. Estima-se um período de até 12 meses para elaboração de um planejamento e projeto para essa ação e de no máximo 04 meses para iniciar a execução dos projetos na localidade.

Faz-se necessário envolver parcerias como o CRA, IBAMA, Marinha do Brasil, Ministério das Cidades, Ongs, associações locais, Ministério Público, além da responsabilidade do governo municipal e federal.

A localidade ainda apresenta remanescentes de manguezais complementando a beleza cênica da localidade, mesmo sujeita aos processos de antropização e invasão por pessoas advindas de outros locais do município.

Por se tratar de uma área de APP (Área de Preservação Permanente) como também de um ambiente que é explorado de forma sustentável pela comunidade, foi proposta a sua recuperação.

A referida proposta corresponde inicialmente ao cadastramento e a transferência das famílias para outra localidade, a promoção de educação ambiental no trecho e em áreas de entorno e por fim a recuperação da área degradada e o fortalecimento do sistema de fiscalização.

A proposta tem a finalidade de sensibilizar a comunidade para as questões ambientais, como também reverter o processo de degradação de um ecossistema de grande relevância para a sustentabilidade da comunidade local e impedir novas ocupações irregulares.

O período estimado pela comunidade para aplicabilidade dessas ações é de no máximo 12 meses, devendo envolver como parceiros as associações locais, Ongs ambientalistas, IBAMA, CRA, UESC, CEPLAC, Delegacia

Ambiental além das Secretarias Municipais de Planejamento, Meio Ambiente, Educação, Assistência Social e Trabalho, Serviços Urbanos e Obras como responsáveis diretos.

Sobre a dificuldade do beneficiamento do pescado e da comercialização dos produtos artesanais locais, foi proposta a implementação de um Centro Comunitário com a finalidade de fortalecer a economia local e a melhoria de qualidade do pescado, respectivamente. Essa ação corresponde à elaboração de um projeto para o referido Centro Comunitário junto à comunidade através de suas associações, tendo como responsáveis diretos o governo municipal.

Foi proposto ainda um prazo de no máximo oito meses para implantação da referida obra, vez que a comunidade já dispõe, no bairro, de um terreno para instalação do referido empreendimento.

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL					
PROBLEMAS	AVANÇO DO MAR				
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE CONTENÇÃO DO AVANÇO				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
DIRETO	PARCEIROS				
ESTUDO DAS MARES	Avaliar o processo de avanço do limite das mares,	ARTICULAR PARCERIAS COM OS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO DO ESTUDO DAS MARES E O MAPEAMENTO DA ÁREA DE RISCO,	365 dias para estudo das mares em função da variação sazonal,	Governo Municipal	Governo federal e estadual, CODEBA, UESC, Marinha do Brasil, UFBA.
MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO	Identificar as áreas mais comprometidas pelo avanço das mares		90 dias para mapeamento das áreas de risco		
REVISÃO DO PROJETO DE CONTENÇÃO (ALEIXO BELOV),	Avaliar o projeto		60 dias após o levantamento dos estudos acima citados		
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO	Adequar o projeto a situação atual		210 dias		

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL					
PROBLEMAS	DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM FRONTAL DA ORLA				
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
PROBLEMAS	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL					
PROBLEMAS	DISPOSIÇÃO INADEQUADA DOS ESGOTOS DOMÉSTICOS NO MEIO AMBIENTE				
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
DIRETO	PARCEIROS				
LEVANTAMENTO E ESTUDO TOPOGRÁFICO DA ÁREA	Avaliar a situação da topografia local	DEFINIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA A REALIZAR O TRABALHO TOPOGRÁFICO	30 dias (estudo e levantamento topográfico)	Governo municipal	Governo Federal
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO E DRENAGEM PLUVIAL	Para resolver o problema do saneamento	ELABORAÇÃO DO PROJETO	60 dias para elaboração do projeto		
EXECUÇÃO		PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA	180 dias para execução		

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

PROBLEMAS		OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE MANGUE			
LINHA DE AÇÃO		RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE			
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS NO LOCAL	Fazer reconhecimento da situação local (famílias e paisagem)	DEFINIR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO.	30 dias	Secretaria de assistência social e trabalho e SEPLAN	Associações locais
TRANSFERIR ESSAS FAMÍLIAS PARA UM LOCAL MAIS ADEQUADO	Para manter a preservação da APP	DEFINIR UMA ÁREA ADEQUADA E EXECUTAR TODA A INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA.	300 dias	Secretaria de Planejamento e Secretaria de Obras	EMBASA, COELBA, GOVERNO FEDERAL
PROMOVER EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA	Sensibilizar a comunidade para questão ambiental.	REALIZAR PALESTRAS, SEMINÁRIOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS.	330 dias	Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente	ONG ambientalistas
RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA	Reverter o processo de degradação	ARTICULAR PARCERIAS ENTRE ÓRGÃOS COMPETENTES	180 dias	Secretaria de Serviços Urbanos	ONG ambientalistas, UESC, CEPLAC, IBAMA
FORTALECER O SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DA ÁREA	Impedir que novas invasões ocorram	ARTICULAR PARCERIAS E SENSIBILIZAR OS ATORES ENVOLVIDOS.	Permanente	Secretaria de Meio Ambiente	Delegacia Ambiental

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL					
PROBLEMAS	PRECARIEDADE DOS ACESSOS VIÁRIOS				
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
LEVANTAMENTO DOS ACESSOS COMPROMETIDOS	Propor segurança e comodidade a comunidade	DEFINIR EQUIPE JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS	365 dias	Secretaria Municipal de Obras e Planejamento	Associações locais, CRA, DETRAN
		VIABILIZAR PROJETO JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DOS ACESSOS					

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL					
PROBLEMAS	DIFICULDADE DO BENEFICIAMENTO DO PESCADEIRO E DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS				
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
DIRETO	PARCEIROS				
LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DOS ARTESÃOS, DOS PESCADORES E DOS MARISQUEIROS	Fortalecimento da economia local	DEFINIR EQUIPE TÉCNICA PARA LEVANTAMENTO E CADASTRO DE ARTESÃOS, PESCADORES E MARISQUEIROS	330 dias	Secretaria Municipal de Obras e de Planejamento	Associações locais, Secretaria de Turismo, de agricultura e pesca, colônia de pesca Z-34
AVALIAÇÃO DO TERRENO DOADO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO	Melhoria do controle de qualidade no beneficiamento do pescado	DEFINIR EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CENTRO COMUNITÁRIO			
ELABORAÇÃO DO PROJETO	Fortalecimento da integração entre associações locais				

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL					
PROBLEMAS	OCUPAÇÕES ADENSADAS EM ÁREAS DE RISCO				
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
PROBLEMAS	OCUPAÇÕES ADENSADAS EM ÁREAS DE RISCO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DA ÁREA	Conhecer a delimitação da área da união	DEFINIR EQUIPE TÉCNICA PARA LEVANTAMENTOS PRELIMINARES - GOVERNO MUNICIPAL	90 dias para delimitação da área	Governo Municipal e SPU	Ministério das Cidades
SOLICITAÇÃO A SPU PARA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA UNIÃO		ARTICULAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL JUNTO AO SPU PARA SOLICITAÇÃO DA DEMARCAÇÃO DA ÁREA DA UNIÃO	90 dias para delimitação da área		
ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ENCAMINHAMENTO A SPU PARA AVALIAÇÃO (Levantamento da situação local e mapeamento das áreas de risco	DEFINIR EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO	90 dias		
DIVULGAÇÃO E VALIDAÇÃO	Cientificar e validar o processo	REGISTRO E PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL, E DEMAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	30 dias para validação e divulgação		
EXECUÇÃO DO PROJETO	Assegurar juridicamente o direito de ocupação da área	ARTICULAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL E FEDERAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO, E VALIDAÇÃO E REGULARIZAÇÃO	120 dias		

9.2. TRECHO SOARES LOPES



Trecho entre o Porto Internacional do Malhado e o monumento do Cristo



Vista aérea

MAPA SOARES LOPES

9.2.1. Caracterização e contexto urbano

O trecho compreendido entre o Porto do Malhado e o Monumento do Cristo caracteriza-se como orla exposta urbanizada de ocupação consolidada. Em mar aberto, sua vegetação apresenta regeneração de restinga herbácea e de gramíneas e introdução de espécies exóticas ao longo da orla. Em área urbana mista, onde se localizam construções terreas e verticalizadas, seus acessos ocorrem ao longo do trecho por vias transversais no sentido oeste e seus usos destinam-se a residência, ao comércio, a prestação de serviços, a cultura e ao esporte e o lazer. As atividades econômicas mais significativas são as de serviços e de turismo.

Neste trecho encontram-se as avenidas Soares Lopes e Dois de Julho (até o Cristo). Estas duas avenidas representam, desde a época de sua construção, grande importância no contexto urbano da cidade, pois apresentam forte vocação para ser o “centro de atrações” do visitante e do morador.

A Avenida Soares Lopes, em especial, representou e continua representando a principal avenida de Ilhéus. Nela encontram-se as três principais praças da cidade: Praça Dom Eduardo, onde se situam a Catedral de São Sebastião, o bar Vesúvio e o Teatro Municipal de Ilhéus; a Praça Rui Barbosa, onde encontram-se a Igreja de São Jorge e o Palácio Misael Tavares; e a Praça Castro Alves, local da Biblioteca Municipal e de encontro da juventude no fim de tarde.



Av. João Pessoa (atual Av. Soares Lopes) - 1935
Foto: NAZAL, José



Av. Pedro A. Cabral (atual Av. S. Lopes) - 1960
Foto: NAZAL, José

Esta orla, de grande beleza cênica, nos últimos anos vem passando por um processo de assoreamento, devido a construção do Porto do Malhado, resultando em uma extensa área de areia que afasta o mar das avenidas. Esse processo de assoreamento, em andamento, ao longo do tempo proporciona uma constante pressão para a ocupação deste espaço acrescido.

Em 1985, o Município no intuito de ocupar este espaço assoreado da Avenida Soares Lopes, contratou o paisagista Burle Marx para elaborar um projeto de urbanização para a área. A obra iniciou-se no mesmo período e só foi concluída e inaugurada em 1992, porém o projeto não foi executado na íntegra. Algumas alterações foram feitas, não concluindo o paisagismo da área e não executando as construções dos equipamentos de apoio e lazer previstos - banheiros, bares, restaurantes, quadras, parques infantis.

No ano de 2000, em parte da área acrescida foi construído, pelo Governo Estadual, um Centro de Convenções inclusive com área destinada para futura construção do pavilhão de feiras.

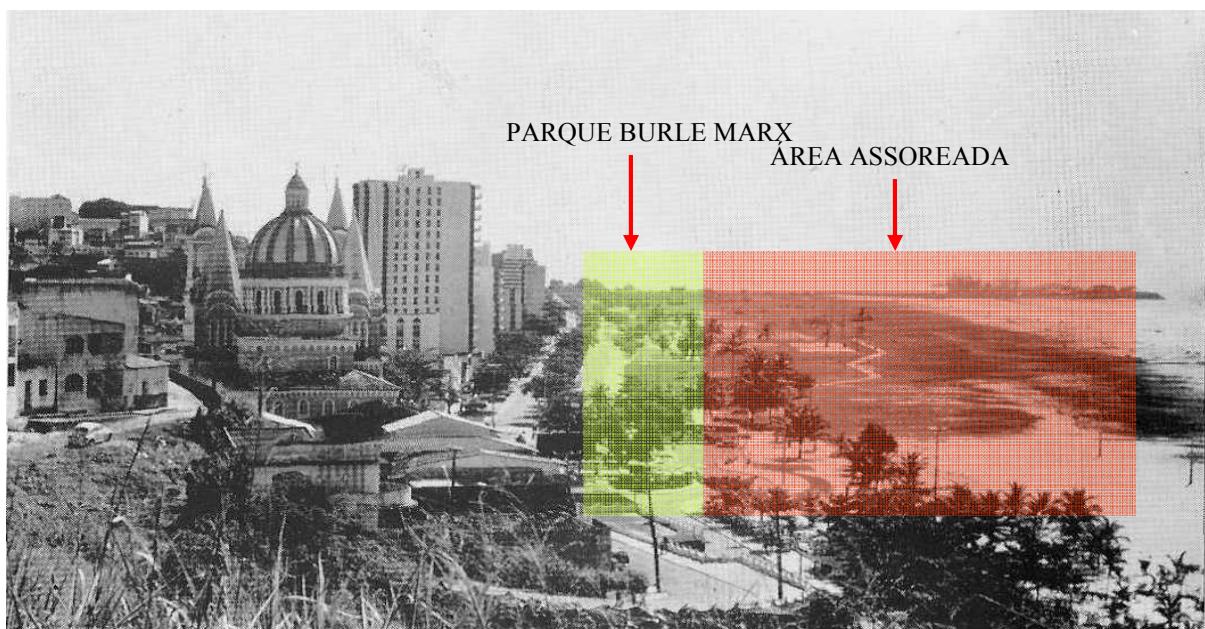


Foto: NAZAL, José

Atualmente, devido à proporção e aceleração do processo de assoreamento e ampliação de sua extensão, nos últimos vinte anos foram acrescidos em torno de 200 metros de areia ao longo da orla, tornando esse espaço vulnerável às ocupações sem planejamento.

9.2.2. Situação legal e institucional

De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município (Lei 2400/91) este trecho possui cinco Zonas de Uso, Cidade Nova I, Centro Litorâneo, Centro Histórico, São Sebastião I e São Sebastião II. A verticalização ao longo da orla é permitida e o gabarito máximo varia de 12 a 32 metros e os usos permitidos são o residencial, comercial, turístico e institucional, com exceção das Zonas de Uso Centro Litorâneo, São Sebastião I e São Sebastião II onde o uso turístico não é permitido.



9.2.3. Caracterização dos problemas

A identificação da situação sócio-econômica ambiental, através de levantamento de campo e de uma minioficina com a comunidade local, possibilitou, neste trecho, a caracterização dos seus principais problemas.

O problema de maior impacto são as áreas subutilizadas ou não utilizadas resultantes do assoreamento e da não conclusão dos equipamentos de esporte e lazer previstos no projeto Burle Marx. E ainda, a área por ser acrescida de marinha possui legislação restritiva ao uso.



Projeto Burle Marx e área acrescida
Foto: Ferreira, Ed



Projeto Burle Marx e equipamentos
Foto: Ferreira, Ed

Com o gradativo aumento da área entre a avenida e a praia e a falta de ocupação, o acesso à praia é bastante dificultado, agravando ainda mais a sua subutilização.

Dentre os efeitos e impactos causados pela subutilização ou não utilização destas áreas, estão as poucas opções de lazer, comércio e turismo como também as presenças de marginais e de animais; o comércio informal e a poluição visual.

O segundo problema, o da infraestrutura deficiente, com atividades geradoras iguais ao primeiro problema, possui como efeito e impacto o acúmulo de lixo em áreas públicas, os constantes alagamentos em locais de

pouca ou nenhuma infraestrutura e os odores desagradáveis provenientes da falta de saneamento em alguns trecho desta orla.

O terceiro e último problema é o da deposição irregular de entulhos e resíduos provocado pela falta de fiscalização e de aplicação da legislação pertinente, causando a poluição, a proliferação de vetores e o risco de acidentes.

Todos estes problemas associados geram uma sensação de abandono, que interferem na paisagem e na qualidade da experiência do usuário. Os freqüentadores passam a tratar o patrimônio público com descaso agravando ainda mais a situação existente, consequentemente afastando seus cidadãos e usuários em geral.

Quadro síntese dos problemas

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES				
PROBLEMAS	ATIVIDADE GERADORA	EFETO / IMPACTO	LEGISLAÇÃO	PROJETOS
ÁREAS SUB-UTILIZADAS OU NÃO UTILIZADAS	ASSOREAMENTO, TURISMO, LAZER, ESPORTE, IMPASSES FUNDIÁRIOS, LEGISLAÇÃO RESTRITIVA	POUCAS OPÇÕES DE LAZER, COMÉRCIO E TURISMO; PRESENÇA DE MARGINAIAS; COMÉRCIO INFORMAL; POLUIÇÃO VISUAL; PRESENÇA DE ANIMAIS	LEI DO CENTRO HISTÓRICO; PDU; USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; ESTATUTO DAS CIDADES; CÓDIGO FLORESTAL;	PROJETO BURLE MARX; PROJETO ORLA (PRODETUR); PROJETO DA PRAÇA DO CRISTO; SHOPPING A CÉU ABERTO; SHOPPING; CODEBA; ADOTE UMA PRAÇA
INFRAESTRUTURA DEFICIENTE		ACÚMULO DE LIXO EM ÁREAS PÚBLICAS, ALAGAMENTOS, ODORES DESAGRADÁVEIS		
DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ENTULHO E RESÍDUOS	FALTA DE FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO	POLUIÇÃO; PROLIFERAÇÃO DE VETORES; RISCO DE ACIDENTES.		

9.2.4. Cenário de usos desejados para a orla

Perfil 01

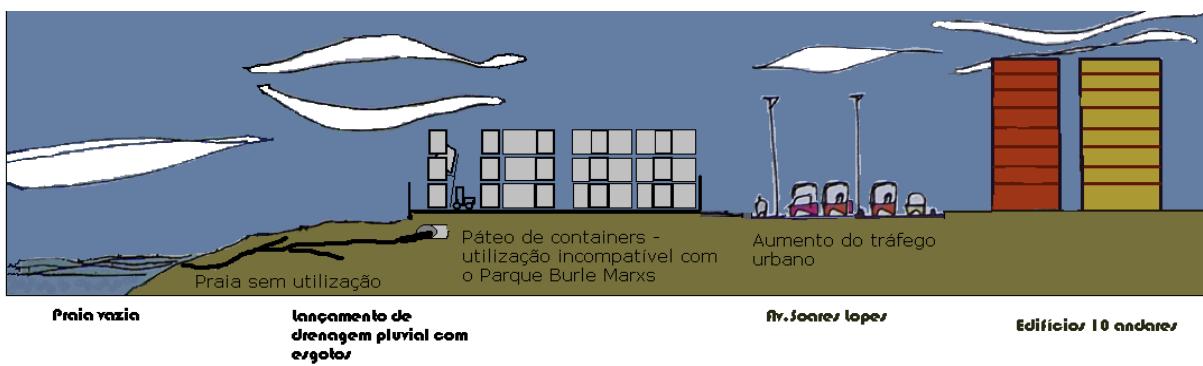
Situação Atual

Áreas subutilizadas ou não utilizadas resultantes do assoreamento causado pela construção do Porto do Malhado.



Tendência

Ocupação da área assoreada e dos espaços não ocupados do projeto Burle Marx por construções e equipamentos indevidos a exemplo do estacionamento de contêineres proposto pela administração do Porto do Malhado.



Situação Desejada

Conclusão do projeto paisagístico de Burle Marx e elaboração e execução de projeto urbanístico para área assoreada.



Perfil o2

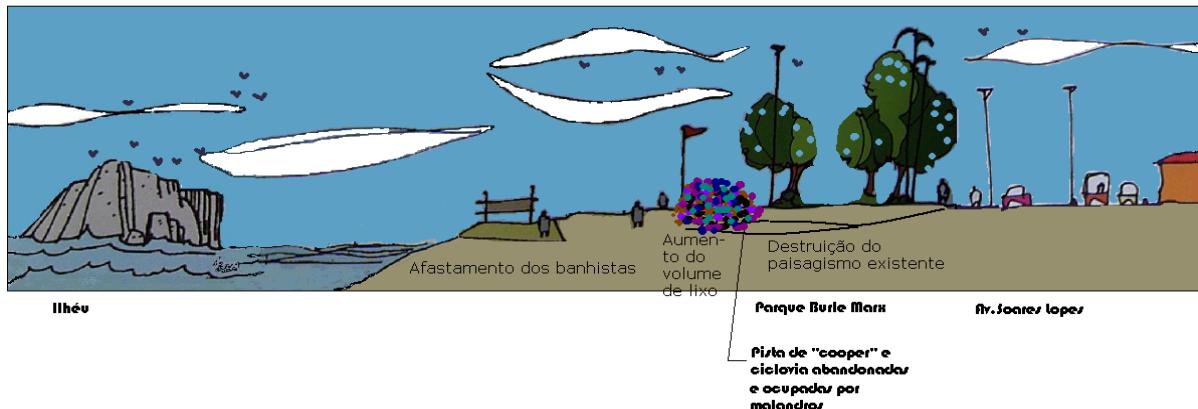
Situação Atual

Áreas subutilizadas ou não utilizadas resultantes do assoreamento e da não conclusão dos equipamentos de esporte e lazer previstos no projeto Burle Marx. Acúmulo de lixo em áreas públicas, os constantes alagamentos em locais de pouca ou nenhuma infra-estrutura.



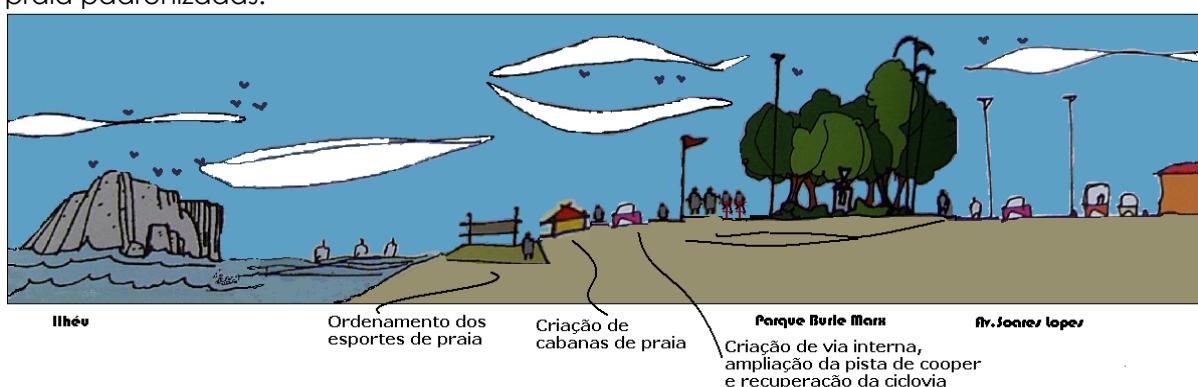
Tendência

Ocupação da área assoreada e dos espaços não ocupados do projeto Burle Marx por construções e equipamentos indevidos. Descaso com o patrimônio público e sensação de abandono por parte do usuário.



Situação Desejada

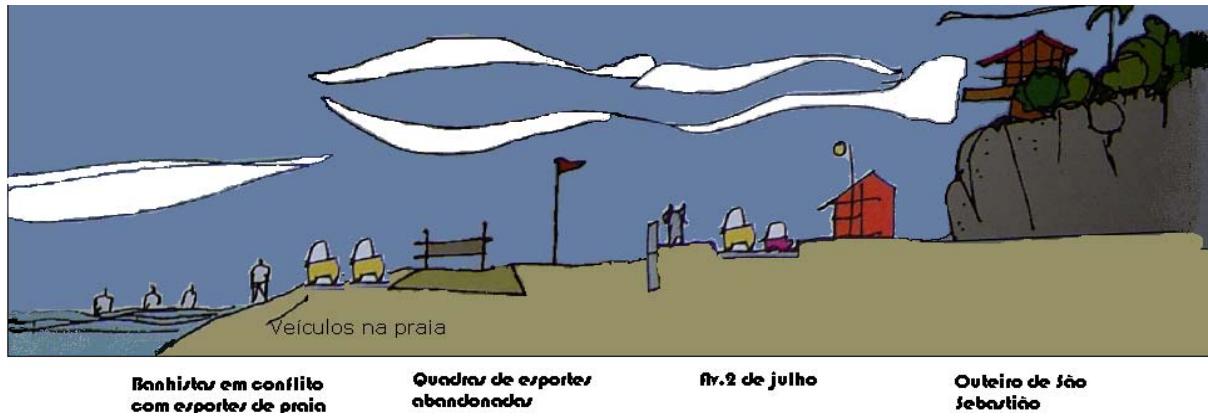
Conclusão do projeto paisagístico de Burle Marx e elaboração e execução de projeto urbanístico para área assoreada, com a criação de via interna e construção e cabanas de praia padronizadas.



Perfil 03

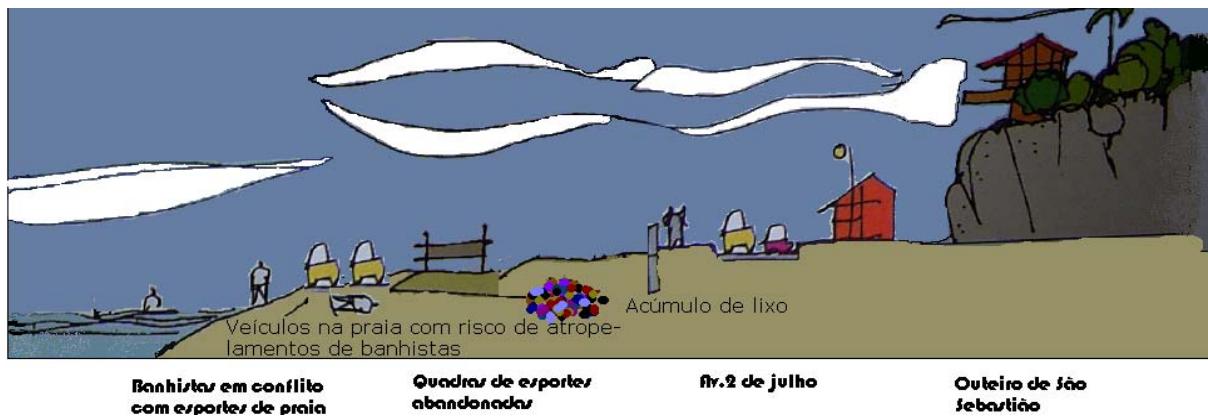
Situação Atual

Áreas subutilizadas ou não utilizadas resultantes do assoreamento, com equipamentos esportivos abandonados. Conflito de uso entre banhistas, esportes náuticos e veículos na areia da praia.



Tendência

Ocupação da área assoreada por construções e equipamentos indevidos. Acúmulo de lixo e sensação de abandono por parte do poder público e risco de acidentes com a presença de veículos na areia.



Situação Desejada

Elaboração e execução de projeto urbanístico para área assoreada, com o disciplinamento do uso do espaço.



9.2.5. Ações e medidas estratégicas

As ações e medidas propostas a seguir referem-se aos três problemas identificados no trecho, áreas sub-utilizadas ou não utilizadas, infraestrutura deficiente e deposição irregular de entulho e resíduos. Não há ações e medidas específicas a um problema, mas sim a todos.

A primeira ação proposta é a da Criação do Parque Burle Marx com Sistema de Gestão Integrada e conclusão da infraestrutura prevista. A idéia é avaliar e adequar o projeto de Burle Marx à nova realidade da cidade e da área em si, se possível, com a assessoria da Fundação Burle Marx, para atender a demanda de ciclovias mais largas, equipamento esportivos estruturados, inclusão de parque infantil, sanitários públicos, postos policiais e de salvavidas. Após esta avaliação, criar o Parque Burle Marx com um Sistema de Gestão Integrada que incorpore o projeto do paisagista aos demais espaços de esporte e lazer contidos nas Avenidas, ordenando as intervenções e viabilizando a manutenção do espaço e dos equipamentos.

Esta ação tem com finalidade usufruir do apelo mercadológico de um projeto de Burle Marx, organizar a ocupação e a utilização da área, gerar emprego e renda, melhorar a segurança dos usuários, prevenir ações de vandalismo e degradação, atrair freqüentadores e aumentar a utilização da área. Para isto estão previstas as seguintes ações: consulta à fundação Burle Marx, articulação para oficializar a criação do Parque, complementação do projeto original de Burle Marx, elaboração de EIA/RIMA e estudo impacto de vizinhança, regularização da área junto ao SPU, elaboração dos projetos executivos referentes ao projeto Burle Marx e criação e capacitação do conselho gestor do Parque Burle Marx.

As praças ao longo da avenida Soares Lopes devem passar por um planejamento de reformulação e recuperação para aumentar o apelo

visual e histórico, preservar o patrimônio e permitir um maior uso pela população. Nesse intuito foi proposta a revitalização destas praças com a elaboração de projetos específicos e a inclusão das mesmas no projeto Adote uma Praça.

Outra área objeto de intervenção é a do monumento do Cristo, que deve ser ocupada e utilizada, garantindo segurança aos usuários, evitando ações de vandalismo e degradação, e atraindo freqüentadores. Para tanto deve ser feito um levantamento da situação da área junto ao SPU para a regularização da mesma para uso e ocupação, uma avaliação e revisão do projeto previsto para o local e sua possível readequação, assim como a elaboração de EIA/RIMA e estudo do impacto de vizinhança.

Como já vimos uma das causas do grave problema da sub-utilização ou não utilização deste trecho é o processo de assoreamento existente ao longo do mesmo. A elaboração e implementação de um projeto de uso e ocupação desta área assoreada (acrescido de marinha) é fundamental para permitir ao cidadão à aproximação da praia, melhorar a segurança dos usuários e preservar os recursos naturais.

Há para o local uma demanda de construção de uma via de acesso mais próxima à praia e de cabanas de praia padronizadas com infraestrutura complementar. Portanto, foram propostos estudo de viabilidade de ocupação da área, elaboração de EIA/RIMA e estudo impacto de vizinhança, regularização da área junto ao SPU. Vale salientar que a referida área está inserida no Parque Burle Marx proposto.

Um outro estudo foi proposto para a área, o que visa uma solução do bloqueio do escape da estação de bombeamento da EMBASA, eliminando odores desagradáveis e evitando a possibilidade de contaminação de

águas superficiais e subterrâneas. Propõe-se para tanto, uma articulação institucional para a elaboração de projeto que contemple tratamento e reutilização da água objeto do escape da estação.

Ainda para solucionar os problemas observados no trecho foram propostos mais duas ações, a revisão geral do sistema de drenagem da avenida Soares Lopes, para eliminar o risco de alagamentos e a proliferação de vetores, e a criação de um Sistema Local de Manejo de Resíduos Sólidos, diminuindo a quantidade de resíduos sólidos lançados em área pública e a presença de animais indesejáveis, melhorando o nível de consciência do freqüentador e eliminando a poluição, os riscos de acidentes e a proliferação de vetores e pragas. Em ambas, as ações estão previstas um diagnóstico da situação atual e a elaboração de projetos específicos.

O principal responsável para executar as ações e medidas acima é a SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Município – com a parceria das secretarias municipais afins, as concessionárias dos serviços públicos, as organizações não governamentais e, em especial a SPU – Secretaria do Patrimônio da União, por estar o trecho de intervenção totalmente localizado em área acrescida de marinha. Os prazos definidos para cada ação são no máximo de 90 dias, conforme tabelas a seguir.

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES					
PROBLEMAS :	ÁREAS SUB-UTILIZADAS OU NÃO UTILIZADAS/ INFRAESTRUTURA DEFICIENTE/ DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ENTULHO E RESÍDUOS				
LINHA DE AÇÃO	REQUALIFICAÇÃO URBANA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
CRIAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX COM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA E CONCLUSÃO DA INFRAESTRUTURA PREVISTA	Usufruir do apelo mercadológico de um projeto de Burle Marx, organizar a ocupação e a utilização da área, gerar emprego e renda, melhorar a segurança dos usuários, prevenir ações de vandalismo e degradação, atrair freqüentadores e aumentar a utilização da área	CONSULTA À FUNDAÇÃO BURLE MARX	30 dias	SEPLAN	ARENA, CREA
		ARTICULAÇÃO PARA OFICIALIZAR A CRIAÇÃO DO PARQUE	90 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Administração
		COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ORIGINAL DE BURLE MARX	60 dias	SEPLAN	Secretaria de Turismo
		ELABORAÇÃO DE EIA RIMA E ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	90 dias	SEPLAN	Secretaria de Meio Ambiente, CRA, Semarh, Gerco, UESC
		REGULARIZAÇÃO DA ÁREA JUNTO AO SPU	60 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Administração, SPU
		ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS REFERENTES AO PROJETO BURLE MARX: PAISAGISMO, LANCHONETES, SANITÁRIOS, BANCOS, POSTO DE ATENDIMENTO, ILUMINAÇÃO	60 dias	SEPLAN	
		CRIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE BURLE MARX	90 dias		
		PROCESSO LICITATÓRIO	90 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Administração

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES					
PROBLEMAS :	ÁREAS SUB-UTILIZADAS OU NÃO UTILIZADAS/ INFRAESTRUTURA DEFICIENTE/ DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ENTULHO E RESÍDUOS				
LINHA DE AÇÃO	REQUALIFICAÇÃO URBANA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
REVITALIZAÇÃO DA PRAÇAS AO LONGO DA AVENIDA	Preservar o patrimônio cultural, prevenir ações de vandalismo e degradação, atrair freqüentadores e aumentar a utilização da área	ELABORAÇÃO DE PROJETO	90 dias	SEPLAN	Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Meio Ambiente, CREA, ARENA
		INCLUI-LAS NO PROJETO ADOTE UMA PRAÇA	30 dias	SEPLAN	Iniciativa privada, ONG
REVITALIZAÇÃO DA ÁREA DO CRISTO	Organizar a ocupação e a utilização da área, melhorar a segurança dos usuários, Prevenir ações de vandalismo e degradação, Atrair freqüentadores e aumentar a utilização da área	LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DA ÁREA JUNTO AO SPU	30 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Finanças, SPU
		REGULARIZAÇÃO DA ÁREA PARA USO E OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO	60 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Administração
		AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PROJETO DA ÁREA DO CRISTO	90 dias	SEPLAN	Secretaria de Turismo, Secretaria de Meio Ambiente, CREA, ARENA
		ELABORAÇÃO DE EIA/RIMA E ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	90 dias	SEPLAN	Secretaria de Meio Ambiente, CRA, Semarh, Gerco
		PROCESSO LICITATÓRIO	90 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Administração

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES					
PROBLEMAS :	ÁREAS SUB-UTILIZADAS OU NÃO UTILIZADAS/ INFRAESTRUTURA DEFICIENTE/ DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ENTULHO E RESÍDUOS				
LINHA DE AÇÃO	REQUALIFICAÇÃO URBANA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE USO E OCUPAÇÃO DA ÁREA NÃO INCLUÍDA NO PROJETO BURLE MARX (ÁREA ASSOREADA)	Permitir ao cidadão a aproximação da praia com segurança, Organizar a quantidade e localização das cabanas no trecho, gerar emprego e renda, Melhorar a segurança dos usuários, Preservar os recursos naturais do trecho, Atrair freqüentadores e aumentar a utilização da área	ESTUDO DE VIABILIDADE DE OCUPAÇÃO DA ÁREA NÃO UTILIZADA: NOVA PISTA DE ACESSO, ESTACIONAMENTOS, CABANAS EM NÚMERO ADEQUADO, ILUMINAÇÃO, ESPORTE E LAZER	90 dias	SEPLAN	Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, UESC, CREA, ARENA
		ELABORAÇÃO DE EIA RIMA E ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	120 dias	SEPLAN	Secretaria de Meio Ambiente, CRA, Semarh, Gerco, UESC
		REGULARIZAÇÃO DA ÁREA JUNTO AO SPU	30 dias	SEPLAN	Procuradoria Municipal, Secretaria de Finanças, SPU
		CAPTAÇÃO DE RECURSOS	120 dias		
		IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	360 dias	Parque Burle Marx	Secretarias de Planejamento, Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Turismo, Transportes, Concessionárias, CREA

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES					
PROBLEMAS :	ÁREAS SUB-UTILIZADAS OU NÃO UTILIZADAS/ INFRAESTRUTURA DEFICIENTE/ DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ENTULHO E RESÍDUOS				
LINHA DE AÇÃO	REQUALIFICAÇÃO URBANA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
ESTUDO PARA SOLUÇÃO DO BLOQUEIO DO ESCAPE DA ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO DA EMBASA	Eliminar odores desagradáveis da avenida, evitar possibilidade de contaminação de águas superficiais e subterrâneas	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	30 dias	SEPLAN	Embasa, Secretarias de Obras, Serviços Urbanos, Obras, Meio Ambiente
		ELABORAÇÃO DE PROJETO QUE CONTEMPE TRATAMENTO E REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA	30 dias	Embasa	Conder
		IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	90 dias	Embasa	Secretaria de Serviços Urbanos, Conder, Governo Estadual e Federal
REVISÃO GERAL DO SISTEMA DE DRENAGEM DA AVENIDA SOARES LOPES	Eliminar risco de alagamentos e proliferação de vetores	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	30 dias	Secretaria de Serviços Urbanos	
		ELABORAÇÃO DE PROJETO	30 dias	Secretaria de Serviços Urbanos	
		IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	60 dias	Secretaria de Serviços Urbanos	

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES					
PROBLEMAS :	ÁREAS SUB-UTILIZADAS OU NÃO UTILIZADAS/ INFRAESTRUTURA DEFICIENTE/ DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ENTULHO E RESÍDUOS				
LINHA DE AÇÃO	REQUALIFICAÇÃO URBANA				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
CRIAÇÃO DE SISTEMA LOCAL DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Diminuir a quantidade de resíduos sólidos lançados em área pública, diminuir a presença de animais indesejáveis, melhorar o nível de consciência do freqüentador, eliminar poluição, riscos de acidentes e proliferação de vetores e pragas	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	30 dias	SEPLAN	Secretarias de Meio Ambiente, Serviços Urbanos, ONG
		ELABORAÇÃO DE PROJETO (COLETA SELETIVA, ENTULHO, PODAS, LIXEIRAS, SINALIZAÇÃO ETC.)	30 dias	SEPLAN	Secretarias de Meio Ambiente, Serviços Urbanos, ONG
		IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	120 dias	SEPLAN	Secretarias de Meio Ambiente, Serviços Urbanos, ONG

9.3. TRECHO PRAIA DO SUL



Trecho entre o Sítio Paraíso e o Morro dos Navegantes



Vista aérea

MAPA ORLA SUL

9.3.1. Caracterização e contexto urbano

O trecho Litoral Sul, que compreende o Sítio Paraíso até o Morro dos Navegantes com aproximadamente 4.5 km e população do seu entorno estimada em 2.500 habitantes, situa-se a 50 m a oeste da rodovia BA001 e o Oceano Atlântico.

Este trecho desponta-se como um dos pontos turísticos mais freqüentado do município, onde se situam hotéis e um número variado de pousadas, campings, cabanas de praia e loteamentos para casas de veraneio, sem contar o número de bairros populares que se encontram em seu entorno.

Até a década de 80 este trecho era basicamente constituído de pequenas propriedades agrícolas de côco e gado, tendo sido intensa sua ocupação no período de 1980 – 90 (período de implantação da Rodovia Ba 001).

O litoral Sul ganhou notoriedade a partir da construção da Ponte Lomanto Júnior e da pavimentação asfáltica da BA-001, que interliga o Pontal a Estância Hidromineral de Olivença, e daí aos municípios de Una e Canavieiras, acelerando o processo de ocupação, a qual deu-se sem planejamento adequado, os projetos de infraestrutura e urbanização foram insuficientes para atender a demanda desta ocupação gerando problemas, a exemplo de ocupações em área de preservação permanente, loteamentos e construções irregulares, descaracterização da paisagem.

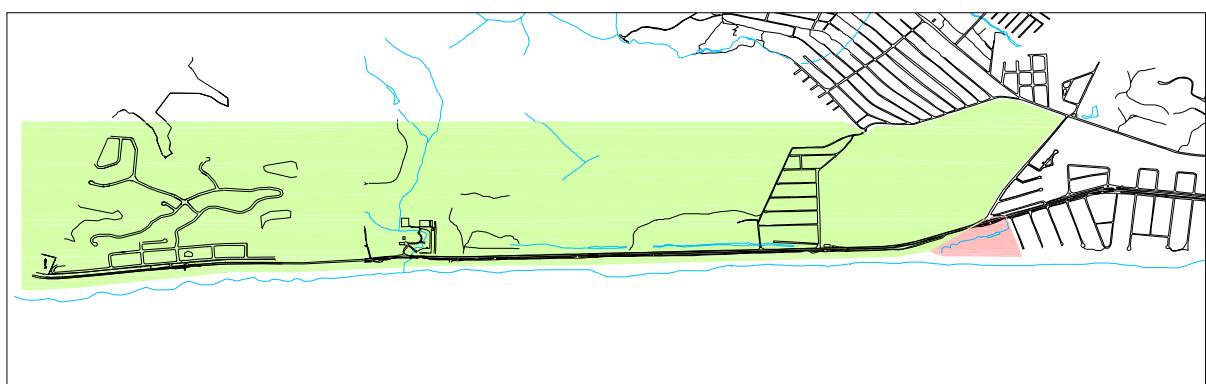
Trata-se de uma orla exposta, com urbanização consolidada voltada essencialmente para o turismo e outras atividades como a pesca e o lazer. Nessa área encontram-se estabelecimentos comerciais como hotéis, pousadas, bares, restaurantes e cabanas de praia.

A sazonalidade da ocupação é um tanto acentuada, podendo ser apreendida por meio de informações locais e verificação *in loco* sobre domicílios não ocupados, designados regionalmente como “casas de veraneio” ou “casas de praia”.

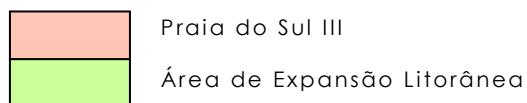
O acesso a esse trecho dar-se através da Ponte Lomanto Júnior e da BA-001, que interliga o Pontal à Olivença, e daí aos municípios de Una e Canavieiras. Os ecossistemas característicos presentes na área da bacia são remanescentes de floresta ombrófila densa, de restinga e manguezal com cursos d’água.

9.3.2. Situação legal e institucional

O trecho da Praia do Sul, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município (Lei 2400/91), possui duas Zonas de Uso, Praia do Sul III e Área de Expansão Litorânea. A verticalização ao longo deste trecho com gabarito máximo de 9,00 metros e os usos permitidos são o residencial, o comercial, o institucional e o turístico.



Zonas de uso



9.3.3. Caracterização dos problemas

A ocupação deste trecho intensifica-se, a partir do início dos anos 90, com o término da construção da BA 001 e a crise da lavoura cacaueira.

Na busca de alternativas para recuperação da economia do município de Ilhéus baseada na monocultura do cacau, recai sobre a indústria do turismo a principal escolha, em função dos exuberantes atributos naturais do município bem como de sua história tão bem retratada nos livros de Jorge Amado e posteriormente em novelas e filmes.

Neste trecho expressivos investimentos turísticos foram realizados, com a construção de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e barracas de praia. Os investimentos propiciaram no primeiro momento a ocupação de numeroso contingente de mão de obra oriunda do meio rural, de grande parte da região cacaueira em crise, conferindo ao município indicadores demográficos singulares que conduziram Ilhéus a posição de 3º município mais populoso do estado da Bahia, com um aumento populacional de 1,6% ao ano, superando o estado (1,1% ao ano).

O maior problema deste trecho está relacionado à atividade turística, transformada como alternativa econômica para a cidade, o que causou mutações drásticas neste espaço, despreparado para receber loteamentos, pousadas, parques aquáticos e hotéis.

Um dos maiores problemas detectado neste trecho é o aglomerado de cabanas de praia ao longo da orla, sem padronização e a maioria sem infra-estrutura, dificultando o acesso à praia, com retirada da vegetação nativa, tendo como sistema de esgotamento sanitário fossas rudimentares ou vala negra com águas servidas a céu aberto.



Acesso à praia pelas barracas de praia
Foto: Ferreira, Ed



Rede de drenagem com esgoto lançado na areia
Foto: Ferreira, Ed

Várias cabanas de praia encontram-se abandonadas ou servindo de moradia ou de pontos para o tráfico de drogas.

A precariedade no sistema público de coleta de lixo aliado a falta de conscientização por parte de alguns cabaneiros são fatores determinantes para o acúmulo de lixo encontrado ao longo da orla.

A retirada da vegetação de restinga para a implantação das cabanas e a falta de paisagismo causam um impacto visual negativo na orla.

A iluminação pública neste trecho também é deficitária, com baixa utilização das cabanas à noite e com freqüentes assaltos.

Quadro síntese dos problemas

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL				
PROBLEMAS	ATIVIDADE GERADORA	EFEITO / IMPACTO	LEGISLAÇÃO	PROJETOS
MINISTÉRIO PÚBLICO QUER A REMOÇÃO DE TODAS AS CABANAS SEM PERMITIR NOVAS CABANAS	LEGISLAÇÃO FEDERAL DE ACORDO COM A INTERPRETAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	DESEMPREGO, FALTA DE OPCÕES DE LAZER	,LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;	

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS	ATIVIDADE GERADORA	EFEITO / IMPACTO	LEGISLAÇÃO	PROJETOS
OCUPAÇÃO DE APP E TERRENOS DE MARINHA (REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA)	CONSTRUÇÃO DA BA-001 E sete CABANAS NA FAIXA DE PRAIA	DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, OCUPAÇÃO DESORDENADA	CÓDIGO FLORESTAL LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;	
PAISAGISMO DEFICIENTE	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ORLA (PRODETUR)	POLUIÇÃO VISUAL, FALTA DE ATRATIVOS AOS TURISTAS	PDDU	PROJETO PRODETUR
ACESSO À PRAIA DIFICULTADO PELA PEQUENA DISTÂNCIA ENTRE CABANAS	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ORLA (PRODETUR)	DEGRADAÇÃO DE ÁREAS PRÓXIMAS ÀS CABANAS, ESTACIONAMENTO E ACESSOS	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
INFRAESTRURA DEFICIENTE PARA APOIO AO TURISMO	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ORLA (PRODETUR)	FALTA DE ATRATIVOS AOS TURISTAS		PROJETO PRODETUR
ILUMINAÇÃO DEFICIENTE	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ORLA (PRODETUR)	PRAIA SEM UTILIZAÇÃO NOTURNA, VIOLENCIA, COMÉRCIO COM BAIXA UTILIZAÇÃO A NOITE		PROJETO PRODETUR
CABANAS ABANDONADAS OU UTILIZADAS INADEQUADAMENTE	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ORLA (PRODETUR)	POLUIÇÃO VISUAL, PROSTITUIÇÃO, MORADIA, COMÉRCIO ILEGAL, ESCONDERIJO PARA MARGINAIS		PROJETO PRODETUR
LIXO EM LOCAIS IMPRÓPRIOS	FALTA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ORLA (PRODETUR), FALTA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E COMERCIANTES	POLUIÇÃO DE SOLO, SUB-SOLO E HÍDRICO, PROLIFERAÇÃO DE VETORES, ODOR DESAGRADÁVEL, POLUIÇÃO VISUAL	CÓDIGO DE POSTURA, PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS	

9.3.4. Cenários de usos desejados para a orla

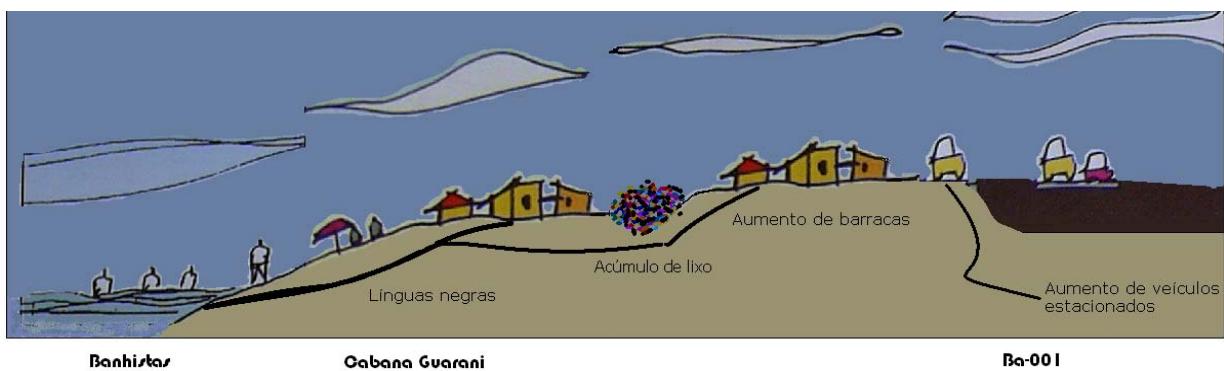
Perfil 01

Situação Atual

Ocupação da areia de praia por barracas, descaracterização da vegetação de restinga, lançamento de esgoto no mar e acúmulo de lixo.



Aumento do número de barracas na areia dificultando o acesso à praia, retirada total da vegetação de restinga, lançamento de esgoto no mar, acúmulo de lixo e aumento da demanda de estacionamento para veículos ao longo da orla.



Elaboração e execução de projeto de urbanização da orla com a implantação e ordenamento de barracas, garantindo acesso à praia, saneamento básico, estacionamento e tratamento paisagístico.



Perfil 02

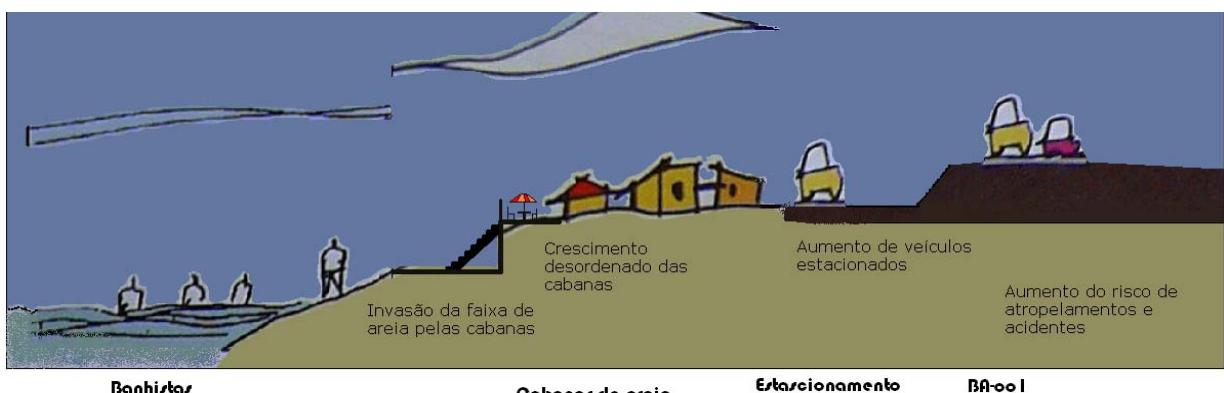
Situação Atual

Orla em processo lento de erosão com ocupação da areia de praia por barracas, dificuldade de acesso à praia, descaracterização da vegetação de restinga, lançamento de esgoto no mar e acúmulo de lixo.



Tendência

Aumento do número de barracas na areia da praia dificultando o uso por banhista, retirada total da vegetação de restinga, lançamento de esgoto no mar, acúmulo de lixo, aumento da demanda de estacionamento para veículos ao longo da orla e risco de acidentes na rodovia.



Situação Desejada

Elaboração e execução de projeto de urbanização da orla com a implantação e ordenamento de barracas, garantindo acesso à praia, saneamento básico, estacionamento e tratamento paisagístico.



Perfil 03

Situação Atual

Orla estreita em processo lento de erosão sem ocupação por barracas, acesso livre à praia e descaracterização da vegetação de restinga.



Tendência

Ocupação da faixa de areia com barracas, retirada total da vegetação de restinga, lançamento de esgoto no mar, acúmulo de lixo e aumento da demanda de estacionamento para veículos ao longo da orla.



Situação Desejada

Elaboração e execução de projeto de urbanização da orla com a implantação e ordenamento de equipamentos esportivos e tratamento paisagístico.



9.3.5. Ações e medidas estratégicas

Nesse tópico serão descritas as ações e medidas estratégicas para resolução, prevenção e/ou correção dos problemas já mencionados no item anterior. Conseqüentemente, serão também descritos os objetivos dessas ações propostas, a duração das atividades e seus responsáveis.

Sobre a ação de remoção de todas as cabanas sem permitir novas instalações equivalentes, movida pelo Ministério Público, pretende-se estabelecer diálogo entre as instâncias, ressaltando que o Projeto Orla é legitimado pela sociedade, buscando-se assim compatibilizar a ação do Ministério Público à concepção do Projeto. Esta ação é em curto prazo e os responsáveis diretos são: o próprio Ministério Público, GRP, IBAMA e Comitê Gestor do projeto.

Para a ação ocupação de APP e terrenos de marinha, está previsto: levantamento das ocupações irregulares, ordenamento do uso da praia pelos cabaneiros, eventos e demais usuários, evitando a ocupação em faixa de praia, buscando o ordenamento do uso. Esta ação está prevista em curto prazo e os responsáveis: GRP e Prefeitura.

Na ação do paisagismo deficiente que causa principalmente: poluição visual busca-se elaborar e executar um projeto paisagístico, também em curto prazo tendo a Prefeitura como responsável direto na elaboração e execução e como parceiros: Associação de Cabaneiros da Parai do Sul, Associação de Turismo de Ilhéus – ATIL, Associações de moradores e CEPLAC.

Sobre o acesso à praia dificultado pela pequena distância entre cabanas, abandono e utilização inadequada, a comunidade e os cabaneiros, anseiam por um projeto urbanístico com determinação da distribuição das cabanas, dessa forma deve-se elaborar um projeto urbanístico, analisar as

cabanas já implantadas para determinar o número mínimo a ser mantido e adequá-las, estimular outros equipamentos de lazer, tais como ciclovias. Essas ações em médio prazo.

Sobre infra-estrutura deficiente para apoio ao turismo, busca-se urbanizar com equipamentos de apoio como: Posto Policial, Salva-Vidas, Posto Médico, Central de Turismo, também uma ação em médio prazo.

No item iluminação deficiente a comunidade e os cabaneiros buscam a elaboração e execução de projeto de iluminação pública e cênica, em médio prazo, com objetivo de diminuir a poluição visual, prostituição, moradia e comércio ilegal e esconderijo para marginais.

Sobre lixo em locais impróprios busca-se a elaboração e implantação da coleta de lixo assim como um projeto de educação ambiental para prevenir a poluição de solo, subsolo e hídrico, proliferação de vetores, odor desagradável, poluição visual. Com relação à coleta de lixo esta ação requer curto prazo enquanto o projeto de educação ambiental uma ação permanente.

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS:

MINISTÉRIO PÚBLICO QUER A REMOÇÃO DE TODAS AS CABANAS S EM PERMITIR NOVAS CABANAS

LINHA DE AÇÃO	DISCUSSÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE O PROJETO ORLA (MMA, MPOG)			
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL
				DIRETO
NEGOCIAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO	Compatibilizarão entre o projeto do ministério público e o Projeto Orla	ESTABELECER DIALOGO ENTRE AS INSTÂNCIAS RESSALTANDO QUE PROJETO ORLA É LEGITIMADO PELA SOCIEDADE	60 dias	Ministério público, GRPU, IBAMA, Comitê Gestor do Projeto Orla

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: **OCUPAÇÃO DE APP E TERRENOS DE MARINHA**

LINHA DE AÇÃO		REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS DA UNIÃO	Remoção das ocupações em faixa de praia e ordenamento do uso	LEVANTAMENTO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES	30 dias	PMII	GRPU Prefeitura
		ORDENAMENTO DO USO DA PRAIA PELOS CABANEIROS, EVENTOS E DEMAIS USUÁRIOS	120 dias	PMI	GRPU Prefeitura cabaneiros
		DEMARCAÇÃO PARA ESPORTES NÁUTICOS (BANANA BOAT, JET SKI, ETC...)	30 dias	PMI	Prefeitura cabaneiros

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: PAISAGISMO DEFICIENTE

LINHA DE AÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO PAISAGÍSTICO EM CONSONÂNCIA COM PROJETO URBANÍSTICO E REAVALIAÇÃO DO PROJETO DA ORLA (PRODETUR)
----------------------	---

AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
PROJETO PAISAGÍSTICO COM ENFOQUE NA SUSTENTABILIDADE	Reimplantação de vegetação característica de restinga	ELABORAR PROJETO PAISAGÍSTICO	30 dias	Elaboração do projeto e execução pela Prefeitura	Associação de cabaneiros da praia do sul, ATIL, Associações de moradores, CEPLAC – material
		EXECUTAR PROJETO PAISAGÍSTICO	90 dias	Elaboração do projeto e execução pela Prefeitura	Associação de cabaneiros da praia do sul, ATIL, Associações de moradores, CEPLAC – material

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS:
ACESSO À PRAIA DIFICULTADO PELA PEQUENA DISTÂNCIA ENTRE CABANAS
CABANAS ABANDONADAS OU UTILIZADAS INADEQUADAMENTE

LINHA DE AÇÃO	EXECUÇÃO DE PROJETO URBANÍSTICO COM DETERMINAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS CABANAS				
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
		DIRETO		PARCEIROS	

PROJETO URBANÍSTICO	Disciplinar a implantação das cabanas	ELABORAR PROJETO URBANÍSTICO	60 dias	SEPLAN	cabaneiros
		ANALISAR AS CABANAS JÁ IMPLANTADAS PARA DETERMINAR O NÚMERO DE CABANAS A SEREM MANTIDAS E/OU ADEQUADAS E A SEREM REMOVIDAS	30 dias	SEPLAN	Cabaneiros SPU
		TRATAMENTO PAISAGÍSTICO ENTRE AS CABANAS	60 dias	PMI	ONGS CEPLAC
		CICLOVIA E OUTROS EQUIPAMENTOS	90 dias	PMI	

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: INFRAESTRUTURA DEFICIENTE PARA APOIO AO TURISMO

LINHA DE AÇÃO		EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA			
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	Dotar a área de equipamentos de apoio ao turismo	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETO CONTEMPLANDO: POSTO POLICIAL, SALVA-VIDAS, POSTO MÉDICO, CENTRAL DE TURISMO, ETC...	240 dias	SEPLAN	Cabaneiros

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: ILUMINAÇÃO DEFICIENTE

LINHA DE AÇÃO		EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
PROJETO DE ILUMINAÇÃO	Dotar de iluminação a área	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E CÊNICA	180 dias	SEPLAN	COELBA

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: LIXO EM LOCAIS IMPRÓPRIOS

LINHA DE AÇÃO	DISCIPLINAR A DISPOSIÇÃO DE LIXO
---------------	----------------------------------

AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	PROCEDIMENTOS	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL	
				DIRETO	PARCEIROS
PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE LIXEIRAS	Dotar a área com locais apropriados para a disposição dos resíduos sólidos individuais	ELABORAR PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE LIXEIRAS ANALISANDO AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS	30 dias	SEPLAN	Séc.Serviços Urbanos
		IMPLANTAR O PROJETO	90 dias	PMI	Cabaneiros
DETERMINAÇÃO DE PONTOS DE COLETA DE LIXO	Dotar a área de pontos definidos para colocação dos resíduos sólidos das cabanas	ELABORAR PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DE COLETA ANALISANDO AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E DISTÂNCIA ENTRE CABANAS	30 dias	SEPLAN	Séc.Serviços Urbanos
		IMPLANTAR O PROJETO	60 dias	PMI	
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Sensibilizar a população comerciantes fixos e ambulantes sobre o problema de lixo na praia	ELABORAR PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60 dias	SEMA	MARAMATA ATIL
		APLICAÇÃO DO PROJETO	Permanente	SEMA	MARAMATA

10. ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO

Estratégias de Implantação do Plano

- Forma de Legitimação do Plano

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Realização de audiência pública com a presença da sociedade civil e representantes das instituições públicas e privadas para apresentação do Projeto Orla.

DEFINIÇÃO COMITÊ GESTOR

O Comitê Gestor da Orla de caráter deliberativo e consultivo terá como atribuições divulgar, discutir, articular, acompanhar, monitorar, fiscalizar as ações e medidas pertinentes ao Projeto Orla, bem como propor revisão e adequação do mesmo ao longo do tempo. Compete ainda ao Comitê Gestor, a indicação dos novos trechos prioritários para a elaboração do Plano de Intervenção.

A composição do comitê gestor será paritário entre os órgãos públicos municipais, estaduais e federais com sede no município e sociedade civil assim constituído:

Poder Público

Municipal

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Planejamento e Controle Orçamentário

Secretaria de Turismo

Estadual

Centro de Recursos Ambientais

Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

Federal

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

Companhia das Docas do Estado da Bahia

Capitânia dos Portos

Secretaria do Patrimônio da União

Sociedade Civil

VALIDAÇÃO DO PLANO

Legalização do Plano pela Câmara Municipal e Conselho Municipal de Meio Ambiente.

FUNDO DE INVESTIMENTO

Criação do Fundo de Investimento para a Orla, o qual deverá ser construído de forma participativa, democrática e transparente, onde os recursos para realização das ações prevista sejam aí alocados.

- Mecanismos de envolvimento da Sociedade

ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES				
ATIVIDADE	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESPONSÁVEL	PÚBLICO ALVO
Reunião institucional	Apresentação do Projeto Orla, discussão das ações previstas e criação de pacto institucional	Exposição, debate	Comitê Gestor	Ministério público federal, GRPU, IBAMA, GERCO-Bahia
Palestra	Apresentação do pacto institucional definido na reunião com o Ministério público, GRPU, IBAMA e GERCO-Bahia	Exposição	Comitê gestor	Sociedade organizada, comunidade
Reunião	Regularização Fundiária	Exposição, debate	Comitê Gestor	GRPU
Palestra	Apresentação das determinações legais para a regularização fundiária	Exposição	GRPU	Sociedade organizada, comunidade, Governo Municipal
Seminário	Determinação dos projetos necessários à solução dos problemas	Exposição, debate	Comitê Gestor	SEPLAN, SEMA, SETUR, Sec. Ind. e Comércio, Governo estadual, Sociedade organizada
Visita monitorada	Levar os técnicos ao local para conhecimento das necessidades	Identificação dos problemas, dos impactos ambientais, dos acessos	Comitê Gestor	SEPLAN, SEMA, SETUR, Sec. Ind. Com.
Seminário	Apresentar os estudos preliminares dos projetos	Exposição	Comitê gestor, SEPLAN, SEMA, SETUR, SIC	Sociedade organizada, comunidade

ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

ATIVIDADE	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESPONSÁVEL	PÚBLICO ALVO
material promocional	apresentação do plano, divulgação da marca	criação de slogan, logomarca e programação visual: material impresso, brindes, camisetas; parcerias para viabilização financeira; comercialização de artigos	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas
jornal, rádio, tv	apresentação do plano, divulgação da marca e das atividades	redação de releases periódicos e encaminhamento à mídia; apresentação para entrevistas; estudo e proposta de temas para programas; divulgação de conceitos estruturais; divulgação do slogan; produção de spots para inserção	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas
site	apresentação do plano, divulgação da marca e das atividades, promover interatividade	criação de página na internet com alta interatividade: cadastro, banco de dados, bases cartográficas, artigos técnicos, brincadeiras infantis, fale conosco, informações específicas aos diversos atores	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas

ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

ATIVIDADE	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESPONSÁVEL	PÚBLICO ALVO
disque orla	criar canal direto de comunicação: informações, dúvidas...	disponibilizar linha telefônica, criar equipe gestora e metodologia, capacitar equipe de tele atendimento, divulgar, viabilizar parcerias	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas
recursos audio-visuais	apresentação do plano, divulgação da marca, padronizar a comunicação	criação e produção de vídeos institucionais e apresentações eletrônicas por grupo de público alvo de acordo com padrão visual adotado;	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas
concursos e exposições	envolver toda a comunidade	criar grupo de coordenação; elaborar programa de concursos e exposições: redação, fotografia, cartazes, mascote, planta símbolo, animal símbolo; viabilizar parcerias para divulgação, premiação, logística e espaço	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas

ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

ATIVIDADE	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESPONSÁVEL	PÚBLICO ALVO
teatro mambembe	sensibilizar grupos específicos	criar grupo de coordenação; criar quadros teatrais de linguagem simples e que permitam participação ativa do público; viabilizar veículo e material; definir agenda; divulgar	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas
pequenos eventos, palestras, foruns e assembléias	apresentação do plano, promover discussões	criar grupo de coordenação; criar programa e agenda; estabelecer parcerias; divulgar	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas
stand fixo e itinerante	apresentação do plano	projeto físico; definir material, localização e equipes responsável e de apoio; viabilizar parcerias; definir agenda	comitê gestor	poder público, associações de moradores e comunidade local, entidades de classe, órgãos públicos, autarquias, concessionárias de serviços públicos, conselhos municipais, instituições de ensino, sociedade civil organizada (ong, oscip, fundações), instituições bancárias, forças armadas e polícias, instituições religiosas, associações comerciais e industriais, turistas

Subsídios e meios existentes

- Base Legal

LEIS FEDERAIS

Constituição Federal;

Lei N^º 6.938, de 31/08/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

Lei N^º. 7.661 de 16/05/1988 - Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências;

Lei N^º. 9.636 de 15/05/1998 - Dispõe sobre o Patrimônio da União;

Lei N^º. 9.605 de 05/02/1988 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;

Lei N^º. 10257 de 10/06/2001 - Regulamenta os Art.182 e 183 da Constituição Federal;

Lei N^º. 7.347/1985 - Disciplina a ação civil pública.

LEIS ESTADUAIS

Constituição do Estado da Bahia;

Legislação Ambiental do Estado da Bahia – Lei 7.799 de 08/02/2001 - Institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e da outras providências;

Decreto 7967 de 06/06/2001 (Regulamenta a Lei 7.799);

Decreto Nº. 2.217 de 14/06/1993 cria a APA da Lagoa Encantada e Rio Almada;

Resolução CEPRAM 1.802 de 23/10/1998 - Aprova o Zoneamento Econômico-Ecológico da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada.

LEIS MUNICIPAIS

Lei Orgânica do Município;

Lei 2.400 de 08/91 - Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Ilhéus e dá outras providências;

Lei Nº. 2.048 de 15/02/80 - Aprova o código de Edificações e dá outras providências;

Lei 2.313 de 03/08/89 - Dispõe sobre a Política Ambiental do Município de Ilhéus;

Lei Complementar Nº. 001/2001 - Cria o Parque Municipal da Boa Esperança;

Decreto Municipal 085/2001 - Aprova o plano de Manejo do Parque Municipal da Boa Esperança.

- Base Institucional Local

MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Planejamento
Secretaria Municipal de Turismo
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Administração

ESTADUAL

Escritório Regional do Centro de Recursos Ambientais - CRA
Ministério Público Estadual
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
6ª Diretoria Regional de Saúde- DIRES
6ª Diretoria Regional de Educação- DIREC

FEDERAL

Escritório Regional do IBAMA
Ministério Público Federal
Capitania dos Portos
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
Centro de Pesquisa e Recuperação da Lavoura Cacaueira - CEPLAC

- Fóruns de Decisão

Audiência Pública

Câmara Municipal

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada

Comitê Gestor do Projeto Orla

Conselho da Cidade de Ilhéus (em fase de consolidação)

- Instrumentos Gerenciais Normativos Locais Existentes

Lei Orgânica

Lei de Uso e Ocupação do Solo

Código de Obras e Postura

Lei Municipal de Meio Ambiente

Lei Municipal de Tombamento Morro de Pernambuco

Licenciamento Ambiental

Plano Plurianual 2005/2006 e 2006/2007

Plano Diretor do Município (em fase de elaboração)

11. ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Monitoramento

O monitoramento ficará a cargo do Comitê Gestor, o qual definirá parâmetros/indicadores que servirão como norteadores das ações, cabendo ao órgão executor Prefeitura Municipal através das suas respectivas secretarias executar as referidas ações, ficando também responsável pelo envio de relatório mensal ao comitê gestor, das atividades desenvolvidas.

Estes parâmetros deverão ser definidos em conjunto com o executor a partir da análise do plano de intervenção, de observações de campo garantindo desta forma uma melhor aferição sistemática de resultados.

Sistêmática de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

- Acompanhamento

A partir dos relatórios mensais das intervenções enviados pelo executivo municipal ao comitê gestor, serão feitas as devidas avaliações, revisões e interferências.

Estes relatórios se tornarão públicos através de reuniões com a comunidade e os grupos de trabalho local constituídos durante as minioficinas objetivando a participação efetiva da comunidade em todas as etapas de implantação do plano.

- Avaliação

A avaliação será semestral, devendo conter os relatórios de acompanhamento, a evolução das ações desenvolvida, bem como, as dificuldades encontradas.

- Revisão do Plano

A revisão do Plano será anual, prevendo-se a avaliação dos resultados encontrados.

Apresentação do plano e cronograma

A apresentação do plano se dará em audiência pública, cartilhas, folder, vídeos, sites, etc.

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

PROBLEMAS **AVANÇO DO MAR**

LINHA DE AÇÃO

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE CONTENÇÃO DO AVANÇO

AÇÕES E MEDIDAS	2008												
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
ESTUDO DAS MARES													
MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO													
REVISÃO DO PROJETO DE CONTENÇÃO (ALEIXO BELOV),													
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO													

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

PROBLEMAS

DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM FRONTAL DA ORLA

LINHA DE AÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
LEVANTAMENTO DA ÁREA COMPROMETIDA												
REALIZAR CONSULTA A CAPITANIA DOS PORTOS												
ELABORAÇÃO DO PROJETO URBANÍSTICO												
SOLICITAR A LICENÇA AMBIENTAL												
AUTORIZAÇÃO A SPU PARA EXECUÇÃO DO PROJETO												

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

PROBLEMAS

DISPOSIÇÃO INADEQUADA OS ESGOTOS DOMÉSTICOS NO MEIO AMBIENTE

LINHA DE AÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
LEVANTAMENTO E ESTUDO TOPOGRÁFICO DA ÁREA												
PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO E DRENAGEM PLUVIAL												
EXECUÇÃO												

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

PROBLEMAS

OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE MANGUE

LINHA DE AÇÃO

RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS NO LOCAL												
TRANSFERIR ESSAS FAMÍLIAS PARA UM LOCAL MAIS ADEQUADO												
PROMOVER EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA												
RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA												
FORTALECER O SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DA ÁREA												

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL												
PROBLEMAS	PRECARIEDADE DOS ACESSOS VIÁRIOS											
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA											
AÇÕES E MEDIDAS		2008										
LEVANTAMENTO DOS ACESSOS COMPROMETIDOS												
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DOS ACESSOS												

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL												
PROBLEMAS	DIFÍCULDADE DO BENEFICIAMENTO DO PESCADO E DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS											
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO											
AÇÕES E MEDIDAS		2008										
LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DOS ARTESÕES, DOS PESCADORES E DOS MARISQUEIROS												
AVALIAÇÃO DO TERRENO DOADO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO												
ELABORAÇÃO DO PROJETO												

PROJETO ORLA - TRECHO SÃO MIGUEL

PROBLEMAS	OCUPAÇÕES ADENSADAS EM ÁREAS DE RISCO											
LINHA DE AÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA											
AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
LEVANTAMENTO DO PLANIALTIMETRICO DA ÁREA												
SOLICITAÇÃO AO SPU PARA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA UNIÃO												
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ENCAMINHAMENTO AO SPU PARA AVALIAÇÃO												
DIVULGAÇÃO E VALIDAÇÃO												
EXECUÇÃO DO PROJETO												

PROJETO ORLA - TRECHO SOARES LOPES

PROBLEMAS 1, 2 E 3

LINHA DE AÇÃO	REQUALIFICAÇÃO URBANA																							
	2008						2009																	
AÇÕES E MEDIDAS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
CRIAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX COM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA E CONCLUSÃO DA INFRAESTRUTURA PREVISTA																								
REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS AO LONGO DA AVENIDA																								
REVITALIZAÇÃO DA ÁREA DO CRISTO																								
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE USO E OCUPAÇÃO DA ÁREA NÃO INCLUIDA NO PROJETO BURLE MARX (ÁREA ASSOREADA)																								
ESTUDO PARA SOLUÇÃO DO BLOQUEIO DO ESCAPE DA ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO DA EMBASA																								
REVISÃO GERAL DO SISTEMA DE DRENAGEM DA AVENIDA SOARES LOPES																								
CRIAÇÃO DE SISTEMA LOCAL DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS																								

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: MINISTÉRIO PÚBLICO QUER A REMOÇÃO DE TODAS AS CABANAS SEM PERMITIR NOVAS CABANAS

LINHA DE AÇÃO	DISCUSSÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE O PROJETO ORLA (MMA, MPOG)											
---------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
NEGOCIAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO												

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: OCUPAÇÃO DE APP E TERRENOS DE MARINHA

LINHA DE AÇÃO	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA											
---------------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS DA UNIÃO												

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: PAISAGISMO DEFICIENTE

LINHA DE AÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO PAISAGÍSTICO EM CONSONÂNCIA COM PROJETO URBANÍSTICO E REAVALIAÇÃO DO PROJETO DA ORLA (PRODETUR)											
---------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
PROJETO PAISAGÍSTICO COM ENFOQUE NA SUSTENTABILIDADE												

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: ACESSO À PRAIA DIFICULTADO PELA PEQUENA DISTÂNCIA ENTRE CABANAS
CABANAS ABANDONADAS OU UTILIZADAS INADEQUADAMENTE

LINHA DE AÇÃO	EXECUÇÃO DE PROJETO URBANÍSTICO COM DETERMINAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS CABANAS											
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
PROJETO URBANÍSTICO												

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: INFRAESTRUTURA DEFICIENTE PARA APOIO AO TURISMO

LINHA DE AÇÃO	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA											
---------------	-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA												

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL

PROBLEMAS: ILUMINAÇÃO DEFICIENTE

LINHA DE AÇÃO	EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA											
---------------	--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÕES E MEDIDAS	2008											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12

PROJETO ORLA - TRECHO ORLA SUL															
PROBLEMAS:		LIXO EM LOCAIS IMPRÓPRIOS													
LINHA DE AÇÃO		DISCIPLINAR A DISPOSIÇÃO DE LIXO													
AÇÕES E MEDIDAS		2008													
PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE LIXEIRAS		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12		
DETERMINAÇÃO DE PONTOS DE COLETA DE LIXO															
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL															

12. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Palma Maria. **Ilhéus Passado e Presente**. Ilhéus: Editus, 2003.

BAHIA. **Ilhéus – Itabuna: estratégias de desenvolvimento**. Salvador: Seplantec, 1992.

Dados Sócio Econômicos dos municípios de Ilhéus e Itabuna. Prefeitura Municipal de Ilhéus: Ilhéus, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Censo Demográfico de 2000**.

LAPA, Oliveira Marilene. Dissertação de mestrado em desenvolvimento regional e meio ambiente. **Produção da cidade, planejamento e meio ambiente: o caso de Ilhéus/Ba**. Ilhéus: UESC, 2001.

PLAMI – **Plano de desenvolvimento Local e integrado do Município de Ilhéus**. Ilhéus: SERFHA – FIPLAN, BNH, PRÓ-URB., 1986.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Ilhéus – PDDU. Prefeitura Municipal de Ilhéus: Ilhéus, 2001.

SANTOS, Núbia Regina Silva. Dissertação de mestrado em desenvolvimento regional e meio ambiente. **Uso popular de plantas medicinais na região cacauíra da Bahia. I- Bairro de São Miguel – Ilhéus**. Ilhéus/Ba: UESC, 2001, 180 p.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

13. ANEXOS

13.1. QUADRO DE PARÂMETROS AMBIENTAIS

São Miguel

Parâmetros ambientais	Situação Atual	Tendência	Situação desejada
Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	B
Valores cênicos	B	C	A
Integridade dos ecossistemas	B	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	B	C	A
Presença de Unidades de Conservação	B	C	A
Condição de Balneabilidade	B	C	A
Degradação ambiental	C	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	C	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	B	C	A
Presença de construções irregulares	C	C	A
Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
Aptidão agrícola	-	-	-
Potencial para extração vegetal	-	-	-
Potencial pesqueiro	B	C	A
Aptidão para maricultura	B	C	A
Parâmetros sociais			
Presença de comunidades tradicionais	B	C	B
Concentração de domicílios de veraneio	A	A	B
Infra-estrutura de lazer/turismo	A	A	B
Cobertura urbana ou urbanização	B	C	A
Domicílios servidos por água (%)	B	B	C
Domicílios com serviço de esgoto (%)	B	B	C
Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	B	B	C
Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
Formas de acesso	B	B	C
Parâmetros econômicos			
Pressão imobiliária	B	B	B
Uso agrícola	-	-	-
Uso para extração vegetal	-	-	-
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	B
Uso para maricultura	C	C	B
Uso para tráfego aquaviário ou portuário	-	-	-
Uso industrial	-	-	-
Aproveitamento mineral	-	-	-
Atividades petrolíferas	-	-	-
Atividades turísticas	B	B	C

Soares Lopes

Parâmetros ambientais	Situação Atual	Tendência	Situação desejada
Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	B
Valores cênicos	C	C	B
Integridade dos ecossistemas	C	C	B
Fragilidade dos ecossistemas	C	C	C
Presença de Unidades de Conservação	-	-	-
Condição de Balneabilidade	A	B	A
Degradação ambiental	C	C	B
Presença de efluentes (línguas negras)	A	B	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	B	C	A
Presença de construções irregulares	A	A	A
Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
Aptidão agrícola	-	-	-
Potencial para extração vegetal	-	-	-
Potencial pesqueiro	A	B	A
Aptidão para maricultura	-	-	-
Parâmetros sociais			
Presença de comunidades tradicionais	-	-	-
Concentração de domicílios de veraneio	-	-	-
Infra-estrutura de lazer/turismo	B	B	C
Cobertura urbana ou urbanização	C	C	C
Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C
Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	B	B	C
Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
Formas de acesso	C	C	C
Parâmetros econômicos			
Pressão imobiliária	C	C	C
Uso agrícola	-	-	-
Uso para extração vegetal	-	-	-
Uso dos recursos pesqueiros	B	B	B
Uso para maricultura	-	-	-
Uso para tráfego aquaviário ou portuário	-	-	-
Uso industrial	-	-	-
Aproveitamento mineral	-	-	-
Atividades petrolíferas	-	-	-
Atividades turísticas	B	B	C

Orla Sul

Parâmetros ambientais	Situação Atual	Tendência	Situação desejada
Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	B
Valores cênicos	C	C	B
Integridade dos ecossistemas	C	C	B
Fragilidade dos ecossistemas	C	C	C
Presença de Unidades de Conservação	-	-	-
Condição de Balneabilidade	B	C	A
Degradação ambiental	C	C	B
Presença de efluentes (línguas negras)	B	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	B	C	A
Presença de construções irregulares	B	C	A
Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
Aptidão agrícola	-	-	-
Potencial para extração vegetal	-	-	-
Potencial pesqueiro	A	B	A
Aptidão para maricultura	-	-	-
Parâmetros sociais			
Presença de comunidades tradicionais	-	-	-
Concentração de domicílios de veraneio	B	B	C
Infra-estrutura de lazer/turismo	B	B	C
Cobertura urbana ou urbanização	B	B	C
Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
Domicílios com serviço de esgoto (%)	B	B	C
Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	B	B	C
Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
Formas de acesso	C	C	C
Parâmetros econômicos			
Pressão imobiliária	C	C	C
Uso agrícola	-	-	-
Uso para extração vegetal	-	-	-
Uso dos recursos pesqueiros	B	B	B
Uso para maricultura	-	-	-
Uso para tráfego aquaviário ou portuário	-	-	-
Uso industrial	-	-	-
Aproveitamento mineral	-	-	-
Atividades petrolíferas	-	-	-
Atividades turísticas	B	B	C

13.2. RESULTADOS DAS TARJETAS DAS MINIOFICINAS

A ORLA QUE EU TENHO (Soares Lopes)

- Falta limpeza, suja, coleta de lixo precária, entulhos e lixos deixados na praia do Cristo;
- Dificuldade de acesso ao mar, praia longe, deserta, falta atrativos, subutilizada, falta vida social;
- Falta segurança, não tem salva-vidas, falta policiamento;
- Falta completar o projeto Burle Marx, sem infra-estrutura de lazer, poucos bancos, praças, poucos equipamentos de lazer e esportes;
- Matagal, alagamento, água estagnada, área enorme de mato e brejo;
- Ampla, excelente área para eventos, grande potencial de áreas;
- Sem jardins, vegetação arbórea inadequada;
- Pouco iluminada, falta iluminação;
- Falta manutenção das calçadas, manutenção da concha acústica, calçadas esburacadas, ciclovia abandonada, falta manutenção dos jardins;
- Ícone da cidade, melhor banho, melhores ondas, área bela e central, linda;
- Mal drenada, esgoto no Cristo, mau cheiro do emissário;
- Drogas, prostituição, “marinheiros de praia”, tarados, meninos de rua, vagabundos;
- Estacionamento de veículos indevidos e circulação, uso das pistas como estacionamento;
- Grande potencial de exploração turística e comercial, Centro de Convenções;
- Mau uso dos equipamentos (Concha e circo);
- Grande quantidade de ambulantes (trailers, carrinhos, etc);
- Lançamento de dejetos na praia perto do Porto (limpa fossas);
- Conflito de competência – IBAMA X PMI.

A ORLA QUE EU QUERO (Soares Lopes)

- Equipamentos esportivos e de ginástica, mais quadras esportivas, ciclovias maiores, áreas com infraestrutura para parques e circos, parque aquático, posto de atendimento p/ desportistas, áreas para esportes radicais, pista de atletismo;
- Parque infantil, área para feiras de artesanato, palco para apresentação de artistas locais, espaços culturais;
- Vida noturna incrementada, poucas cabanas de praia estruturada com funcionamento também noturna;
- Chuveiros, sanitários públicos;
- Torres para salva vidas, posto policial;
- Ordenar o uso racional do solo, uso que proporcione geração de lazer, com emprego e renda, fomentação da economia e vida social, empreendimentos comerciais térreo;
- Orla com acesso privilegiado à praia, nova pista próxima ao mar, praia bem utilizada, bem freqüentada;
- Bem iluminada, iluminação da praia;
- Limpa, coleta de lixo permanente e reciclado;
- Arborizada, florida, projeto paisagístico;
- Posto de atendimento ao turista, equipamentos turísticos;
- Calçadas sem buracos;
- Projeto Burle Marx concluído e usufruído;
- Não permitir mais projetos tipo Centro de Convenções e Shopping Center;
- Preservação do patrimônio histórico.

PROPOSTAS DE AÇÃO (Soares Lopes)

- Construção de ciclovias contornando todo o parque, de quadras poliesportivas, de teatro a céu aberto, de rink de patinação, de quadra de tênis, de pista de Cooper, de parques infantis, de vila olímpica, de central de treinamento e campos e quadras na praia;
- Serviço de transporte turístico;
- Projeto paisagístico em toda orla, implantar vegetação que floresça durante todo ano;
- Reformar praças existentes;
- Ordenamento de espaço público, espaço definido para ambulantes;
- Construção de banheiros públicos;
- Construção de nova pista próxima ao mar, acesso com pavimentação para pedestre;
- Construção de barracas de praia padronizadas, bem espaçadas, implantação de equipamentos de lazer noturno, empreendimentos leves;
- Iluminação de quadras p/ esportes e banhos noturnos, utilização de energia solar p/ equipamentos e barracas;
- Construção de postos salva vidas e posto policiais;
- Construção de pequenos módulos (sorvete, etc) perto da pista nova;
- Implantação de shopping a céu aberto;
- Implantação de lixeiras coletivas padronizadas e coleta seletiva permanente;
- Resolver problema da drenagem pluvial e do mau cheiro do emissário;
- Revisão da concha acústica;
- Demolir canteiros em frente das residências;
- Construção de complexo comercial e de lazer;
- Criar áreas de encontro – bancos;
- Espaço cultural (retorno do Circo);
- Completar e adequar o projeto Burle Marx;
- Fazer tombamento das casas antigas de valor histórico.

A ORLA QUE EU TENHO (São Miguel)

- Falta área de esportes, faltam quadras poliesportivas, falta de espaço comunitário para crianças e adolescentes, falta de praças e áreas de lazer;
- Falta iluminação, iluminação precária;
- Precisa consertar o asfalto, ruas (principal) deteriorada, falta recuperação das vias transversais, ruas sem calçamento, identificação das ruas;
- Falta calçada nas ruas;
- Falta de segurança, falta modulo policial, assalto;
- Poluição sonora, rio poluído e contaminado, poluição do rio (lixo e esgoto);
- Orla suja, falta de limpeza, lixo na praia;
- Falta de saneamento básico;
- Assoreamento do rio Almada;
- Península com mangue e mar,
- Transporte coletivo precário, transporte urbano deficiente, falta transporte escolar;
- Lotes vazios com mato;
- Falta de cooperativa forte;
- Aproximação das marés, invasão do mar;
- Ocupação dos mangues, falta de preservação dos mangues;
- Necessita de contenção –conclusão do cais, falta atracadouro, avanço do rio nos quintais das casas, avanço da maré;
- Passarela quebrada;
- Pescaria predatória;
- Falta creche;
- Falta de uma farmácia, falta de comercio de subsistência (padaria, açougue, supermercado);
- Falta de posto de saúde, posto médico;
- Falta de escolas;

- Mar limpo, região pesqueira, pôr-do-sol, manguezal, praias, bom cooperativismo dos moradores, temos orgulho de morar na orla maravilhosa de São Miguel;
- Animais soltos nas vias públicos, criação de animais nas margens do rio;
- Falta de posto salva vida;
- Padronização das barracas de praia;
- Resgate da cultura (Festa de São Miguel);
- Falta de maior apoio da comunidade a Associação de moradores.

A ORLA QUE EU QUERO (São Miguel)

- Saneamento básico;
- Mini central de abastecimento;
- Conclusão do projeto de contenção do cais, cais e calçadão, aumento da área das praias;
- Aproveitamento de lazer nos espiões, quadras esportivas, parques infantis, área de esporte e lazer;
- Construção ponte Marciano – São Miguel;
- Limpeza do bairro (lixo doméstico, matagal e praia), limpeza pública diária;
- Construção de uma avenida na beira mar;
- Calçamento da via principal e das ruas transversais, abertura de ruas;
- Iluminação pública na orla e nas ruas de acesso;
- Transporte coletivo digno;
- Centro Comunitário pesqueiro;
- Preservação dos animais silvestres (mico, pássaro), preservação dos mangues;
- Cobertura para ponto de ônibus;
- Bairro seguro (viaturas e posto policial), segurança ostensiva;
- Fiscalização da pesca predatória;
- Posto de saúde, médico e enfermeira;

- Posto salva vidas;
- Associação de moradores unida e participativa, educação e consciência cidadã, conscientização do pescador para a pesca proibida, conscientizar o morador para não jogar lixo no rio;
- Centro comunitário de artesanato;
- Escola publica e creche;
- Recuperação e urbanização da orla;
- Manutenção da passarela;

PROPOSTAS DE AÇÃO (São Miguel)

- Construção de posto policial e posto salva vidas;
- Construção de área de beneficiamento para a associação das marisqueiras;
- Iluminação geral praia, ruas e passarela;
- Construção avenida litorânea com a reposição da praia, construção de calçadão na orla;
- Construção ponte Marciano – São Miguel;
- Calçamento das ruas e orla, calçamento das transversais e nomes das ruas;
- Reformar a passarela;
- Construção de posto médico;
- Mini central de abastecimento;
- Construção de escolas e creches;
- Construção de áreas de lazer, construção de área poliesportivas;
- Construção de cais entre os espiões, conclusão dos espiões e construção de mais dois;
- Criar sistema de contenção da água do rio;
- Construção de abrigo nos pontos de ônibus;
- Preservação e recuperação das áreas de manguezais (replantio);

- Fiscalização efetiva da Secretaria de Meio Ambiente na ocupação dos mangues;
- Limpeza das praias;
- Implantar saneamento básico;
- Construção Central Comunitária (pesca, artesanato, capacitação e educação ambiental);

A ORLA QUE EU TENHO (Zona Sul)

- Falta de ordenamento, falta de urbanização planejada, normatização para construção;
- Cabanas fechadas durante a baixa estação, cabanas próximas uma das outras, barracas com estrutura pesada impedindo de mostrar a paisagem, cobertura de piaçava sujeita a incêndio, má distribuição das barracas, cabanas abandonadas, barracas sem apresentação visual, cabanas mal conservadas;
- Falta de iluminação na pista e na praia;
- Falta estacionamento, faltam rampas de acesso para automóveis, perigo para travessia dos pedestres;
- Falta de definição das paradas de ônibus, transporte precário;
- Mato, lixo, acostamento mal feito, acostamentos danificados ou sujos;
- Presença de animais na praia, presença de animais na pista (cavalos);
- Falta de calçadas e ciclovias, falta de espaço livre;
- Faltam jardins floridos;
- Falta de educação ambiental dos freqüentadores e donos de barracas;
- Poucos salva-vidas, falta de segurança, falta posto salva vidas e policial;
- Falta de eventos noturnos, pouco fluxo de localidades vizinhas, praia freqüentada por 90% dos turistas;
- Poluição visual dos letreiros, poluição visual e sonora;
- Faltam cestas de lixo na praia, falta de saneamento básico, pontos de descarga de esgoto;

- Ineficiência de vigilância sanitária;
- Falta de sinalização;
- Má qualidade dos serviços, preços altos dos serviços;
- Falta de divulgação da cidade para que ela seja uma cidade turística;
- Praia bonita, porém não é tão limpa, bela paisagem natural, praia quentes e lindas, cabanas bem estruturadas, fácil acesso, comidas deliciosas e bom atendimento em algumas cabanas.

A ORLA QUE EU QUERO (Zona Sul)

- Cabanas com intervalos para estacionamento, diversões e jardins, espaçamento mínimo entre barracas, poucas barracas com material padronizado, porém diferenciadas no seu formato e volumetria, utilizar os espaços entre barracas para instalação de equipamentos de lazer, Remover barracas abandonadas, no máximo 15 barracas, cabanas de alvenaria e estacionamento;
- Estimular outros equipamentos de lazer na orla;
- Ciclovia e pista para Cooper, calçadas e ciclovias a beira mar;
- Estacionamento estruturado, centros de estacionamentos distribuídos ao longo da orla, criação de áreas definidas para estacionamento do lado das cabanas;
- Loteamentos: bastante verde para preservar parte da vegetação e encostas (coqueirais);
- Áreas para prática de esporte bem definidas, quadras poliesportivas, delimitar área para prática de esporte e lazer de automotores;
- Projeto paisagístico com plantas originais da orla – flores, locais arborizados para massagens, áreas arborizadas para caminhadas, jardins com plantas locais;
- Padronização da sinalização, sinalização;
- Pontos de ônibus com área de recuo, passarelas para travessias de pedestre ligadas às paradas de ônibus (abrigos);

- Pista dupla com canteiros/jardins rampas pavimentadas e estacionamento, pista ao lado das cabanas ser desativada e transformada em ciclovia e calçadas, rampas de acesso para veículos;
- Lixeiras tanto na praia quanto no lado da pista;
- Segurança, mais torres para salva vidas, pontos fixos melhores equipados dos guarda vidas, presença de postos policiais e policiais com bicicletas na praia, posto policial e salva vidas, policiamento constante, ponto de informação turística;
- Rede de esgoto sanitário, projeto de saneamento básico, projeto “praia limpa”;
- Cadastramento de ambulantes, ordenamento por parte do poder público em questão dos ambulantes, vigilância sanitária mais ativa, controle sanitário para vendedores ambulantes;
- Parcerias para cursos e treinamentos de pessoal, cursos de preparação dos salva vidas e das equipes das cabanas, mão de obra qualificada;
- Proteger áreas de desovas e proibir iluminação forte na época.

PROPOSTAS DE AÇÃO (Zona Sul)

- Plano de urbanização da orla, analisar outros projetos como a orla de Santos, Natal, Maceió, Salvador; projeto de urbanização contemplando paradas de ônibus, largura da pista, acostamento; elaborar projeto contemplando “A orla que queremos”, projeto urbano que contemple estacionamentos, ciclovias, calçadas, iluminação e área de esporte;
- Cabanas uma a cada 300 metros, melhorar apresentação visual das cabanas, padronização das barracas, retirar imediatamente as cabanas abandonadas, projeto de cabanas definidas as áreas mínimas e máximas, normatizar as construções de cabanas de praia, manutenção preventiva das barracas;
- Construção de áreas para esportes;

- Iluminação, iluminação com postes duplos, iluminação no lado da pista e da praia (refletores direcionados);
- Arborização;
- Policiamento, posto policial, posto policial, policiamento na praia, três torres com estrutura total de apoio aos banhistas, posto salva vidas;
- Disciplinar a poluição visual, a poluição sonora, a higienização dos banheiros, das barracas e dos chuveiros de praia;
- Resolver problemas de saneamento, saneamento básico, esgotamento sanitário, projeto de esgoto para cabanas, hotéis/pousadas e residências, limpeza intensiva na praia, coleta seletiva nas barracas, lixeiras a cada 50 metros inclusive na praia;
- Lazer: atrações noturnas, quadras de esportes, projetos de âmbito cultural (Centro de Exposição);
- Cursos de capacitação da mão de obra/serviço, qualidade atendimento barracas, treinamento dos salva vidas para orientação dos banhistas sobre riscos para banho, serviços (capacitação, uniforme, apresentação pessoal, tratamento);
- Regularizar os ambulantes;
- Programa de educação ambiental nas escolas, educação ambiental em parceria com a Universidade;
- Quebra molas, velocidade controlada, área de passeio com rampa para deficientes físicos e acesso à areia, passarela para pedestre e ciclovias, ponto de ônibus com abrigo, calçadas, túnel para travessia de pedestre, semáforos na pista;
- Estacionamentos do lado da praia para que os banhistas não precisem atravessar a pista;
- Projeto específico para as áreas de desova de tartarugas.
- Proibir vendas de bebidas em garrafa, impedindo dessa forma que sejam encontrados cacos de vidro na areia da praia.